UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO – UFRJ
ESCOLA DE QUÍMICA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM TECNOLOGIA DE PROCESSOS QUÍMICOS E BIOQUÍMICOS

MARIA DE LOURDES RIBEIRO DE SOUZA DE AZEVEDO

A CAPACITAÇÃO DOCENTE EM EDUCAÇÃO AMBIENTAL

RIO DE JANEIRO

2007

MARIA DE LOURDES RIBEIRO DE SOUZA DE AZEVEDO

A CAPACITAÇÃO DOCENTE EM EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Tecnologia de Processos Químicos e Bioquímicos da Escola de Química da UFRJ.

Orientadoras:

Maria Antonieta Peixoto Gimenes Couto

Denize Dias de Carvalho

Rio de Janeiro

2007

A CAPACITAÇÃO DOCENTE EM EDUCAÇÃO AMBIENTAL

MARIA DE LOURDES RIBEIRO DE SOUZA DE AZEVEDO

Dissertação submetida ao Corpo Docente do Programa de Pós-Graduação em Tecnologia de Processos Químicos e Bioquímicos da Escola de Química da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como parte dos requisitos para obtenção do grau de Mestre em Ciências, realizada sob a orientação das Professoras Maria Antonieta Peixoto Gimenes Couto e Denize Dias de Carvalho.

_____

Maria Antonieta Peixoto Gimenes Couto – Orientadora
(EQ/UFRJ)

_____

Denize Dias de Carvalho – Orientadora
(EQ/UFRJ)

_____

Andréa Medeiros Salgado
(EQ/UFRJ)

_____

Lídia YOKOAMA
(EQ/UFRJ)

_____

Lilia dos Santos Seabra
(FEBF/UERJ)

Escola de Química
Universidade Federal do Rio de Janeiro
2007

FICHA CATALOGRÁFICA

AZEVEDO, MARIA DE LOURDES RIBEIRO DE

A Capacitação Docente em Educação Ambiental

xix, 164p, 29,7cm

Dissertação: Mestre em Ciências(Escola de Química – Universidade Federal do Rio de Janeiro)

1. Meio Ambiente 2. Educação Ambiental

3. Capacitação 4. Dissertação

I. Universidade Federal do Rio de Janeiro
II. Título (série)

SUMÁRIO

Capítulo 1 – Apresentação do Trabalho

1.1 Introdução 1
1.2 Objetivo do Trabalho 6
1.3 Organização do Estudo 7

Capítulo 2 – O Sistema Educacional Brasileiro

2.1 Introdução 9
2.2 A Educação no Brasil Colônia 11
2.3 A Educação no Brasil Império 13
2.4 A Educação na Primeira República 18
2.5 A Educação no Pós 30 20
2.6 A Educação na Nova República(1946-1963) 25
2.7 A Educação no Período Militar(1964-1985) 27
2.8 A Educação no Período da Abertura Política(1986-2001) 29
2.9 Cronologia da História da Educação Brasileira 30

Capítulo 3 – A Estrutura Organizacional da Educação no Brasil

3.1 A Organização 36
3.1.1 Atribuições da União 37
3.1.2 Atribuições do Estado 38
3.1.3 Atribuições dos Municípios 39
3.1.4 O papel dos Estabelecimentos de Ensino 39
3.1.5 Atribuições dos Docentes 40
3.2 A Abrangência dos Sistemas 41
3.2.1 O Sistema Federal 41
3.2.2 Os Sistemas de Ensino dos Estados e do Distrito Federal Compreendem 41
3.2.3 O Sistema Municipal 42
3.3 A Secretaria Estadual de Educação 44

Capítulo 4 – Políticas Públicas de Inclusão Social

4.1 A Crise do Sistema Político Liberal e o Início do

Intervencionismo do Estado..... 54
4.2 O Estado e Suas Novas Funções Sociais 56
4.3 Políticas Públicas: Uma Questão de Conceito 58
4.4 Formulação de Políticas Públicas 59
4.5 Áreas de Aplicação das Políticas Públicas das Políticas Públicas 61
Capítulo 5 – Histórico e Evolução da Educação Ambiental
5.1 Definição 68
5.2 Histórico 73
5.3 Algumas Considerações sobre a Evolução da Educação Ambiental..... 93
Capítulo 6 – Metodologias
6.1 Diagnose do Estado da Arte da Educação Ambiental no Ensino Médio da Rede Estadual de Ensino no Município do Rio de Janeiro 98
6.1.1 Objetivos 98
6.1.2 Metodologia de Pesquisa 98
6.1.3 Planejamento da Pesquisa..... 99
6.1.4 Fontes de Informações 100
6.1.5 Pesquisa de Campo 100
6.1.6 Avaliação dos Resultados 101
6.2 Diagnose do Acesso aos Cursos de Graduação nas Universidades Públicas: Estudo de Caso UERJ e UFRJ 102
6.2.1 Objetivos 102
6.2.2 Metodologia de Pesquisa 102
6.2.3 Planejamento da Pesquisa 102
6.2.4 Fontes de Informações 103
6.2.5 Pesquisa de Campo 103
6.2 Limitações do Estudo 105
Capítulo 7– Avaliação do Acesso aos Cursos de Graduação: Estudo de Casos UERJ e UFRJ

7.1 O Sistema de Cotas 107
7.2 Implantação do Sistema 108
7.3 O Aluno na Universidade 109
7.4 A Necessidade das Cotas 111
7.5 Comparativo entre a Rede Estadual de Ensino e a Rede Federal e Particular..... 114
7.6 Avaliação do Sistema de Cotas da UERJ e da Proposta da UFRJ 123
Capítulo 8 – Avaliação da Educação Ambiental na Rede Pública Estadual no Município do Rio de Janeiro
8.1 Levantamento de Dados 128
8.2 A Receptividade das Coordenadorias 129
8.3 A Educação Ambiental em Números 131
8.4 Conclusões Parciais..... 145
Capítulo 9 – Proposta de Curso de Formação para Professores
9.1 Objetivo do Curso 148
9.2 Duração do Curso..... 149
9.3 Conteúdo do Curso 149
9.4 Considerações 151
Capítulo 10 – Conclusões e sugestões
10.1 Considerações Finais 152
10.2 Conclusões 155
10.3 Sugestões 156
Referências 157

Dedico esta dissertação de mestrado aos amores de minha vida, que são meus filhos, meu marido e minha mãe, pela compreensão de ter ficado muitas vezes ausente, pela paciência e pelo incentivo e força para não me deixar desistir e conseguir chegar ao final deste trabalho. A vitória não é só minha é de todos nós.

Muito obrigada

AGRADECIMENTOS

A Deus por ter me dado forças para completar esta jornada.

A minha mãe por ter me ajudado nas horas difíceis.

Aos meus filhos pela compreensão nos meus momentos de ausência.

Ao meu marido Marcos pelo incentivo, apoio e carinho.

As minhas Professoras orientadoras Maria Antonieta Peixoto Gimenes Couto e Denize Dias de Carvalho, pela contribuição na condução desse trabalho.

A todos os professores do Programa, pela contribuição que deram ao meu crescimento acadêmico, profissional e pessoal.

Ao senhor Antonio César Alves pelo carinho e atenção sempre me ajudando no que precisei durante minha jornada na UFRJ.

A senhora Regina Coeli, secretária de Educação Ambiental, da SEERJ, pela atenção e contribuindo para que tornasse possível a realização deste trabalho.

Ao Professor Márcio Nele, pelas sugestões na avaliação dos dados.

A Professora Ângela Rocha pela Contribuição na Pesquisa de campo.

A Sra. Lúcia Manso, por viabilizar os dados do vestibular da UFRJ.

A Sra. Patrícia Anido Noronha, por viabilizar os dados do vestibular da UERJ.

Ao professor Luiz Gustavo Ribeiro Vieira Coordenador na Metropolitana IV por seu empenho na realização da pesquisa de campo.

A Direção do Ciep 386 – Guilherme da Silveira Filho, pelo apoio e atenção.

Aos meus colegas do departamento de Saúde e saneamento Ambiental (DSSA) da Fiocruz pelo apoio e companheirismo para a realização deste trabalho.

RESUMO

Azevedo, Maria de Lourdes Ribeiro de Souza de. A Capacitação Docente em Educação Ambiental. Rio de Janeiro. 2006. Dissertação (Mestrado em Tecnologia de Processos Químicos e Bioquímicos). Escola de Química, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.

O objetivo deste trabalho é viabilizar a criação de ferramentas que sirvam para conduzir uma maior integração entre a Universidade e o Ensino Médio, tendo como base às políticas de inclusão social.

Para isso foi feita uma análise da Educação Ambiental ministrada no Ensino Médio, no Município do Rio de Janeiro. Esta revelou que as escolas praticam de alguma forma a Educação Ambiental, porém a pesquisa também mostrou que a formação dos professores neste tema está muito aquém do necessário, o que dificulta a realização plena do seu trabalho. Ainda dentro das Políticas de Inclusão Social, foi feito um levantamento do acesso dos alunos da Rede Pública Estadual nas Universidades Públicas, através de estudo de caso da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), avaliando comparativamente as escolas de Ensino Médio da Rede Pública e a Rede Privada.

Os resultados mostraram que um número muito pequeno de alunos oriundos da Rede Estadual de Ensino consegue uma vaga nestas Universidades Públicas, problema este que foi amenizado pela UERJ, que, foi a primeira a implantar o sistema de cotas, com resultados satisfatórios, e com isso, aumentando significativamente o ingresso de alunos da Rede Pública Estadual. .

Os resultados dessa pesquisa sinalizam que urge a definição de Políticas Públicas que levam à melhoria de capacitação docente do Ensino Médio, cabendo à Universidade o papel de promover centros de formação continuada, promovendo uma melhor qualificação docente e, por conseguinte um melhor preparo dos alunos.

ABSTRACT

Azevedo, Maria de Lourdes Ribeiro de Souza de. A Capacitação Docente em Educação Ambiental. Rio de Janeiro. 2006. Dissertação (Mestrado em Tecnologia de Processos Químicos e Bioquímicos). Escola de Química, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.

This study has an aim to be viable the creation of tools which serve to conduct a great integration between the University and the high school, having as a basis Politics of Social Inclusion.

For this it was made an analysis on Environmental Education given in municipal district of Rio de Janeiro high schools. It reveals that the schools practice some Environmental Education, but the research also presents that the formation of teachers in this theme is far from what is necessary, that makes difficulty the full realization of its work. Yet within the Politics of Social Inclusion, it was done a survey on the access of the State Public Net students at the public universities, through a case study of the University of Rio de Janeiro State (UERJ) and Federal University of Rio de Janeiro (UFRJ), evaluating comparatively to the high school of Public and Private Net schools.

The results show that a small number of students from the State Net High School gets vacancy in those Public Universities, a problem that was softened by the UERJ that was the first to establish a system of quotas with satisfactory results and with this, encreasing significatively the entrance of State Public Net students.

The results of this research signal that it is necessary a definition of Public Politics that take to improvement of teaching capacitation of high school, belonging to the University the roll of promote centers of Continued formation, promoting a better teaching qualification and, thus a better preparation of the students.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1.1 – Esquema do Ciclo da Educação
Figura 3.1 – Organograma da Organização Educacional Brasileira
Figura 3.2 – Mapa das Metropolitanas do Estado do Rio de Janeiro
Figura 4.1 – Diagrama Esquemático da Formação de uma Política Pública
Figura 6.1 – Esquematização do Projeto
Figura 7.1 - Percentual de Alunos Inscritos no Vestibular da UFRJ
Figura 7.2 – Percentual de Alunos Classificados no Vestibular da UFRJ
Figura 7.3 - Percentual de Alunos Classificados em Função do Número de Inscritos em Cada Esfera
Figura 7.4 – Percentual de Alunos Inscritos no Vestibular da UERJ
Figura 7.5 - Percentual de Alunos Classificados no Vestibular da UERJ
Figura 7.6 – Percentual de Alunos Classificados em Função do Número de Inscritos em Cada Esfera
Figura 7.7 - Comparativo Entre o Antes e Depois do Sistema de Cotas
Figura 8.1 - Avaliação de Receptividade da Metropolitana III
Figura 8.2 – Avaliação de Receptividade da Metropolitana IV
Figura 8.3 – Avaliação de Receptividade da Metropolitana X
Figura 8.4 - Abordagem do Tema na Escola
Figura 8.5 - O Tema é Disciplinar ou Multidisciplinar
Figura 8.6 - Participação Discente
Figura 8.7 - Participação dos Professores
Figura 8.8 - Meios de Aplicação da Educação Ambiental
Figura 8.9 - Projetos e ou Atividades Implantados
Figura 8.10 - Interesse dos Alunos
Figura 8.11 - Retorno Financeiro nos Projetos
Figura 8.12 - Destino dos Recursos Arrecadados
Figura 8.13 - Professores que Participam das Atividades
Figura 8.14 - Os Professores Possuem Formação Específica em EA
Figura 8.15 - Interesse da Escola na Capacitação Docente

Figura 8.16 - Interesse dos Professores em Cursos de Formação em Educação Ambiental
Figura 8.17 - Áreas de Interesse dos Professores

LISTA DE TABELAS

Tabela 2.1 – Evolução da Educação no Brasil: Principais Acontecimentos.

Tabela 3.1 – Coordenadorias da SEERJ

Tabela 7.1 – Quadro Comparativo dos Vestibulares da UERJ e UFRJ

GLOSSÁRIO

ABE – Associação Brasileira de Educação

ALERJ – Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro

ANA - Agência Nacional de Águas

CADES – Campanha de Aperfeiçoamento e Difusão do Ensino Secundário

CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CEA – Centros de Educação Ambiental

CEE – Conselho Estadual de Educação

CEG – Conselho de Ensino de Graduação

CETESB - Companhia de Tecnologia de Saneamento Ambiental

CFE – Conselho Federal de Educação

CGEA – Coordenação Geral de Educação Ambiental

CIAC – Centro Integrado de Apoio a Criança

CIEP – Centro Integrado de Educação Pública

CISEA – Comissão Intersetorial de Educação Ambiental

CMMAD - Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento

CNAE – Campanha Nacional de Alimentação Escolar

CNBB – Confederação Nacional dos Bispos do Brasil

CNE – Conselho Nacional de Educação

CNEA – Conferência Nacional de Educação Ambiental

CNEC – Campanha Nacional de Escolas da Comunidade

CNPJ - Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica

CNPq - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

COEA - Coordenação Geral de Educação Ambiental

CONAMA – Conselho Nacional do Meio Ambiente

CONEN – Coordenação Nacional de Entidades Negras

CONTAP – Conselho de Cooperação Técnica da Aliança para o Progresso

COPESNEP - Conselho para a Promoção Educacional Superior das Populações Negra e Parda

CPC – Centros Populares de Cultura

DEA – Educação Ambiental a Distância

DEMEC - Departamento de Engenharia Mecânica

EA – Educação Ambiental

ENC – Exame Nacional de Cursos

ENEM – Exame Nacional do Ensino Médio

EPB – Estudos de Problemas Brasileiros

EUA – Estados Unidos da América

FEEMA - Fundação Estadual de Engenharia do Meio Ambiente

FNMA - Fundo Nacional do Meio Ambiente

FUNAI - Fundação Nacional do Índio

FUNDEF – Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério

GT – Grupos de Trabalho

IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IES – Instituições de Ensino Superior

INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais

ISEB – Instituto Superior de Estudos Brasileiros

LDB – Lei de Diretrizes e Bases

MCT - Ministério da Ciência e Tecnologia.

MEB – Movimento de Educação de Base

MEC – Ministério da Educação e Cultura

MinC – Ministério da Cultura

MMA – Ministério do Meio Ambiente

MOBRAL - Movimento Brasileiro de Alfabetização

OMEP – Organização Mundial de Educação Pré-Escolar

ONG – Organização Não Governamental

ONU – Organização das Nações Unidas

OSPB – Organização Social e Política do Brasil

PAIUB - Programa de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras

PAS – Programa de Avaliação Seriada

PCN – Parâmetros Curriculares Nacionais

PIEA - Programa Internacional de Educação Ambiental

PNEA - Política Nacional de Educação Ambiental

PNI – Parque Nacional do Iguaçu

PNMA - Programa Nacional do Meio Ambiente

PNUMA – Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente

PPA – Plano Plurianual

PROINICIAR – Programa de Iniciação Acadêmica

PRONEA – Programa Nacional de Educação Ambiental

PRO-REDE – Programa de Reestruturação da Rede Pública de Ensino

REASUL - Rede Sul Brasileira de Educação Ambiental

REBEA – Rede Brasileira de Educação Ambiental

REGUA – Registro Único do Aluno

REPEA – Rede Paulista de Educação Ambiental

SAEB - Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica

SECIRM – Secretaria da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar

SEDUC - Secretaria da Educação Básica

SEERJ – Secretaria Estadual de Educação do Rio de Janeiro

SEF – Secretaria de Ensino Fundamental

SEMA - Secretaria Estadual do Meio Ambiente

SENAC – Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial

SENAI - Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial

SIBEA – Sistema Brasileiro de Informação em Educação Ambiental

UENF – Universidade Estadual do Norte Fluminense

UERJ – Universidade do Estado do Rio de Janeiro

UFMT - Universidade Federal de Mato Grosso

UNCED - United Nations Conference on Environment and Development

UFSC - Universidade Federal de Santa Catarina

UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro

UFRPE - Universidade Federal Rural de Pernambuco

UFRRJ – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

UICN – União Internacional para Conservação da Natureza

UNE – União Nacional dos Estudantes

UNESCO - Organização das Nações Unidas para a educação, à ciência e a cultura.

UNICEF – Fundo das Nações Unidas para a Infância

USAID - United States Agency for International Development

Capítulo 1: Apresentação do Trabalho

1.1. Introdução

A educação é a base para o desenvolvimento de qualquer país, por ser um instrumento fundamental para a promoção da cidadania. É por meio dela que as pessoas adquirem condições de se transformarem em cidadãos ativos e competitivos.

A cidadania se fundamenta em princípios éticos, além de promover o direito à justiça social, pois é impossível conceber o crescimento de um país, tendo milhões de pessoas excluídas da participação democrática em várias instâncias e níveis da sociedade.

É através de um bom desempenho da cidadania, que a sociedade pode contribuir para a solução de problemas e até evitar que alguns destes possam surgir. Neste processo, a educação ambiental tem um papel muito importante, pois participa não somente como uma transmissão de conhecimento, mas

também na aplicação de informações como uma forma de mudança de atitudes da sociedade, face aos problemas ambientais.

A Educação Ambiental é uma proposta de mudança de comportamento, onde se faz o resgate de valores éticos, estéticos, democráticos e humanistas. Estes valores são fortemente defendidos pela educação de um modo geral, pelo conjunto de conhecimentos produzidos nas mais diversas áreas, tendo como foco o princípio do respeito pelo meio ambiente, que não é constituído somente pelos organismos vivos. Há uma preocupação com um sentido muito mais amplo do que meramente com a extinção de alguns animais ou plantas. (www.educar.sc.usp.br)

Meio Ambiente é tudo que compõe a paisagem. É a interação do conjunto de elementos naturais, artificiais, culturais e sociais que propicia o desenvolvimento equilibrado da vida em todas as suas formas.

Podemos classificá-lo em: Meio Ambiente natural ou físico, constituído pelo solo, água, ar atmosférico, enfim tudo que é natureza com toda sua diversidade. Meio ambiente artificial é constituído pelo espaço urbano construído, representado pelo conjunto de edificações (espaço urbano fechado) e dos equipamentos públicos (ruas, praças, áreas verdes, espaços livres em geral: espaço urbano aberto). Meio Ambiente Cultural integra o patrimônio histórico, artístico, arqueológico, paisagístico, turístico, que embora artificial, difere do anterior pelo sentido de seu valor especial e o Meio Ambiente Social que é formado pelas pessoas que compõem a Sociedade. (Carvalho, 2002).

Com isto, a Educação Ambiental é também o respeito pelas culturas que incluem as especificidades de classe, etnia e gênero, funcionando como uma defesa da descentralização e da distribuição social do poder, dando assim uma efetiva contribuição para uma sociedade melhor. (www.educar.sc.usp.br)

A Educação Ambiental visa modificar as relações entre a sociedade e o meio ambiente, de forma a melhorar a qualidade de vida, transformando o sistema produtivo e consumista em uma sociedade mais solidária, promovendo a

inclusão social, através da justa distribuição dos recursos naturais entre todos. Para isto se faz necessária não só a existência de políticas sociais, mas principalmente, que estas estejam integradas nas diversas esferas da sociedade. É também importante que tenham estratégias bem definidas para que possam ser formuladas e implementadas por ações que sejam intersetoriais, buscando sempre parcerias com os diversos segmentos, sejam estes entidades ou movimentos sociais.

Um ponto importante que deve nortear a Educação Ambiental é o conceito de *desenvolvimento sustentável* que inter-relaciona os aspectos sociais e ambientais, isto é promove a qualidade das relações humanas com o ambiente natural, e a necessidade de produção de riquezas. Sachs (citado em Montibeller-Filho, 2001), propõe a seguinte definição para Desenvolvimento Sustentável: "Trata-se de gerir a natureza de forma a assegurar aos homens de nossa geração e das gerações futuras a possibilidade de se desenvolver". (Azevedo, 1991).

Segundo a Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, *Desenvolvimento Sustentável* é definido como: "*Desenvolvimento que responde às necessidades do presente sem comprometer as possibilidades das gerações futuras de satisfazer suas próprias necessidades*". (www.educar.sc.usp.br).

O desenvolvimento sustentável deveria ser uma preocupação primordial para o desenvolvimento econômico, porém para alguns setores da economia, o mais importante é o valor de produção imediato, mesmo que para isso se degrade o meio ambiente e se comprometa a possibilidade de produções futuras. Os movimentos ambientalistas conseguem produzir um conjunto de princípios em relação ao meio ambiente através de protocolos e declarações. Este conjunto constitui a base do direito ambiental brasileiro e internacional, o qual associa a proteção do meio ambiente ao desenvolvimento socioeconômico. "A política nacional do meio ambiente tem por objetivo a preservação, melhoria e recuperação da qualidade ambiental propícia à vida, visando assegurar, no país, condições ao desenvolvimento socioeconômico..."

(Brasil. Política Nacional do Meio Ambiente - Lei 6938, 1981, citado em Montibeller Filho, 2001).

É por isto que uma boa formação do educador ambiental se faz necessário, pois a Educação Ambiental é antes de tudo um instrumento de promoção da cidadania, como já dito anteriormente, principalmente nos dias de hoje, onde é fundamental para o desenvolvimento a inserção competitiva de qualquer nação do mundo o seu conhecimento. Conhecimento este que será compartilhado com os alunos, que são os que iniciam a jornada de mudança, pois estes serão os transmissores desses conhecimentos aos seus pais, vizinhos, amigos, enfim como se fosse uma grande corrente. Neste ponto é que a Educação Ambiental difere das demais disciplinas, tendo uma visão muito mais ampla do que o simples acúmulo de informações sem conexão entre elas, e com o potencial de evocação existente na aprendizagem. Baseia-se na premissa de que é na reflexão tanto individual como coletiva que se tem em relação ao meio ambiente que se dá o processo de aprendizagem. (www.educar.sc.usp.br)

A Educação Ambiental não pode estar reduzida a uma disciplina ou programa, seja este de reciclagem ou reaproveitamento do lixo, preservação da água, etc. A importância destes programas existe, mas a Educação Ambiental não pode estar somente baseada neles, tem que ter um sentido mais amplo, como o uso de recursos com responsabilidade, desenvolvendo produções limpas, que geram lucro mantendo a harmonia com o meio ambiente. Para isto existe a necessidade de *"promover a Educação Ambiental em todos os níveis de ensino"* (Brasil, 1988). Dessa forma o Ministério da Educação (MEC) elaborou os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), em que o meio ambiente (Educação Ambiental) é apresentado como tema transversal para todo o currículo escolar. (Guimarães, 2004).

Mesmo a educação ambiental estando presente nos PCNs, esta não é amplamente aplicada, em especial no Ensino Médio da Rede Pública, foco do presente trabalho. Acredita-se que um dos motivos seja o despreparo dos educadores do Ensino Médio. Por esse motivo é que há a necessidade de uma

efetiva integração da Universidade com o Ensino Médio, pois desta forma os educadores estarão participando de alguma maneira deste processo educacional.

A Universidade prepara os professores que atuarão no ensino médio, e estes por sua vez serão responsáveis pela formação dos alunos que ingressam na Universidade. Os alunos, por seu turno, saem da Universidade, já na qualidade de profissionais, que podem ser professores ou não. Porém existe a necessidade de investimento na formação do docente, isto é, este deve retornar a Universidade, através de programas de formação continuada, seja em cursos de extensão ou especialização. A formação continuada se reveste de uma importância ainda maior, principalmente devido à existência das políticas de inclusão social, que visam a democratização do ensino superior, promovendo o ingresso de alunos de baixa renda a um ensino de qualidade nas Universidades Públicas. A respeito dessas políticas existem algumas opiniões divergentes em relação ao sistema de cotas, que consiste na reserva de vagas para alunos carentes e negros. Para alguns, facilitar a entrada desses alunos nas Universidades é a solução para a inclusão social, não importando se este aluno tem condições de se manter na Universidade, devido ao seu despreparo advindo do ensino médio. Para outros a inclusão social se faz não reservando vagas, e sim melhorando a qualidade do ensino médio da rede pública, para que os alunos tenham condições de competir em igualdade com os demais alunos, e esta melhoria do ensino, pode ter início através da capacitação do docente.

Essas propostas formam uma espécie de ciclo, conforme o esquema mostrado na figura 1.1. O mais importante, porém é que os profissionais tenham consciência do seu papel como cidadãos, e da sua relação com o Meio Ambiente.

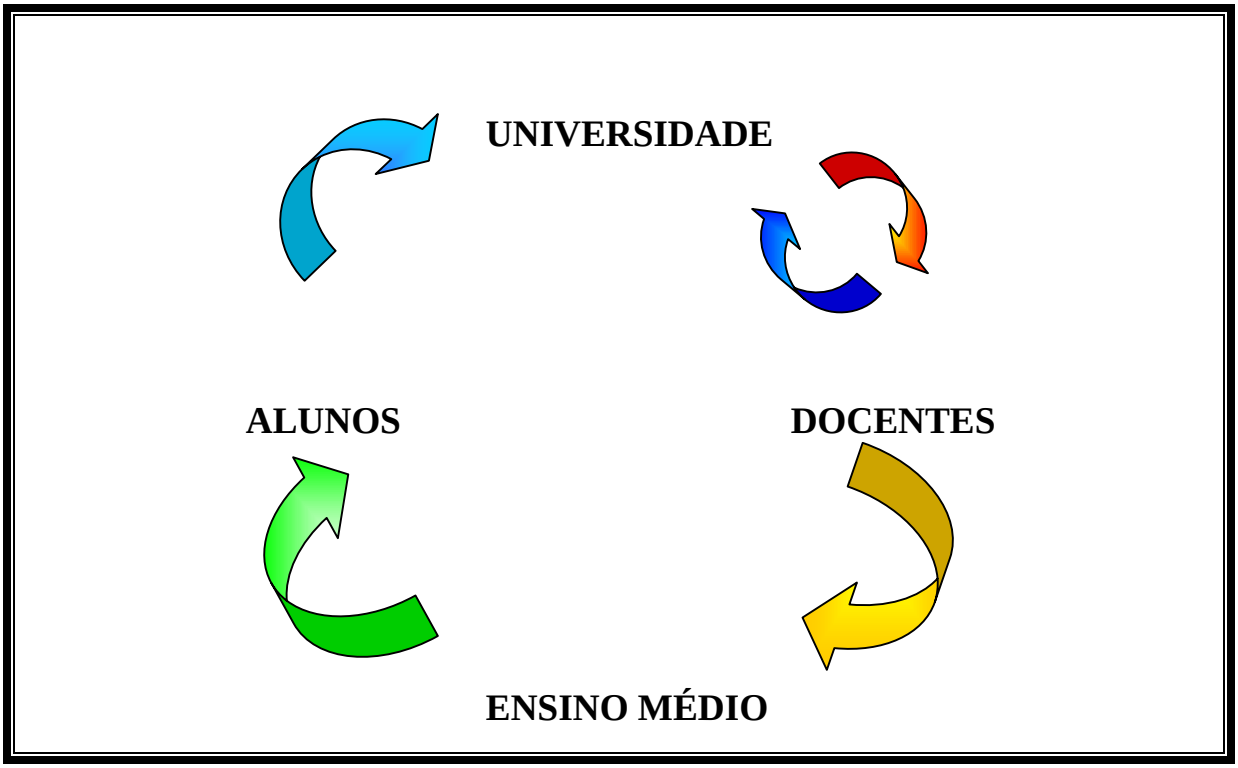

Figura 1.1. Esquema do Ciclo da Educação

1.2. Objetivos do Trabalho

Com base nas premissas abordadas, a presente dissertação tem como objetivos:

- ✓ ***Objetivo Geral***

Criar instrumentos que viabilizem a integração Universidade com o Ensino Médio, com base em políticas de inclusão social para capacitação de docentes no segmento de Educação Ambiental.

✓ ***Objetivos específicos***

- Avaliação do atual estado da arte da Educação Ambiental no ensino médio ministrado na Rede Estadual de Ensino do município do Rio de Janeiro.
- Avaliação do acesso às Universidades Públicas, através de estudos de caso.
- Elaboração de uma proposta de Educação Continuada, visando a capacitação do docente de Ensino Médio.

1.3. Organização do Estudo

A presente dissertação foi organizada em 10 capítulos. Além deste, que traz uma breve apresentação do tema, nos capítulos subseqüentes serão feitas as seguintes abordagens:

O capítulo 2 apresenta uma análise histórico-social do sistema educacional brasileiro, desde a colonização até os dias atuais.

O capítulo 3 traz a estrutura organizacional da educação no Brasil, incluindo as esferas políticas responsáveis pelos diferentes segmentos.

As políticas públicas de inclusão social são abordadas no capítulo 4 e o capítulo 5 contextualiza a Educação ambiental sob os prismas histórico e evolutivo.

As metodologias empregadas nos estudos elaborados estão descritas no capítulo 6.

No capítulo 7 é realizada uma avaliação do acesso aos cursos de graduação de Universidades Públicas, através de estudos de caso envolvendo a Universidade Estadual do Rio de Janeiro e a Universidade Federal do Rio de Janeiro, comparando-se o acesso com sistemas de cotas (UERJ) e a proposta em

estudo para a reserva de vagas na UFRJ, além de uma análise quantitativa do acesso dos estudantes da rede pública a estas universidades.

O capítulo 8 traz os resultados referentes ao estudo de campo sobre a Educação Ambiental, realizado junto às escolas de Ensino Médio da Rede Pública Estadual, localizadas no município do Rio de Janeiro.

A partir das demandas detectadas nesse estudo de campo, foi elaborada uma proposta de curso de capacitação voltado para os professores de Ensino Médio, apresentada no capítulo 9. As principais conclusões desse estudo, bem como as sugestões de continuidade do trabalho encontram-se no capítulo 10.

O capítulo a seguir, conforme já citado, aborda o Sistema Educacional Brasileiro.

Capítulo 2: O Sistema Educacional Brasileiro

2.1. Introdução

Neste capitulo foi realizada uma análise histórico-social do sistema educacional brasileiro, desde o início da colonização brasileira até a atualidade. A história da educação brasileira não é uma história difícil de ser estudada e compreendida. Ela evolui em rupturas marcantes e fáceis de serem observadas. A primeira grande ruptura travou-se com a chegada dos portugueses ao território do Novo Mundo. Não se pode deixar de reconhecer que os portugueses trouxeram um padrão de educação próprio da Europa, o que não quer dizer que as populações que por aqui já viviam não possuíssem características próprias de se fazer educação. Convém ressaltar que a educação que se praticava entre as populações indígenas não tinha as marcas repressivas do modelo educacional europeu.

A chegada dos jesuítas ao território brasileiro, não trouxe somente a moral, os costumes e a religiosidade européia; trouxe também os métodos pedagógicos. Este método funcionou absoluto durante 210 anos, de 1549 a 1759, quando uma nova ruptura marca a história da educação no Brasil: a expulsão dos jesuítas pelo

Marquês de Pombal. Se existia alguma coisa muita bem estruturada em termos de educação, o que se viu a seguir foi o mais absoluto caos. Tentaram-se as aulas régias, o subsídio literário, mas o caos continuou até que a Família Real, fugindo de Napoleão na Europa, resolveu transferir o Reino para o Novo Mundo. Na verdade não se conseguiu implantar um sistema educacional nas terras brasileiras, mas a vinda da Família Real permitiu uma nova ruptura com a situação anterior. Para preparar o terreno para sua estadia no Brasil, D. João VI abriu Academias Militares, Escolas de Direito e Medicina, a Biblioteca Real, o Jardim Botânico e sua iniciativa mais marcante em termos de mudança, foi a criação da Imprensa Régia. Segundo alguns autores o Brasil foi finalmente "descoberto" e a nossa História passou a ter uma complexidade maior. A educação, no entanto, continuou a ter uma importância secundária. Sabe-se que enquanto nas colônias espanholas já existiam muitas universidades, como a Universidade de São Domingos, criada em 1538 a do México e a de Lima criadas em 1551, a nossa primeira Universidade só surgiu em 1934, em São Paulo. Por todo o Império, incluindo D. João VI, D. Pedro I e D. Pedro II, pouco se fez pela educação brasileira e muitos reclamavam de sua qualidade ruim. Com a Proclamação da República fizeram-se várias reformas que pudessem dar uma nova guinada, mas observando bem, a educação brasileira não sofreu um processo de evolução que pudesse ser considerado marcante ou significativo em termos de modelo. Até os dias de hoje muito se tem mudado no planejamento educacional, mas a educação continua a ter as mesmas características impostas em todos os países do mundo, que é de manter o "status quo" para aqueles que freqüentam os bancos escolares. (Niskier, 1989).

Desde já, pode-se dizer que a Educação Brasileira tem um princípio, meio e fins bem demarcados e facilmente observáveis. É isso que se pretende mostrar neste capítulo. Logo, o trabalho foi dividido por períodos considerados como os mais marcantes e os que sofreram as rupturas mais concretas na nossa educação. Assim, será mostrada uma relação de fatos históricos em diferentes visões, procurando-se realçar os fatos ligados à História da Educação no Brasil.

Para tanto, os textos a seguir são baseados nas informações e citações extraídas das seguintes fontes: Lima, 1974; Niskier, 1989; Romanelli, 1978; www.accio.com.br ; www.pedagogiaemfoco.pro.br.

2.2. A Educação no Brasil Colônia

No início da colonização do Brasil, por volta de 1532, não se cogitou nada que se relacionasse com a instrução de seus moradores, pois o interesse de Portugal era direcionado para as riquezas da terra descoberta. A educação no Brasil teve início com a chegada dos jesuítas, e foi atribuída aos educadores da Companhia de Jesus, por volta de 1549, com a vinda do primeiro governador geral, Tomé de Sousa. Este encontrou a Colônia inteiramente despreparada em matéria de instrução, não só do chamado "gentio", como, também dos filhos dos colonos. Tomé de Sousa fez questão de incluir na sua comitiva dedicados membros da Companhia de Jesus e, em menos de quinze dias, já funcionava uma escola, chamada na época, de "ler e escrever". Os primeiros colégios e as ditas "aulas de ensinar e contar", foram criados pelos jesuítas e eram mantidos com sacrifício, mediante esmolas e donativos especiais, e a mão de obra nas construções eram do esforço físico dos próprios religiosos, ajudados por índios e alguns colonos. Esses colégios ensinavam gratuitamente Gramática Latina, Filosofia, Teologia Dogmática e Moral, Primeiras Letras e Matemática Elementar. (Niskier, 1989)

Em 1553 chegara ao Brasil, com o governador Duarte da Costa, o padre José de Anchieta, que era o encarregado do ensino dos religiosos neófitos. Na falta de livros, escrevia as lições nos cadernos que distribuía para cada aluno. Os jovens catecúmenos[1] e os filhos dos colonos aprendiam, assim, os princípios das línguas portuguesa, espanhola, latina, brasílica ou tupi, indispensáveis no trato com os indígenas. Alguns estudiosos condenam a ausência de um ensino, já naquela época, mais voltado para a ciência, nos moldes do ensino europeu, o que daria ao Brasil melhores condições de competitividade internacional em

[1] Pessoas em fase de preparação para o batismo

várias áreas. Se isto é um fato, por outro lado, não deixa de ser mérito dos jesuítas a manutenção da nossa integridade territorial e a existência de uma só predominante religião, como também ficou sendo o português a língua utilizada nas escolas implantadas no território brasileiro. (Niskier, 1989).

Entretanto, a Companhia de Jesus não possuía um trabalho pedagógico, nem uma filosofia da educação especialmente elaborada para o desempenho desta missão. A Companhia vinha ao mundo com diversas idéias novas, especialmente no campo ascese cristã e na sua própria organização como sociedade de clérigos, mas não tinha nada a dizer de especial quanto à filosofia da educação, no sentido em que entendemos hoje este termo, excluída a educação especial daqueles que deveriam ser sarcedotes. Por causa disso, ela limitou-se na prática, em termos da educação mais geral, a codificar através da experiência de seus docentes uma filosofia de educação em que, de certo modo, cristianizava-se o modelo educacional renascentista, baseado, no equivalente ao ensino secundário, no estudo dos clássicos e no cultivo da língua latina. De tal modo, o ensino expandiu com o tempo este modelo pedagógico cristão, que começou a ser visto como se fosse a própria filosofia cristã da educação. (Niskier, 1989)

Até meados do século XVIII, esse foi o modelo educacional brasileiro. Porém, em 1759, após a decisão do Marquês de Pombal de expulsar os jesuítas, segundo Fernando de Azevedo (professor, educador, crítico, ensaísta e sociólogo), "*Na educação estabeleceu-se um caos completo, a despeito dos esforços de outras ordens religiosas*" (Niskier, 1989). A expulsão dos jesuítas teve como conseqüência imediata, além da desintegração do ensino, o fechamento de residências, missões e colégios e seminários. Vários autores consideram a expulsão dos jesuítas um fator de retrocesso na educação brasileira, não só pela diminuição do número de escolas, mas, sobretudo nos aspectos organizacional e didático- pedagógico. Abaixo é destacado o que expressou Moreira de Azevedo, em seu artigo "Instrução Pública nos Tempos Coloniais do Brasil", sobre a expulsão dos Jesuítas:

> "Privados desses preceptores experimentou a instrução sensível atraso, e, se para substituí-los vieram as escolas monásticas dos Beneditinos, Carmelitas e Franciscanos, não chegaram estas ao grau de método, ensino e regularidade das dos padres de Jesus, porém, ainda assim, quando aquelas desapareceram, eram as melhores que possuía a colônia do Brasil". (AZEVEDO, Moreira de. Apud: NISKIER, 1989)

Em 1772 foi assinada uma lei que abolia o antigo sistema de donativos para a Instrução e estabelecia o *Subsídio Literário.* Foi criada uma taxação complementar para os vinhos e demais bebidas alcoólicas, destinada a fornecer os fundos para o pagamento dos mestres que fossem nomeados pelo governo. No Brasil, o Subsídio Literário entrou em vigor em 1773, o que iria proporcionar o funcionamento de aulas destinadas ao ensino das primeiras letras, de Gramática Latina, de Filosofia e Grego (Niskier, 1989). No Rio de Janeiro passou a funcionar uma Aula de Engenharia autorizada pela Rainha D. Maria I. Porém essas aulas não produziram os efeitos desejados, com queixa dos professores e dos alunos. Eram observados uma estrutura fraca e resultados medíocres, pois as aulas estavam a cargo de mestres improvisados, que não tinham programas estabelecidos e não havia fiscalização no que diz respeito à qualidade do ensino ministrado e do aproveitamento dos alunos. O Subsídio Literário não bastava em muitas capitanias, não sendo suficiente sequer para o pagamento dos professores, continuando a dependência de boa vontade de particulares Na época os professores além de mal pagos, eram desconsiderados no seio da sociedade, pois a educação era como trazer a luz aos ignorantes, o que ia ao encontro dos interesses de muitos.

Havia maior preocupação em ensinar Latim e até mesmo Grego e Retórica do que a Língua Portuguesa. A Matemática custou a integrar-se no currículo escolar. As Ciências Naturais contavam com a preferência de diminuto número de abnegados professores. Os colégios prepararam para estudo superior em universidades européia os jovens que não buscavam a vida sacerdotal. O ensino superior concentrava-se na Universidade de Coimbra, para onde eram enviados os filhos de famílias que dispunham de recursos.

Assim, o resultado das decisões do Marquês de Pombal foi que, no princípio do século XIX, a educação brasileira estava reduzida praticamente a nada. O sistema jesuítico foi desmantelado e nada que pudesse chegar próximo desse sistema foi organizado para dar continuidade a um trabalho de educação. Esta situação somente sofreu uma mudança com a chegada da Família Real ao Brasil, em 1808.

2.3. A Educação no Brasil Império

Com a vinda da Corte Portuguesa para o Brasil em 1808, fugindo das tropas de Napoleão que haviam invadido Portugal por esta época, Dom João VI sabia que sua estadia forçada em terras brasileira não seria curta e, portanto, além de abrir os portos do Brasil às nações amigas, resolveu permitir a imprensa, facilitar a entrada de livros e fundar cerca de uma dezena de instituições de ensino técnico ou superior em nosso território, no Rio de Janeiro e na Bahia.

O setor cultural também seria extraordinariamente beneficiado através da criação de várias instituições destinadas a dar continuidade às que existiam em Portugal. Dentre os cursos superiores, o de Medicina foi o que mereceu atenção especial. Em 1808 foi criado pelo príncipe regente o Colégio Médico-cirúrgico da Bahia, instalado no Real Hospital Militar e sediado no prédio onde funcionara o colégio dos jesuítas.

O ensino militar recebeu maior atenção do governo real depois do seu estabelecimento na cidade do Rio de Janeiro. A Academia Real Militar da Corte recebeu o nome de Escola Central, abrigando o curso de Engenharia, que permaneceu, com a designação de Escola Politécnica, até a transferência, em nossos dias para a ilha do Fundão.

Assim como o ensino superior, as instruções primária e secundária também passaram por estágio de desenvolvimento desordenado, problema este gerado pela falta de um plano geral, que pudesse ser aplicado em todas as capitanias do Brasil. Mesmo depois da instalação da Corte no Rio de Janeiro, houve um aumento considerável nos pedidos de criação de escolas de primeiras letras,

pedidos estes que foram atendidos ou não, conforme a disponibilidade de recursos para pagamento de professores. (Niskier, 1989).

Neste período a evasão escolar era muito grande, para evitar o esvaziamento das escolas, o governo decidiu isentar do recrutamento para fins militares os alunos dos estabelecimentos públicos que demonstrassem freqüência, assiduidade e bom aproveitamento, o que deveria ser atestado pelos professores.

Em 1817, a cidade do Rio de Janeiro contava, além das escolas de primeiras letras, dos estabelecimentos de ensino militar e naval, das aulas de Medicina e das de Comércio, com três de Gramática Latina, uma de Retórica, uma de Filosofia, uma de Grego e uma de Desenho e Pintura. Um grupo de negociantes do Rio de Janeiro propôs ao Príncipe-Regente, a constituição de um fundo, cujos rendimentos seriam reservados para criar e manter estabelecimentos destinados à instrução pública.

Desde a chegada de D. João VI ao Rio, o governo português fez tentativas louváveis para introduzir, no Brasil, além das instituições civis, os estabelecimentos de instrução pública da metrópole. Não se deu a devida importância à instrução primária das classes baixas e médias da sociedade, e os que, nas classes elevadas, sentiam a necessidade de uma instrução mais completa, nem por isso encontravam maiores recursos; continuaram mais ou menos obrigados a adquiri-la em Coimbra, ou mesmo na Inglaterra ou na França.

Com a Proclamação da Independência, o Brasil tinha outros problemas mais urgentes com que se preocupar do que a fundação de uma universidade ou o estabelecimento de uma rede de ensino primário e secundário. Logo o sistema de aulas avulsas continuou a existir na impossibilidade de substituí-lo imediatamente por um verdadeiro sistema escolar tal como o entendemos nos dias de hoje, ou como existia, ainda que precariamente no tempo dos jesuítas. Mas, em 1824, a primeira Constituição Brasileira estabeleceu, no seu célebre Art. 179, no parágrafo XXXII que:

"A instrução primária é gratuita a todos os cidadãos e a Constituição garante colégios e universidades, onde serão ensinados os elementos das ciências, belas letras e artes". (Niskier, 1989)

Porém, estas determinações nunca chegaram a ser cumpridas em grande extensão, e antes que tais projetos se concretizassem, ocorreu uma modificação constitucional no Brasil que iria complicar seriamente os destinos da educação, durante todo o restante do Império.

Com a abdicação de Dom Pedro I ao trono, em favor de seu filho D. Pedro II. Os parlamentares brasileiros, com receio de que o novo imperador acumulasse um excesso de poder, promulgaram o Ato Adicional de 1834 à Constituição Imperial pelo qual o poder público, em diversos sentidos, era descentralizado.

Assim, o Ato Adicional de 1834, estabelecia que cada província do Brasil se tornava autônoma para organizar, de acordo apenas com suas próprias diretivas, o ensino primário e secundário. Haveria ou poderia haver, portanto, tantos sistemas de ensino primários e secundários no Brasil quantas fossem as províncias, sem que nenhuma tivesse que dar satisfação nem às demais províncias, nem tampouco ao governo central. O ensino superior, porém, ficaria sob a responsabilidade do governo central em todo território nacional.

Mas, na prática estas medidas acabaram por consagrar a partilha de diversas atribuições do domínio da Instrução Pública, após a reforma da constituição, os estudos primários e secundários limitaram-se ao município da corte. Portanto em 1837, o acontecimento mais importante, no campo da instrução pública no Brasil, foi a criação do Colégio Pedro II, onde funcionava o Seminário de São Joaquim, na cidade do Rio de Janeiro. O colégio fora criado com o objetivo de se tornar um modelo pedagógico para o curso secundário, sendo ali realizado um curso de sete anos que correspondia aproximadamente ao que depois veio a ser o ginásio e o colegial. (Niskier, 1989).

Em 1854 o governo central, ao reformar o ensino na capital do Império, propusera a criação do ensino primário e 2º grau. Assim, criou-se a Inspetoria

Geral da Instrução primária e secundária, órgão ligado ao Ministério do Império e destinado a fiscalizar e orientar o ensino público e particular na cidade do Rio de Janeiro e estruturou em dois níveis a instrução primária gratuita que a constituição prometera a todos. (www. accio.com. br)

O exemplo da corte frutificou nas províncias, empenhando assim, em promover a uniformização do ensino em todo o império. Logo, as demais províncias passaram a voltar a sua atenção paras as reformas que se realizavam na corte.

No entanto na corte e nas províncias as escolas ficaram apenas na letra da lei. Alguns estabelecimentos particulares na corte e nas grandes cidades ofereceram um ensino mais rico que o ministrado nas escolas públicas.

Dentre as causas que então obstaram a ampliação e o enriquecimento do ensino elementar destacava-se a falta de pessoal docente devidamente habilitado e, então, veio a necessidade de preparar o pessoal docente para as escolas. Logo, surgiram após a reforma da constituição e por iniciativa dos governos provinciais as primeiras escolas normais brasileiras.

Em 1880 teria a capital do Império sua primeira escola normal mantida e administrada pelo poder público, sendo que qualitativamente a instrução se mostrava precária.

Outras causas muito importantes eram as dispersões da população, o número insuficiente de escolas, o descontentamento de professores mal remunerados, a ignorância dos pais que se recusavam a mandar os filhos para a escola.

Com o objetivo de estimular o desenvolvimento dos estudos secundários nas províncias, o ministro João Alfredo Correia de Oliveira instalou nas capitais das províncias do Império, novas bancas de exames gerais preparatórios.

Os mais importantes projetos de reforma nas décadas do século XIX pediam a colaboração da capital para a elevação do ensino em todo o Império. Cuidavam do enriquecimento e aperfeiçoamento, e da expansão da instrução primária e do ensino normal, cuja freqüência pretendia tornar obrigatória a todas as crianças na faixa dos sete aos quatorze anos.

Deslocando-se dos demais projetos de reforma apresentados nos últimos anos do Império pelo desassombro e pela riqueza de suas posições, o substitutivo apresentado por Rui Barbosa ao decreto Leôncio Carvalho ficaria como um vasto programa de reformas que a República caberia cumprir.

Assim, a proposta de Rui Barbosa cuidava amplamente do ensino elementar e médio. Estruturava o ensino primário em quatro níveis para os quais se previa, pela primeira vez, um tempo mínimo de duração; propunha o enriquecimento dos programas e a renovação dos métodos de ensino e tornava obrigatória uma freqüência de quatro anos na escola primária, elementar e média, formando assim, um verdadeiro curso de instrução secundária popular. (www. accio.com. br).

Com o quadro assim configurado, perto do fim da época imperial começaram a surgir sinais de que a sociedade estava começando a amadurecer para o problema educacional. Isto se deu porque, nesta época, a unidade nacional já estava consolidada do ponto de vista militar, uma série de outros problemas mais preemente estavam solucionados ou em via de solucionar-se, a abolição da escravatura já estava à vista e podia-se pensar mais serenamente na educação brasileira. A Proclamação da República trazia consigo a esperança de novas mudanças e o Imperador, em seus últimos discursos na sessão ao Parlamento Imperial, solicitava a criação de um Ministério da Educação, pois, até aquela época, não existia nada semelhante na organização do nosso Estado.

2.4. A Educação na Primeira República

A República proclamada adotou o modelo político americano baseado no sistema presidencialista. Na organização escolar percebeu-se a influência da filosofia positivista.

O advento federativo não trouxe significações e alterações para a instrução pública, nem inaugurou uma nova corrente de idéias educacionais, tendo significado simplesmente o coroamento e, portanto a continuidade de idéias que se iniciariam no império, mas precisamente, nas suas duas ultimas décadas. O que podemos constatar através dos relatos de Fernando Azevedo:

> "Do ponto de vista cultural e pedagógico, a República foi uma revolução que abortou e que, contentando-se com a mudança do regime, não teve o pensamento ou a decisão de realizar uma transformação radical no sistema de ensino, para provocar uma renovação cultural das elites culturais e políticas, necessárias às novas instituições democráticas". (www. accio.com. br)

A primeira constituição republicana não chegou a contemplar a gratuidade e a obrigatoriedade da instrução elementar. O legado deixado pelo Império não se alterou substancialmente, o ensino secundário defendia e reclamava desde as últimas décadas do Império a eqüidade como mecanismo necessário ao aperfeiçoamento do ensino secundário, a sua estruturação em âmbito nacional, a instituição de ensino regulares e sistemáticos. (www. accio.com. br)

Assim, pela constituição de 1891 à qual se acrescentava a Lei de 20 de novembro de 1892, ficou determinado que:

- No Distrito Federal competia ao Governo federal o ensino superior e secundário, e à Prefeitura o ensino primário;
- Os Estados poderiam organizar seus próprios sistemas de ensino primário, secundário e superior;
- Em cada Estado o Governo Federal podia organizar seu próprio sistema de ensino secundário e superior.

Entretanto, apesar da legislação e organização do sistema federal de ensino ser uma atribuição do Congresso Nacional, na prática era o poder executivo quem legislava e organizava a educação. Isto fez com que, durante toda a Primeira República a posição do Governo Federal fosse conservadora. Isto de certa forma restringia o entusiasmo pedagógico que dominou a sociedade brasileira depois da Primeira Guerra Mundial.

Já em relação às administrações estaduais, a partir de 1920, uma febre de otimismo pedagógico começou a tomar conta dos principais governos estaduais do Brasil, o que provocou uma série de reformas de ensino em vários estados da União. Embora cada Estado pudesse organizar um sistema completo de ensino desde o primário até o superior, tais reformas se limitavam sempre à estrutura do ensino primário e normal, porque todo ensino superior estava na época no âmbito do Governo Federal, e o ensino secundário, por não ser obrigatório para a admissão aos cursos superiores, não passava de uma rede de cursos preparatórios, com exceção do Colégio Pedro II no Rio de Janeiro, que, com a República havia mudado de nome para Ginásio Nacional, e alguns colégios religiosos. Mesmo estes, na prática, não podiam fugir do espírito dos preparatórios.

As principais reformas levantadas a efeito na década de 1920 foram as seguintes:

- *Em 1920, em São Paulo, por Sampaio Dória.*
- *Em 1922, no Ceará, por Lourenço Filho, comissionado ao governo do Ceará pelo Estado de São Paulo;*
- *Em 1927, em Minas Gerais, por Francisco Campos;*
- *Em 1928, no Distrito Federal, por Fernando Azevedo, vindo de São Paulo a convite da Prefeitura do Rio de Janeiro;*
- *Em 1928, na Bahia, por Anísio Teixeira.*

Os responsáveis pela série de reformas estaduais ocorridas na década de 1920 tiveram, para ajudá-los no empreendimento, vários fatores concorrendo a seu favor e o primeiro deles foi o próprio clima de euforia pedagógica que tomou conta da sociedade brasileira depois da Primeira Guerra Mundial. Também veio

a favor deles o início do surto industrial, que pressionava por uma nova direção do ensino e a introdução no Brasil das idéias da Escola Nova, em cujas teorias se inspiraram os reformadores.

As doutrinas educacionais da Escola Nova vinham, há séculos, se desenvolvendo na Europa, mas só entraram com toda a sua força na sociedade brasileira na época do entusiasmo pedagógico do fim da Primeira República, em boa parte por obra de estudiosos tais como Fernando de Azevedo, Anísio Teixeira e Lourenço Filho, que figuraram também na lista dos reformadores estaduais.

O movimento reformista foi favorecido pela criação, em 1924, da Associação Brasileira de Educação, que agremiou elementos de todo país em torno de questões de âmbito nacional relativas à Educação escolar. Através de conferências, curados, debates e inquéritos, os profissionais da Educação divulgavam as idéias de escolas renovadas. Isto contribuiu para formação de uma nova consciência educacional relativa ao papel do Estado na Educação, levando à necessidade de expansão da escola pública, ao direito de todos na educação, levando a exigência de uma política nacional de Educação, na qual a união exerce o papel coordenador, orientador e supletivo no desenvolvimento do ensino em todo país. Muitas dessas idéias viriam a consubstanciar-se em proposições do manifesto dos pioneiros da Educação Nova (1932) e em dispositivo da carta de 1934.

2.5. A Educação no Pós 1930

A queda da República Velha, sob o impacto da Revolução de 1930, transformou as relações de poder entre o governo federal e os estados, dando início a um período de progressiva centralização política econômica. Embora não trouxesse uma programação definida, seja para o setor político-econômico, seja para o educacional, a revolução deu início a um período em que todos os campos foram atingidos, caracterizando-se progressivamente a passagem de

uma sociedade pré-capitalista, agrária - comercial e artesanal, para uma sociedade urbano-industrial.

As transformações políticas e econômicas ocorridas a partir de 1930 foram acompanhadas de grandes alterações sociais, especialmente nos Estados do sudeste, onde se encontravam os processos de industrialização. Isto acelerou a urbanização e as migrações para as cidades, que passaram a oferecer novas oportunidades de trabalho e salários mais vantajosos. Assim, a população urbana elevou-se de 10% em 1920 para 31,24% em 1940, 36,16% em 1950, atingindo 45,8% em 1960, este fato causou um reflexo na urbanização, tendo como conseqüência o desenvolvimento de um importante setor de serviços que se localizavam nas grandes cidades do sudeste, modificando assim, a sua estratificação social. (www.accio.com.br)

Com a nova ordem político-econômica, o aumento da população urbana relativamente à rural, e o aparecimento de novas ocupações ligadas a vida urbana industrial, surgiram maiores possibilidades de mobilidade social, passando a educação escolar a representar um meio de êxito profissional. Assim, a demanda por educação cresceu consideravelmente, sobretudo no período posterior a 1945.

As mesmas transformações sócio-econômicas, que determinaram a incorporação de novas camadas sociais ao ensino secundário, também tiveram como conseqüência a modificação do *status* social das mulheres, que passaram a freqüentar o ensino secundário, contribuindo para a expansão do mesmo. Portanto entre 1933 e 1960, as matrículas aumentaram em 253,67% para o ensino primário, e 402,11% para o ensino normal, levando o crescimento das matrículas no ensino secundário a um percentual de 1207%. (www. accio.com. br)

Logo, o governo central para atuar, de forma mais significativa no processo de organização do ensino, criou, em 1930, o Ministério da Educação e Saúde Pública e, em 1931, o Conselho Nacional de Educação, órgão consultivo destinado a assessorar o ministro.

As reformas realizadas nos anos imediatamente posteriores à revolução pelo primeiro ministro da educação e saúde pública Francisco Campos evidenciaram a ampliação das funções federais relativas às modalidades de ensino por elas abrangidas. Para o ensino secundário, a reforma Francisco Campos significou a definitiva superação dos exames parcelados, que vinham consagrando a proeminência de estudos avulsos, e irregulares, bem como a concepção preparativa. Entre outros méritos a reforma deu uma estrutura orgânica ao ensino secundário, comercial e superior. Com relação ao ensino secundário, Francisco Campos escreveu:

> "A finalidade exclusiva do ensino secundário não há de ser a matrícula nos cursos superiores; o seu fim, pelo contrário, deve ser a preparação do homem para todos os grandes setores da atividade nacional, constituindo no seu espírito todo um sistema de hábitos, atitudes e comportamentos que o habitem a viver por si e tomar, em qualquer situação, as decisões mais convenientes e mais seguras".(ROMANELLI, 1978).

Como citado, dentre algumas medidas da Reforma Francisco Campos, estavam a criação do Conselho Nacional de Educação e a organização do ensino secundário e comercial. Dessa forma, Francisco Campos havia dividido o curso secundário em dois ciclos de cinco e dois anos, respectivamente, o primeiro fundamental, e o segundo complementar, orientado para as diferentes opções de carreira universitária. A lei de 1931 previa, ainda, a criação de um sistema nacional de inspeção do ensino secundário, a ser feito por uma rede de inspetores regionais.

Pela primeira vez num texto constitucional brasileiro ficavam estabelecidos os princípios de gratuidade e obrigatoriedade do ensino primário, e da educação como direito de todos. Além do que, percentuais da receita dos impostos foram vinculados para a manutenção e desenvolvimento do ensino.

A orientação centralista acabou por ser consagrada com a constituição outorgada em 1937, cabendo assim ao Estado Novo fixar as bases e determinar os quadros da educação nacional da infância e da juventude. Porém, a referida carta silencia quanto à vinculação de recursos para a educação e quanto ao

plano nacional da educação. Digna de nota foi a sua preocupação com o ensino profissional, que foi considerado o primeiro dever do estado.

A política educacional centralizadora tentava regulamentar, em âmbito central, a organização e o funcionamento de todos os tipos de ensino no país. Assim, em 1942, depois de muitos estudos e consultas aos órgãos especializados, o ministro Gustavo Capanema promoveu uma nova reforma do ensino, que viria a ser conhecida como Lei Orgânica do Ensino Secundário. (Brasil, 1942a). De acordo com Lauro de Oliveira Lima, Educador brasileiro. (www. wikipedia.org) "dispensaram qualquer debate público, sendo elaboradas no sigilo dos gabinetes, por um pequeno grupo de intelectuais, e impostas a um sistema escolar em crescimento". (LIMA, 1974).

Foi organizado o ensino técnico-profissional nas três áreas da economia (agrícola, industrial e comercial). Pela impossibilidade de o sistema de ensino oferecer a educação profissional necessária à indústria e, de oferecer recursos, o governo preocupou-se em engajar o setor industrial na qualificação de seu pessoal.

Apesar de ter sido mais enfática na questão profissional, a reforma estava impregnada pela ideologia do governo favorável a um Sistema Educacional de discriminação social. Pode-se perceber este fato no artigo 129, assim redigido:

> O ensino pré-vocacional e profissional destinado às classes menos favorecidas é em matéria de educação o primeiro dever do Estado. Cumpre-lhe dar execução a esse dever, fundando institutos de ensino profissional e subsidiando os de iniciativas dos Estados, dos Municípios e dos indivíduos ou associações particulares e profissionais.(Brasil, 1942a).

Este artigo oficializou o ensino profissional como ensino destinado aos pobres, e o Estado instituiu oficialmente a discriminação social, por meio da escola, fazendo novamente com que a demanda social da educação se voltasse para o ensino secundário, onde se poderia assegurar o prestígio social.

Pela nova Lei, o curso secundário seria ministrado em dois ciclos. O primeiro, constando do curso ginasial e o segundo, compreendendo dois cursos

paralelos: o clássico e o científico. O curso ginasial teria duração de quatro anos e se destinaria a dar aos adolescentes os elementos fundamentais do curso secundário. O curso clássico, com duração de três anos, concorreria para a função intelectual. Com a mesma duração, o científico enfatizaria o estudo das ciências. (Brasil, 1942a).

A partir dessa divisão em primeiro e segundo ciclos, passou a haver uma denominação diversa para os estabelecimentos de ensino secundários: ginásios e colégios.

Por influência da segunda Guerra Mundial, a lei instituiu também a educação militar para os alunos do sexo masculino. Reafirmou o caráter facultativo da educação religiosa e obrigatória da educação moral e cívica, e recomendou ainda que a educação das mulheres fosse feita em estabelecimentos distintos daquele onde se educavam os homens. (Brasil, 1942a).

Estas reformas marcam uma distinção entre o trabalho intelectual, para as classes mais favorecidas, e o trabalho manual, enfatizando o ensino profissional para as classes mais desfavorecidas. Logo, o Decreto-Lei 4.048, de 22 de janeiro, criou o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial – SENAI. (Brasil, 1942b). Já o Decreto-Lei 4.481, de 16 de julho, dispôs sobre a obrigatoriedade dos estabelecimentos indústrias empregarem um total de 8% correspondente ao número de operários e matriculá-los nas escolas do SENAI. (Brasil, 1942c). Ainda no espírito da Reforma Capanema foi baixado o Decreto-lei 6.141, de 28 de dezembro de 1943, regulamentando o ensino comercial (Brasil, 1943). O Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial – SENAC só seria criado em 1946. (Niskier, 1989).

Foram assim promulgadas entre 1942/1946 por iniciativa do ministro Gustavo Capanema as leis orgânicas do ensino, decreto e leis federais que regulamentavam minuciosamente os diversos ramos e modalidades do ensino secundário, industrial, comercial, agrícola, normal e primário.

A interferência financeira da união no ensino primário, solicitada desde o império, só ocorreu nos últimos anos do Estado Novo, quando foi instituído o

Fundo Nacional do Ensino Primário e assinado o Convênio Nacional do Ensino Primário. Ainda que se mantendo fiel à tradição de tratar separadamente cada modalidade de ensino, coube à legislação do Estado Novo o mérito de ser abrangente e de aproximar em termos de duração e de divisão em ciclos. Os vários ramos do ensino profissional (comercial, industrial, agrícola), as modalidades de ensino técnico e normal, foram atribuídas finalidades relativas à qualificação profissional. A exposição do motivo da lei orgânica do ensino secundário dava a este a função de formar nos adolescentes uma sólida cultura geral.

Na constituição de 1946, as leis orgânicas continuaram em vigência, com algumas modificações até 1961. Estas leis introduziram a possibilidade de articulação do ensino profissional com o secundário. Já com a lei de diretriz e bases - LDB, lei nº 4.024, de 20/12/61 (Brasil, 1961), deu-se um importante passo no sentido da unificação do sistema de ensino e da eliminação do dualismo administrativo herdado do império. Iniciou-se, pela primeira vez, uma relativa descentralização do sistema como um todo. O Ministro da Educação e Cultura e as Secretarias de Educação deixaram de observar ambas as funções, criando – se para os exercícios das funções normativas o conselho federal de educação, os conselhos estaduais de educação, e o plano de educação referente a cada fundo (Fundo nacional de ensino primário, do ensino médio e do ensino superior).

A lei procurou apenas diminuir a distância que os separava e eliminar as condições de privilégios conferidos ao ensino secundário pela lei orgânica de 1942. O ensino primário obrigatório continuava a ter quatro séries de duração, facultando aos sistemas estaduais o seu prolongamento para leis. Somente em 1961 efetivou-se a vitória dos educadores das décadas de 20 e inicio dos anos 30, fixando as diretrizes gerais e as grandes linhas de um sistema nacional de educação.

2.6. Educação na Nova República (1946 – 1963)

O fim do Estado Novo consubstanciou-se na adoção de uma nova Constituição de cunho liberal e democrático. Esta nova Constituição, na área da Educação, determinou a obrigatoriedade de se cumprir o ensino primário e deu competência à União para legislar sobre diretrizes e bases da educação nacional. Além disso, a nova Constituição fez voltar o preceito de que *a educação é direito de todos*, inspirada nos princípios proclamados pelos Pioneiros, nos primeiros anos da década de 30.

Ainda em 1946 o então Ministro Raul Leitão da Cunha regulamentou o Ensino Primário e o Ensino Normal, além de criar o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial - SENAC, atendendo as mudanças exigidas pela sociedade após a Revolução de 1930.

Baseado nas doutrinas emanadas pela Carta Magna de 1946, o Ministro Clemente Mariani, criou uma comissão com o objetivo de elaborar um anteprojeto de reforma geral da educação nacional. Esta comissão, presidida pelo eminente educador Lourenço Filho, era organizada em três subcomissões: uma para o Ensino Primário, uma para o Ensino Médio e outra para o Ensino Superior.

Em novembro de 1948 este anteprojeto foi encaminhado a Câmara Federal, dando início a uma luta ideológica em torno das propostas apresentadas. Num primeiro momento as discussões estavam voltadas às interpretações contraditórias das propostas constitucionais. Num momento posterior, após a apresentação de um substitutivo do Deputado Carlos Lacerda, as discussões mais marcantes relacionaram-se à questão da responsabilidade do Estado quanto à educação, inspirados nos educadores da velha geração de 30, e a participação das instituições privadas de ensino.

Depois de 13 anos de acirradas discussões foi promulgada a Lei 4.024, em 20 de dezembro de 1961, pelo então Presidente João Goulart que introduziu como inovação a respeito da Educação Nacional, a descentralização do Ensino.

O aspecto mais característico da nova Lei era conceder categoria pública ao ensino privado. As verbas destinadas à educação pública foram desviadas para a manutenção dos sistemas escolares estaduais e para os auxílios às escolas empresárias. O Ministério de Educação e Cultura deixou de ser o órgão orientador, fiscalizador e estimulador da educação nacional, sendo transferido o seu poder para o Conselho Federal de Educação e para as Secretarias de Educação dos Estados. (Brasil, 1961)

Se as discussões sobre a Lei de Diretrizes e Bases para a Educação Nacional foi o fato marcante, por outro lado muitas iniciativas marcaram este período como, talvez, o mais fértil da História da Educação no Brasil:

- Em 1950, em Salvador, no Estado da Bahia, Anísio Teixeira inaugura o Centro Popular de Educação (Centro Educacional Carneiro Ribeiro), dando início a sua idéia de *escola-classe* e *escola-parque*.
- Em 1952, em Fortaleza, o educador Lauro de Oliveira Lima iniciou uma didática baseada nas teorias científicas de Jean Piaget: o Método psicogenético.
- Em 1953 a educação passou a ser administrada por um Ministério próprio: o Ministério da Educação e Cultura.
- Em 1961 a Prefeitura Municipal de Natal, iniciou uma campanha de alfabetização ("*De Pé no Chão Também se Aprende a Ler*"). A técnica didática, criada pelo pernambucano Paulo Freire, propunha-se a alfabetizar adultos em 40 horas. A experiência teve início na cidade de Angicos, no Estado do Rio Grande do Norte, e, logo depois, na cidade de Tiriri, no Estado de Pernambuco.
- Em 1962 foi criado o Conselho Federal de Educação, cumprindo o artigo 9º da Lei de Diretrizes e Bases. Este substituiu o Conselho Nacional de Educação. Foram criados também os Conselhos Estaduais de educação.
- Ainda em 1962 foi criado o Plano Nacional de Educação e o Programa Nacional de Alfabetização, pelo Ministério da Educação e Cultura, inspirado no Método Paulo Freire.

Em 1964, o golpe militar abortou todas as iniciativas de se revolucionar a educação brasileira, sob o pretexto de que as propostas eram "*comunizantes e subversivas*". Foi um período em que o país viveu a emergência de um novo modelo econômico apoiado pelas empresas internacionais. A política do nacionalismo desenvolvimentista já não mais se ajustara a esse modelo. Necessitava-se de novas políticas para a sustentação do novo modelo político. (www. accio.com. br)

2.7. A Educação no Período Militar (1964 -1985)

Alguma coisa acontecia na educação brasileira. Pensava-se em erradicar definitivamente o analfabetismo através de um programa nacional, levando-se em conta as diferenças sociais, econômicas e culturais de cada região.

A criação da Universidade de Brasília, em 1961, permitiu vislumbrar uma nova proposta universitária, com o planejamento, inclusive, do fim do exame vestibular, valendo, para o ingresso na Universidade, o rendimento do aluno durante o curso de 2º grau (ex-Colegial e atual Ensino Médio).

Depois da implementação do regime militar ditatorial de 1964 muito educadores passaram a ser perseguidos em função de posicionamentos ideológicos. Muito foram calados para sempre, alguns outros se exilaram, outros se recolheram à vida privada e outros, demitidos, trocaram de função.

O Regime Militar espelhou na educação o caráter antidemocrático de sua proposta ideológica de governo: professores foram presos e demitidos; universidades foram invadidas; estudantes foram presos, feridos, nos confronto com a polícia, e alguns foram mortos; os estudantes foram calados e a União Nacional dos Estudantes proibida de funcionar; o Decreto – Lei 477 calou a boca de alunos e professores (Brasil, 1969). À época, o Ministro da Justiça declarou que "estudantes têm que estudar" e "não podem fazer baderna".

Nessa época, firmaram-se acordos do MEC e seus órgãos com a USAID – Agência Norte – Americana para o Desenvolvimento Internacional, visando à

cooperação econômico – financeira para a organização e desenvolvimento do sistema educacional. A ajuda externa vinha através de programas que foram implantados sem nenhuma análise por parte dos educadores brasileiros. A sua presença se fez desde a organização do sistema educacional até as propostas dos currículos dos diversos níveis de ensino, implantando a visão tecnicista no contexto da educação brasileira, com as repercussões por todos conhecidas.

Neste período, porém, deu-se a grande expansão das universidades no Brasil. E, para acabar com os "excedentes" (aqueles que tiravam notas suficientes para, mas não conseguiam vaga para estudar), foi criado o vestibular classificatório.

Para erradicar o analfabetismo foi criado o Movimento Brasileiro de Alfabetização, aproveitando-se, em sua didática, no expurgado Método Paulo Freire, denominado MOBRAL, que propunha erradicar o analfabetismo no Brasil... Não conseguiu. E, entre denúncias de corrupção, foi extinto. No período mais cruel da ditadura militar, onde qualquer expressão popular contrária aos interesses do governo era abafada, muitas vezes pela violência física, que foi instituída a Lei 5.692, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, em 1971. (Brasil, 1971).

A característica mais marcante desta Lei era tentar dar a formação educacional um cunho profissionalizante. Dentro do espírito dos "slogans" propostos pelo governo, como "Brasil grande", "ame-o ou deixe-o", "milagre econômico", etc., planejava-se fazer com que a educação contribuísse, de forma decisiva, para o aumento da produção brasileira.

A lei introduziu no país a obrigatoriedade da profissionalização em todos os cursos de 2º Grau, o que implicava em valorização das áreas tecnológicas com perda gradativa das áreas de ciências humanas.

A História e a Geografia foram integradas na área de Estudos Sociais, o que causou a superficialidade desses conteúdos; a Educação Moral e Cívica e/ou Estudos dos Problemas Sociais, passaram a ser disciplinas obrigatórias e

responsáveis pela formação do cidadão brasileiro, com visões distorcidas de cidadania e nacionalismo.

A ditadura militar se desfez por si só, tamanha era a pressão popular, de vários setores da sociedade, que o processo de abertura política tornou-se inevitável. Mesmo assim, os militares deixaram o governo através de uma eleição indireta, mesmo que concorressem somente dois civis (Paulo Maluf e Tancredo Neves).

2.8. A Educação no Período da Abertura Política (1986-2001)

Com o fim do Regime Militar, a eleição indireta de Tancredo Neves, seu falecimento e a posse de José Sarney, discutir-se-iam novamente questões sobre educação de uma forma democrática e aberta. A discussão sobre as questões educacionais já havia perdido o seu sentido pedagógico e assumido um caráter político. Para isso houve uma participação mais ativa de pensadores de outras áreas do conhecimento que passaram a falar de educação num sentido mais amplo do que as questões pertinentes à escola, à sala de aula, à didática e à dinâmica escolar em si mesma. Impedidos de atuarem em suas funções, por questões políticas durante o Regime Militar, profissionais da área de Sociologia, filosofia, antropologia, história, psicologia, entre outras, passaram a assumir postos na área da educação e a concretizar discursos em nome da educação.

O Projeto de Lei da nova LDB foi encaminhado à Câmara Federal, pelo Deputado Octávio Elisio em 1988. No ano seguinte o Deputado Jorge Hage envia à Câmara um substitutivo ao Projeto e, em 1992, o Senador Darcy Ribeiro apresenta um novo Projeto que acabou por ser aprovado em dezembro de 1996, oito anos após o encaminhamento do Deputado Otávio Elisio. Assim, a nova Lei Nº 9.394 Lei Diretrizes e Bases da educação foi promulgada em 20 de Dezembro de 1996. (Brasil, 1996).

O Governo Collor de Mello, em 1990, lançou o projeto de construção de Centros Integrados de Apoio à Criança - CIACS, em todo o Brasil, inspirados no

modelo dos Centros Integrados de Educação Pública - CIEPS, do Rio de Janeiro, existentes desde 1982.

Neste período, do fim do Regime Militar aos dias de hoje, a fase politicamente marcante na educação, foi o trabalho do Ministro Paulo Renato de Souza à frente do Ministério da Educação. Logo no início de sua gestão, através de uma Medida Provisória extinguiu o Conselho Federal de Educação e criou o Conselho Nacional de Educação, vinculado ao Ministério da Educação e Cultura. Esta mudança tornou o Conselho menos burocrático e mais político.

Cabe ressaltar que podemos não concordar com a forma como têm sido executados alguns programas, temos que reconhecer que, em toda a História da Educação no Brasil, contada a partir do descobrimento, jamais houve execução de tantos projetos na área da educação numa só administração. Entre esses programas destacam-se:

- Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério - FUNDEF
- Programa de Avaliação Institucional - PAIUB
- Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica – SAEB
- Exame nacional do Ensino Médio – ENEM
- Parâmetros Curriculares Nacionais –PCNs
- Exame Nacional de Cursos – ENC

Desses Programas, o mais contestado, foi o Exame Nacional de Cursos e o chamado Provão", onde os alunos das universidades devem realizar uma prova ao fim do curso para receber seus diplomas. Esta prova, em que os alunos podem simplesmente assinar a ata de presença e se retirar sem responder nenhuma questão, é levada em consideração como avaliação das instituições. Além do mais, entre outras questões, o exame não diferencia as regiões do país e as condições de cada IES (Instituição de Ensino Superior), como, por exemplo, infraestrutura e capacitação docente.(www.accio.com.br)

2.9. Cronologia da História da Educação Brasileira

A tabela 2.1, a seguir, apresenta um resumo dos principais acontecimentos na educação brasileira. Destacando-se os principais eventos relacionados ao ensino médio.

Tabela 2.1 – Evolução da educação no Brasil: principais acontecimentos-período de 1549 a 1998.

ANO	HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA
1549	· Chega ao Brasil o primeiro grupo de seis padres jesuítas, chefiados por Manuel de Nóbrega, marcando o início da História da Educação no Brasil (nos moldes europeus). · Quinze dias após a chegada funda, na cidade de Salvador, a primeira escola elementar.
1554	· São fundadas as escolas jesuítas de São Paulo de Piratininga, tendo como seu primeiro professor o padre José de Anchieta, e a da Bahia.
1556	· É fundado o colégio jesuíta de Todos os Santos. · Começa a vigorar as "**Constituições da Companhia de Jesus**", incluindo a aprendizagem do canto, da música instrumental e o estudo profissional agrícola.
1567	· É fundado o colégio jesuíta do Rio de Janeiro.
1570	· O Brasil conta com cinco escolas elementares (Porto Seguro, Ilhéus, São Vicente, Espírito Santo e São Paulo de Piratininga) e três colégios (Rio de Janeiro, Pernambuco e Bahia).
1759	· Duzentos e dez anos após a chegada e de serem os únicos responsáveis pela educação no Brasil, deixam a colônia cerca de Quinhentos padres jesuítas, expulsos pelo Marquês de Pombal, Ministro de D. José I, paralisando 17 colégios, 36 missões, seminários menores e escolas elementares.· O Alvará de 28 de julho determina a instituição de aulas de gramática latina, aulas de grego e de retórica, além de criar o cargo de "*Diretor de Estudos*". Medidas inócuas para um sistema de ensino fragmentado.
1770	A **Reforma Pombalina de Educação** substitui o sistema jesuítico e o ensino é dirigido pelos vice·reis nomeados por Portugal.
1772	· É instituído o "*subsídio literário*", imposto destinado a manutenção dos ensinos primário e médio. · É fundada, no Rio de Janeiro, a **Academia Científica**.
1810	· Desfazendo·se de seus próprios livros (60.000 volumes), trazidos de Portugal, D. João funda a nossa primeira biblioteca. · É criada a **Academia Militar**.
1812	São criados cursos de Agricultura na Bahia. · É criada a escola de serralheiros, oficiais de lima e espingardeiros, em Minas Gerais. · É criado o laboratório de química no Rio de Janeiro.
1822	O Decreto de 1º de março criava no Rio de Janeiro uma escola baseada no **método lancasteriano** ou de ensino mútuo. Ou seja, somente um professor para cada escola.

1824	· A Constituição, outorgada pela **Assembléia Constituinte**, dizia, no seu artigo 179, que a instrução primária era gratuita a todos os cidadãos.
1834	· O **Ato Adicional** da reforma constitucional dizia que a educação primária e secundária ficaria a cargo das províncias, restando a administração nacional o ensino superior.
1835	É criada uma escola normal em Niterói. A primeira do Brasil.
1838	· O **Colégio Pedro II** é fundado no Rio de Janeiro
1854	O **Decreto 1331A**, de 17 de fevereiro, reforma os ensinos primário e secundário, exigindo professores credenciados e a volta da fiscalização oficial; cria a **Inspetoria Geral da Instrução Primária e Secundária**. · É criada uma escola normal na Paraíba.
1873	Com o objetivo de estimular o desenvolvimento dos estudos secundários nas províncias e de facilitar aos candidatos das províncias o acesso aos cursos superiores, o Ministro João Alfredo Correia de Oliveira instalou nas capitais das províncias do Império bancas de exames gerais preparatórios.
1874	· É criada a **Escola Politécnica**
1889	Ferreira Viana, Ministro do Império dizia ser fundamental formar "*professores com a necessária instrução científica e profissional*". · Em sua última fala do trono Sua Majestade pedia empenho para a criação de um ministério destinado aos negócios da Instrução Pública. · Com a **Proclamação da República**, no Governo Provisório do Marechal Deodoro da Fonseca, torna-se **Ministro da Instrução Pública, Correios e Telégrafos** Benjamin Constant Botelho de Magalhães. · Os alunos matriculados nas escolas correspondem a 12% da população em idade escolar.
1890	· O **Decreto 510**, do **Governo Provisório da República**, diz, em seu artigo 62, item 5º, que "*o ensino será leigo e livre em todos os graus e gratuito no primário*". · O índice de analfabetismo no Brasil é de 67,2%.
1891	A **Constituição** estipula o ensino leigo nas escolas públicas, em oposição ao ensino religioso. · É **Ministro da Instrução Pública, Correios e Telégrafos** João Barbalho Uchoa Cavalcanti. · No Governo de Floriano Peixoto são **Ministros da Instrução Pública, Correios e Telégrafos**: José Higino Duarte Pereira (interino) e Fernando Lobo Leite Pereira.
1927	O educador Francisco Campos realiza no Estado de Minas Gerais uma reforma educacional. · Realiza·se a primeira das **Conferências Nacionais de Educação**, em Curitiba, organizada pela **Associação Brasileira de Educação · ABE**. · Por iniciativa de Francisco Mendes Pimentel é criada a **Universidade de Minas Gerais** (a iniciativa teve curta duração).
1930	São **Ministros da Justiça e Negócios Interiores**, na **Junta Governativa** que durou apenas onze dias, Gabriel Loureiro Bernardes e Afrânio de Melo Franco (interino). · É criado o **Ministério da Educação e Saúde Pública**, através do **Decreto 19.402**, tendo como Ministros no Governo Getúlio Vargas: Francisco Luiz da Silva Campos, Belizário Augusto de Oliveira Pena, Washington Ferreira Pires e Gustavo Capanema. · O educador Lourenço Filho publica "***Introdução ao Estudo da Escola Nova***". · O educador Fernando de Azevedo cria a **Biblioteca Pedagógica Brasileira**. · Os alunos matriculados nas escolas correspondem a 30% da população em idade escolar.
1931	O governo provisório sanciona decretos organizando o ensino secundário e as universidades brasileiras ainda inexistentes. Estes Decretos ficaram conhecidos como "***Reforma Francisco Campos***": · O **Decreto 19.850**, de 11 de abril, cria o **Conselho Nacional de Educação**. · O **Decreto 19.851**, de 11 de abril, institui o **Estatuto das Universidades Brasileiras** que dispõe sobre a organização do ensino superior no Brasil e adota o regime universitário

	· O **Decreto 19.852**, de 11 de abril, dispõe sobre a organização da **Universidade do Rio de Janeiro**. · O **Decreto 19.890**, de 18 de abril, dispõe sobre a organização do **ensino secundário**. · O **Decreto 20.158**, de 30 de julho, organiza o **ensino comercial**, regulamenta a profissão de contador e dá outras providências. · O **Decreto 21.241**, de 14 de abril, consolida as disposições sobre o **ensino secundário**.
1932	Um grupo de educadores lança à nação o "***Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova***", redigido por Fernando de Azevedo. · O **Decreto 21.241**, de 4 de abril, consolida a reforma do **ensino secundário**, visando, segundo Francisco Campos, "*a formação do homem para todos os grandes setores da atividade nacional*". Este **Decreto** resultou na implantação de um currículo enciclopédico
1934	A nova Constituição dispõe, pela primeira vez, que a educação é direito de todos, devendo ser ministrada pela família e pelos Poderes Públicos. Passa a funcionar o **Conselho Nacional de Educação CNE** e os **Conselhos Estaduais de Educação · CEEs**. Por iniciativa do governador Armando Salles Oliveira foi criada a **Universidade de São Paulo**. A primeira a ser criada e organizada segundo as normas do **Estatuto das Universidades Brasileiras** de 1931. É fundada a Universidade de Porto Alegre.
1942	É decretada a reforma do ensino relativa ao ensino secundário, conhecida como **Reforma Capanema**: · O **Decreto-lei 4.048**, de 22 de janeiro, cria o **Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial - SENAI**. · O **Decreto-lei 4.073**, de 30 de janeiro, regulamenta o **ensino industrial**. · O **Decreto-lei 4.244**, de 9 de abril, regulamenta o **ensino secundário**. · O **Decreto-lei 4.481**, de 16 de julho, dispõe sobre a obrigatoriedade dos estabelecimentos industriais empregarem um total de 8% correspondente ao número de operários e matriculá-los nas escolas do **SENAI**. · O **Decreto-lei 4.436**, de 7 de novembro, amplia o âmbito do **SENAI**, atingindo também o setor de transportes, das comunicações e da pesca. · O **Decreto-lei 4.984**, de 21 de novembro, compele que as empresas oficiais com mais de cem empregados a manter, por conta própria, uma escola de aprendizagem destinada à formação profissional de seus aprendizes.
1943	Ainda no espírito da **Reforma Capanema** é baixado o **Decreto-lei 6.141**, de 28 de dezembro, regulamentando o **ensino comercial**. É criada em Recife, por Felipe Tiago Gomes, a Campanha do Ginasiano Pobre **- CGP**, núcleo inicial da futura **Campanha Nacional de Escolas da Comunidade - CNEC**. A **Consolidação das Leis do Trabalho** exige que sejam implantadas creches nas empresas para filhos de funcionários. · É fundada a **Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro - UFRRJ**.
1946	A nova **Constituição** determina a obrigatoriedade de se cumprir o ensino primário e dá competência à **União** para legislar sobre as diretrizes e bases da educação nacional. Volta a figurar na **Constituição** que "*a educação é direito de todos*". Tendo como Ministro da Educação Raul Leitão da Cunha, são baixados os seguintes **Decretos-lei**: · O **Decreto-lei 8.529**, de 2 de janeiro, regulamenta o **ensino primário**. · O **Decreto-lei 8.530**, de 2 de janeiro, regulamenta o **ensino normal**. · Os **Decretos-lei 8.621** e **8.622**, de 10 de janeiro, criam o **Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial - SENAC**. · O **Decreto-lei 9.613**, de 20 de agosto, regulamenta o **ensino agrícola**. São fundadas a **Universidade Federal de Pernambuco** e a **Pontifícia Universidade Católica de São Paulo**. · São Ministros da Educação e Saúde Pública, no Governo Eurico Gaspar Dutra: Ernesto de Souza Campos, Clemente Mariani Bittencourt, Eduardo Rios Filho (interino) e Pedro Calmon Moniz de

	Bittencourt.
1948	O governo, através do Ministro Clemente Mariani, encaminha ao **Congresso Nacional** o projeto de **Lei de Diretrizes e Bases para a Educação Nacional**. Realiza-se o **I Congresso Nacional da Campanha do Ginasiano Pobre** que passa a se chamar **Campanha Nacional dos Educandários Gratuitos**.
1953	Com a criação do **Ministério da Saúde**, o **Ministério da Educação e Saúde Pública** passa a se chamar **Ministério da Educação e Cultura**. É criada a **Campanha de Aperfeiçoamento e Difusão do Ensino Secundário - CADES**, vinculado à **Diretoria do Ensino Secundário**, dirigida por Armando Hildebrand. É criado o **Comitê Brasileiro da Organização Mundial de Educação Pré-Escolar - OMEP**.
1955	É criado o **Instituto Superior de Estudos Brasileiros - ISEB**, com o objetivo de criar uma "*cultura brasileira*". É criada a **Campanha Nacional de Alimentação Escolar - CNAE**, vinculada ao **Ministério da Educação**. Anísio Teixeira funda os **Centros de Pesquisas Educacionais de São Paulo**, Rio de Janeiro, Recife, Belo Horizonte, Salvador e Porto Alegre. O Deputado Carlos Lacerda apresenta seu primeiro substitutivo ao projeto de **Lei para Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. É Ministro da Educação e Cultura, no Governo Nereu Ramos: Abgard de Castro Araújo Renault. São fundadas a **Pontifícia Universidade Católica de Campinas** e a **Universidade Federal da Paraíba**.
1957	É criada a **Revista Escola Secundária**, pela **Campanha de Aperfeiçoamento e Difusão do Ensino Secundário - CADES**, do **Ministério da Educação**. O ministro Clóvis Salgado altera o projeto original da **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional** e envia para o **Congresso Nacional** o **Substitutivo nº 2.222**. Fundada a **Universidade Federal do Pará**.
1959	A **Emenda Carlos Lacerda** (seu terceiro substitutivo) prevalece sobre o texto das **Diretrizes e Bases da Educação Nacional**, alterando substancialmente a pujança do projeto original. Cento e oitenta educadores lançam um manifesto à nação, solicitando ao governo que o projeto da **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional** fosse rejeitado.
1961	Depois de treze anos de discussões é promulgada a **Lei 4.024**, que regulamenta as **Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. O presidente João Goulart ainda vetou 25 artigos que posteriormente receberam aprovação pelo **Congresso**. Surgem os **Centros Populares de Cultura - CPC**, intimamente ligados à **União Nacional dos Estudantes - UNE**, e o **Movimento de Educação de Base - MEB**, ligado à **Confederação Nacional dos Bispos do Brasil - CNBB** e ao governo da União. A Prefeitura Municipal de Natal, no Rio Grande do Norte, inicia uma campanha de alfabetização ("***De Pé no Chão Também se Aprende a Ler***"). A técnica didática, criada pelo pernambucano Paulo Freire, propunha-se a alfabetizar em 40 horas adultos analfabetos. A experiência teve início na cidade de Angicos, no Estado do Rio Grande do Norte, e, logo depois, na cidade de Tiriri, no Estado de Pernambuco. É Ministro da Educação e Cultura, no Governo Jânio Quadros: Brígido Fernandes Tinoco. São Ministros da Educação e Cultura, no Governo João Goulart, durante o Regime Parlamentarista: Antonio Ferreira de Oliveira Brito, Roberto Tavares de Lira e Darcy Ribeiro; durante o Regime Presidencialista: Teotônio Maurício Monteiro de Barros Filho, Paulo de Tarso Santos e Júlio Furquim de Sambaqui (interino). É criada a **Universidade de Brasília**, a **Universidade Federal de Alagoas e a do Espírito Santo e a Universidade Católica de Petrópolis e a de Salvador.**
1962	É criado o **Conselho Federal de Educação**, cumprindo o artigo 9º da **Lei de Diretrizes e Bases**. Este substitui o **Conselho Nacional de Educação**. São criados também os **Conselhos Estaduais de Educação**

	É criado o **Plano Nacional de Educação** e o **Programa Nacional de Alfabetização**, pelo **Ministério da Educação e Cultura**, inspirado no **Método Paulo Freire**. É fundada a **Universidade Estadual de Campinas** e a **Universidade Norte de Ensino Superior de Montes Claros**, Minas Gerais.
1965	Acordo **MEC/Conselho de Cooperação Técnica da Aliança para o Progresso - CONTAP/*USAID*** para melhoria do ensino médio. Previa assessoria técnica americana para o planejamento do ensino e treinamento de técnicos brasileiros nos Estados Unidos.
1966	Acordo **MEC/ CONTAP/ *USAID*** de assessoria para a expansão e aperfeiçoamento do quadro de professores de ensino médio no Brasil.
1968	A **Lei 5.540**, de 28 de novembro, fixa normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média.
1971	É promulgada a **Lei 5692** que regulamenta o ensino de primeiro e segundo graus. Entre outras determinações amplia a obrigatoriedade escolar de quatro para oito anos, aglutina o antigo primário com o ginasial, suprimindo o exame de admissão e criando a escola única profissionalizante. A **Resolução nº 8** do **Conselho Federal de Educação** fixa o núcleo comum para os currículos do ensino de 1º e 2º graus, definindo seus objetivos e a amplitude. O **Parecer 853** do **Conselho Federal de Educação** define a doutrina de currículo, indica os conteúdos de núcleo comum, apresenta o conceito de matéria, orienta suas formas de tratamento e integração, indica os objetivos das áreas de estudo e os do processo educativo, remetendo-os ao objetivo geral do ensino de 1º e 2º graus e aos fins da educação brasileira. O **Decreto 68.908** dispõe sobre o concurso vestibular, fixando as condições para o ingresso na **Universidade**.
1972	O **Parecer nº 45** do **Conselho Federal de Educação** fixa o currículo mínimo a ser exigido em cada habilitação profissional ou conjunto de habilitações afins, no ensino de 2º grau.
1978	A **Portaria nº 505** do **Ministério da Educação** aprova diretrizes básicas para o ensino de **Moral e Cívica** nos cursos de 1º e 2º graus e de **Estudos de Problemas Brasileiros** nos cursos superiores.
1982	A **Lei nº 7044** altera dispositivos da **Lei 5692/71**, referentes à profissionalização do ensino de 2º grau, implicando em algumas mudanças na proposta curricular, dispensando as escolas da obrigatoriedade da profissionalização, voltando a ênfase à formação geral. O **Parecer nº 618** do **Conselho Federal de Educação** explica as alterações introduzidas pela **Lei 7044**.
1986	O **Parecer nº 785** do **Conselho Federal de Educação** reformula o núcleo comum para o ensino de 1º e 2º graus. · A **Resolução nº 6** do **Conselho Federal de Educação** reformula o núcleo comum para os currículos do ensino de 1º e 2º graus, revogando a **Resolução nº 8/71** do próprio **CFE**, dando novas diretrizes.
1992	As disciplinas de **Organização Social e Política do Brasil - OSPB** e **Estudos de Problemas Brasileiros - EPB** deixam de ser obrigatórias, no ensino de 2º grau e superior.
1995	A Universidade de Brasília cria o **Programa de Avaliação Seriada - PAS**, para ingresso na universidade, que acaba com o exame vestibular. A avaliação do aluno é feita durante a realização do 2o grau.
1996	O Presidente sanciona a **Lei nº 9394**, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) que ficou oito anos em discussão no Congresso.
1997	As escolas de 2º grau também são avaliadas através de "***Provão***".
1998	É instituído pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais - INEP, o Exame Nacional do Ensino Médio - ENEM, para ser aplicado aos alunos concluintes e aos egressos deste nível de ensino.

Fonte: Elaboração própria a partir de dados disponibilizados em: www.Pedagogiaemfoco.pro.br .

No capítulo a seguir é descrita a Estrutura Organizacional da Educação no Brasil.

Capítulo 3: A Estrutura Organizacional da Educação no Brasil

Os conteúdos dos itens 3.1 e 3.2 foram extraídos da Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996 - Lei de Diretrizes e Bases (LDB) e as informações do item 3.3 foram baseados no site institucional da Secretaria Estadual de Educação do Estado do Rio de Janeiro (SEERJ).

3.1. A Organização

A Organização da Educação Nacional é composta pela União, pelos Estados, pelo Distrito Federal e pelos Municípios organizados, em regime de colaboração.

Cabe à União a coordenação da política nacional de educação, da articulação os diferentes níveis e sistemas. A União ainda exerce função normativa, redistributiva e supletiva em relação às demais instâncias educacionais.

3.1.1. Atribuições da União

De acordo com a Lei das Diretrizes e Bases da Educação, é papel do Governo Federal, através do Ministério da Educação:

1 - Elaborar o Plano Nacional de Educação, em colaboração com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios;

2 - Organizar, manter e desenvolver os órgãos e instituições oficiais do sistema federal de ensino e o dos Territórios;

3 - Prestar assistência técnica e financeira aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios para o desenvolvimento de seus sistemas de ensino e o atendimento prioritário à escolaridade obrigatória, exercendo sua função redistributiva e supletiva;

4 - Estabelecer, em colaboração com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, competências e diretrizes para a educação infantil, o ensino fundamental e o ensino médio, que nortearão os currículos e seus conteúdos mínimos, de modo a assegurar formação básica comum;

5 - Coletar, analisar e disseminar informações sobre a educação;

6 - Assegurar processo nacional de avaliação do rendimento escolar no ensino fundamental, médio e superior, em colaboração com os sistemas de ensino, objetivando a definição de prioridades e a melhoria da qualidade do ensino;

7 - Baixar normas gerais sobre cursos de graduação e pós-graduação;

8-Assegurar processo nacional de avaliação das instituições de educação superior, com a cooperação dos sistemas que tiverem responsabilidade sobre este nível de ensino;

9-Autorizar, reconhecer, credenciar, supervisionar e avaliar, respectivamente, os cursos das instituições de educação superior e os estabelecimentos do seu sistema de ensino.

3.1.2. Atribuições dos Estados

Também, conforme estabelecido na LDB, cabe aos Governos Estaduais, através das Secretarias Estaduais de Educação.

1-Organizar, manter e desenvolver os órgãos e instituições oficiais dos seus sistemas de ensino;

2-Definir, com os Municípios, formas de colaboração na oferta do ensino fundamental, as quais devem assegurar a distribuição proporcional das responsabilidades, de acordo com a população a ser atendida e os recursos financeiros disponíveis em cada uma dessas esferas do Poder Público;

3-Elaborar e executar políticas e planos educacionais, em consonância com as diretrizes e planos nacionais de educação, integrando e coordenando as suas ações e as dos seus Municípios;

4-Autorizar, reconhecer, credenciar, supervisionar e avaliar, respectivamente, os cursos das instituições de educação superior e os estabelecimentos do seu sistema de ensino;

5-Baixar normas complementares para o seu sistema de ensino;

6-Assegurar o ensino fundamental e oferecer, com prioridade, o ensino médio.

Em relação ao Distrito Federal aplicam-se as competências referentes aos Estados e aos Municípios.

3.1.3. Atribuições dos Municípios

A LDB estabelece que os Municípios incumbir-se-ão, através das Secretarias Municipais de Educação.

1-Organizar, manter e desenvolver os órgãos e instituições oficiais dos seus sistemas de ensino, integrando-os às políticas e planos educacionais da União e dos Estados;

2-Exercer ação redistributiva em relação às suas escolas;

3-Baixar normas complementares para o seu sistema de ensino;

4-Autorizar, credenciar e supervisionar os estabelecimentos do seu sistema de ensino;

5-Oferecer a educação infantil em creches e pré-escolas, e, com prioridade, o ensino fundamental, permitida a atuação em outros níveis de ensino somente quando estiverem atendidas plenamente as necessidades de sua área de competência e com recursos acima dos percentuais mínimos vinculados pela Constituição Federal à manutenção e desenvolvimento do ensino.

Os Municípios podem optar, ainda, por se integrar ao sistema estadual de ensino ou compor com ele um sistema único de educação básica.

3.1.4. O Papel dos Estabelecimentos de Ensino

Respeitadas as normas comuns e as do seu sistema de ensino, a LDB estabelece que os estabelecimentos de ensino têm a função de:

1 -Elaborar e executar sua proposta pedagógica;

2- Administrar seu pessoal e seus recursos materiais e financeiros;

3 -Assegurar o cumprimento dos dias letivos e horas-aula estabelecidos;

4 -Velar pelo cumprimento do plano de trabalho de cada docente;

5 -Prover meios para a recuperação dos alunos de menor rendimento;

6-Articular-se com as famílias e a comunidade, criando processos de integração da sociedade com a escola;

7 -Informar os pais e responsáveis sobre a freqüência e o rendimento dos alunos, bem como sobre a execução de sua proposta pedagógica.

3.1.5. Atribuições dos Docentes

Segundo a LDB, cabe aos docentes:

1 -Participar da elaboração da proposta pedagógica do estabelecimento de ensino;

2 -Elaborar e cumprir plano de trabalho, segundo a proposta pedagógica do estabelecimento de ensino;

3 -Zelar pela aprendizagem dos alunos;

4- Estabelecer estratégias de recuperação para os alunos de menor rendimento;

5-Ministrar os dias letivos e horas-aula estabelecidos, além de participar integralmente dos períodos dedicados ao planejamento, à avaliação e ao desenvolvimento profissional;

6 -Colaborar com as atividades de articulação da escola com as famílias e a comunidade.

A LDB estabelece, ainda, que os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com as suas peculiaridades e conforme os princípios de:

Participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola e de participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes.

Também se configura como atribuição dos sistemas de ensino assegurar às unidades escolares públicas de educação básica que os integram progressivos graus de autonomia pedagógica e administrativa e de gestão financeira, observadas as normas gerais de direito financeiro público.

3.2. A Abrangência dos Sistemas

Os sistemas de ensino estão relacionados às diferentes esferas governamentais, conforme segue:

3.2.1. O Sistema Federal

O Sistema Federal de ensino compreende:

1 - As instituições de ensino mantidas pela União;

2-As instituições de educação superior criadas e mantidas pela iniciativa privada;

3 -Os órgãos federais de educação.

3.2.2. Os Sistemas de Ensino dos Estados e do Distrito Federal Compreendem

1-As instituições de ensino mantidas, respectivamente, pelo Poder Público estadual e pelo Distrito Federal;

2 -As instituições de educação superior mantidas pelo Poder Público municipal;

3-As instituições de ensino fundamental e médio criadas e mantidas pela iniciativa privada;

4 -Os órgãos de educação estaduais e do Distrito Federal, respectivamente.

No Distrito Federal, as instituições de educação infantil, criadas e mantidas pela iniciativa privada, integram seu sistema de ensino.

3.2.3. O Sistema Municipal

Na esfera Municipal, os sistemas de ensino compreendem:

1-As instituições do ensino fundamental, médio e de educação infantil mantidas pelo Poder Público municipal;

2-As instituições de educação infantis criadas e mantidas pela iniciativa privada;

3-Os órgãos municipais de educação.

As instituições de ensino dos diferentes níveis classificam-se nas seguintes categorias administrativas:

1-Públicas, assim entendidas as criadas ou incorporadas, mantidas e administradas pelo Poder Público;

2 -Privadas, assim entendidas as mantidas e administradas por pessoas físicas ou jurídicas de direito privado.

A figura 3.1 mostra, de forma resumida, a estrutura organizacional da educação brasileira:

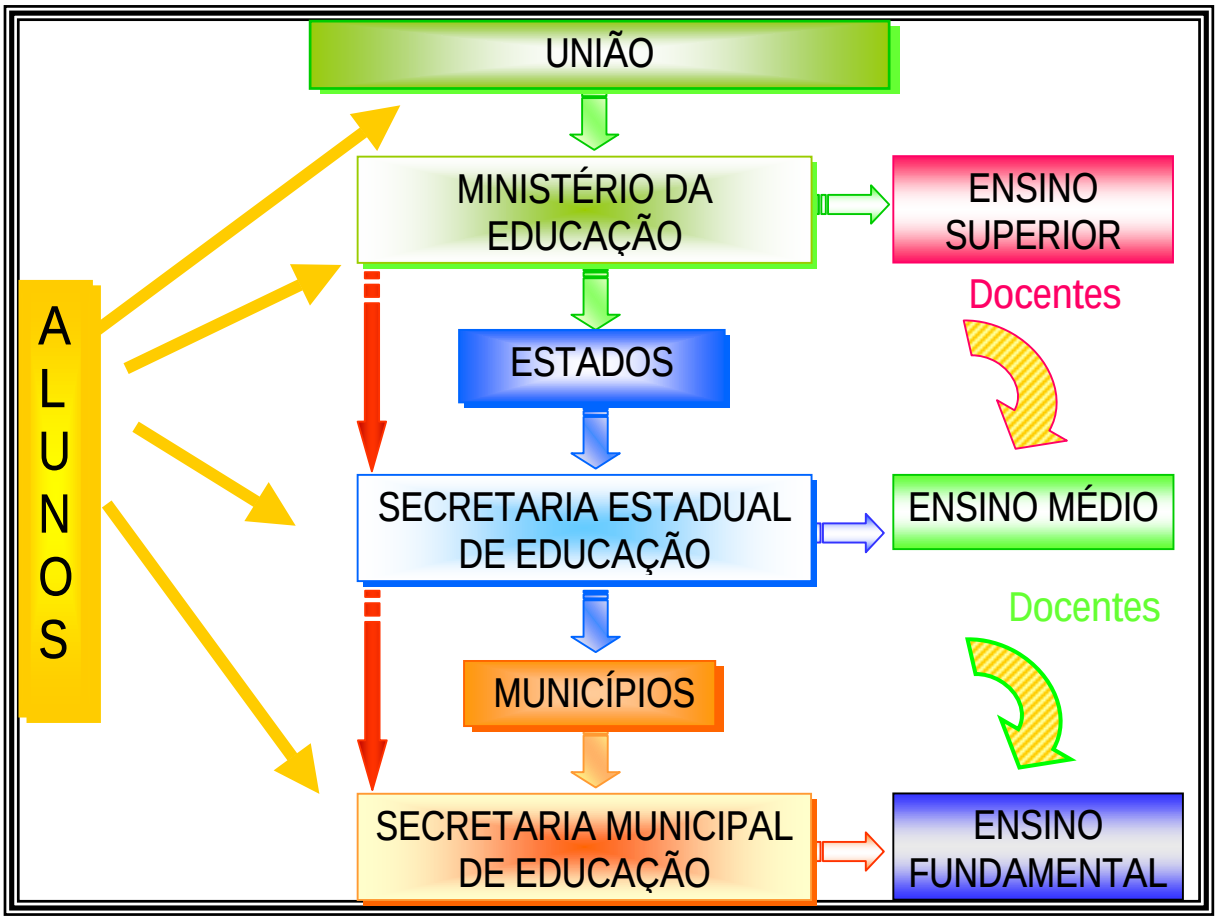

Figura 3.1. Organograma da Organização Educacional Brasileira.

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados descritos neste capítulo.

Como os estudos deste trabalho estão focados no ensino médio, a seguir será destacada a Secretaria Estadual de Educação do Estado do Rio de Janeiro.

3.3. A Secretaria Estadual de Educação

A Secretaria Estadual de Educação do Rio de Janeiro foi criada em 15 de março de 1975. Em sua atual administração, o Secretário Nelson Maculam Filho comanda uma rede de ensino de 1.679 escolas, 77 mil professores, 22.617 funcionários de apoio administrativo e um universo de 1,5 milhão de alunos. A Secretaria é composta por 29 coordenadorias distribuídas por regiões do estado do Rio de Janeiro, de acordo com a Tabela 3.1:

Tabela 3.1. Coordenadorias da SEERJ

REGIÕES	COORDENADORIAS
Baía da Ilha Grande	Baía da Ilha Grande
Baixadas Litorâneas	Baixadas Litorâneas I Baixadas Litorâneas II
Centro Sul	Centro Sul I Centro Sul II
Médio Paraíba	Médio Paraíba I Médio Paraíba II Médio Paraíba III
Metropolitana	Metropolitana I Metropolitana II Metropolitana III Metropolitana IV Metropolitana V Metropolitana VI Metropolitana VII Metropolitana VIII Metropolitana IX Metropolitana X Metropolitana XI
Noroeste Fluminense	Noroeste Fluminense I Noroeste Fluminense II Noroeste Fluminense III
Norte Fluminense	Norte Fluminense I Norte Fluminense II Norte Fluminense III
Serrana	Serrana I Serrana II Serrana III Serrana IV

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da SEERJ.

No mapa da figura 3.2, são mostrados os municípios de cada região, relacionados na tabela 3.1:

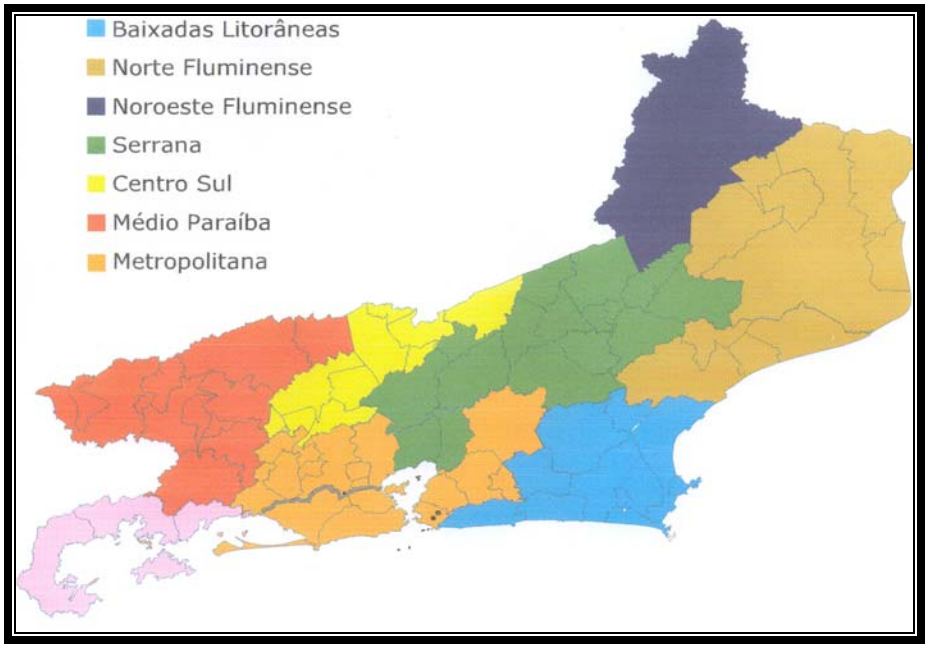

Figura 3.2. Mapa das metropolitanas do estado do Rio de Janeiro:

Fonte: Site institucional da SEEERJ

O foco deste estudo se restringe às escolas situadas no Município do Rio de Janeiro, portanto serão mostrados os detalhes das Metropolitanas III, IV e X.

METROPOLITANA III

Situada no bairro do Méier, coordena 163 escolas, compreendendo escolas de ensino fundamental e ensino médio, totalizando cerca de 68.475 alunos.

METROPOLITANA IV

Situada no bairro de Campo Grande, coordena 141 escolas, compreendendo escolas de ensino fundamental e ensino médio, totalizando cerca de 90.733 alunos.

METROPOLITANA X

Situada no bairro da Tijuca, coordena 163 escolas, compreendendo escolas de ensino fundamental e ensino médio, totalizando cerca de 58.693 alunos.

Além das atribuições definidas por lei, a SEERJ desenvolve ações e projetos paralelos, como mostrados a seguir:

Ações e Projetos Secretaria Estadual de Educação

- ✓ **PROGRAMA SUCESSO ESCOLAR**

O programa sucesso escolar foi lançado em 31 de maio de 2004, com o objetivo de combater a reprovação e a evasão nas escolas, evasões estas que custam ao Estado cerca de R$ 450 milhões por ano. O Rio de Janeiro tem um dos maiores índices de reprovação do Sudeste: 38,1%, cerca de 10% abaixo da média nacional. Desde 2004, os alunos da rede recebem reforço escolar, através de aulas extras. O programa atende aos alunos com baixo desempenho escolar.

- ✓ **PROGRAMA SAÚDE NA ESCOLA**

O Programa promove saúde nos CIEPS desde 2000. Em 1995, com base na Carta de Otawa (WHO, 1986), surgiu o conceito de "Escolas Promotoras de Saúde", através da Iniciativa Global de Saúde na Escola, lançada pela Organização Mundial de Saúde. Trata-se de uma ação em parceria entre as secretarias de Estado de Educação, Saúde e a Defesa Civil, visando a prevenção e a promoção da saúde dos estudantes oferecendo atendimento clínico pediátrico e odontológico.

- ✓ **REGISTRO ÚNICO DO ALUNO (REGUA)**

O Registro Único do Aluno (REGUA) está inserido no Programa de Reestruturação da Rede Pública de Ensino (PRO-REDE). Com o registro, que é uma carteira de estudante que funciona como identidade, os estudantes têm direito ao Passe Livre nos ônibus municipais, além de descontos na área cultural.

✓ PROGRAMA QUADRO DE HORÁRIOS

O Programa foi lançado em outubro de 2004 para definir os quadros de horários de cada turma das 1.854 escolas da rede estadual de ensino, com o objetivo de identificar os professores que não estão dando aula nem exercem funções administrativas nas escolas e assim poder providenciar a alocação deles em outras unidades, combatendo assim o problema da falta de professores.

✓ PROJETO DE CAPACITAÇÃO DE GESTORES ESCOLARES

O Curso de Gestão Escolar para Diretor Geral, Diretor Adjunto e Gerente de Ensino tem como objetivo:

1 – Oferecer formação continuada e/ ou formação em nível de especialização, em serviço, aos gestores das escolas públicas de educação básica da rede estadual.

2 – Contribuir para a melhoria dos processos de gestão da rede estadual do Rio de Janeiro e tornar positivo seu impacto na qualidade da educação Básica.

3 – Contribuir para construção de um novo significado da gestão escolar com base na integração dos aspectos administrativos e pedagógicos nas ações dos gestores.

✓ PROGRAMA ESTADUAL DE LEITURA

O programa pretende estimular o hábito de leitura nos alunos das escolas da rede estadual e promove o acesso a livros e bens culturais. Envolve a criação de pólos de leitura nas bibliotecas das escolas da rede em todos os municípios do Rio, com a promoção, ainda de eventos culturais mensais.

✓ PROGRAMA DE VISITAS

O Programa foi lançado em maio de 2005, com a finalidade de combater a evasão e a repetência nas escolas estaduais. O programa tem por objetivo resgatar o aluno e envolver a família no dia-a-dia da escola. Setecentos estudantes do Ensino Médio, de 140 escolas da rede estadual com altos índices

de evasão e repetência, de 15 coordenadorias regionais, percorrerão as suas próprias comunidades, para levar informações sobre os projetos da Secretaria, chamar de volta à escola os colegas que desistiram de estudar e reunir sugestões e reivindicações das famílias visitadas. Esses jovens receberão bolsa mensal de R$ 65,00 (sessenta e cinco reais).

- ✓ **PROGRAMA DE MUNICIPALIZAÇÃO DO ENSINO**

O programa tem por objetivo, além da passagem gradual dos encargos da educação infantil e ensino fundamental para a esfera municipal, o programa de municipalização traduz-se na integração entre as esferas administrativas, através de ações político-pedagógicas, tendo por base a racionalização dos sistemas municipais e estaduais de educação, objetivando aperfeiçoar a ocupação de espaços, alocação de alunos, adequação e aproveitamento dos recursos humanos e materiais pensados, enquanto rede pública unificada e sem discriminações.

- ✓ **PRÊMIO NACIONAL DE REFERÊNCIA EM GESTÃO**

Com o apoio da Fundação Ford, do Fundo das Nações Unidas para a infância - Unicef, da embaixada dos Estados Unidos no Brasil, do Conselho Britânico e, eventualmente, de outros organismos e instituições, o Prêmio foi instituído para atingir os seguintes objetivos:

a) estimular o desenvolvimento da gestão democrática na escola, tendo como foco o compromisso com uma aprendizagem de qualidade;

b) valorizar as escolas públicas de educação básica que se destaquem por iniciativas e experiências inovadoras e bem sucedidas de gestão escolar;

c) apoiar o desenvolvimento de uma cultura de auto-avaliação da gestão escolar;

d) incentivar o processo de melhoria contínua da escola, pela elaboração de planos de ação, tendo com base a sua auto-avaliação.

✓ PLANO DE RECUPERAÇÃO DA REDE FÍSICA

O Programa foi iniciado em 2002, responsável pela construção, ampliação, reforma e manutenção nas escolas da rede estadual de ensino.

O programa tem por objetivo revitalizar as escolas da rede e atender alunos, professores e servidores de apoio com mais qualidade por meio de um plano de recuperação.

✓ PARLAMENTO JUVENIL

O Parlamento Juvenil é um programa pedagógico da SEE, em parceria com a Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (Alerj), criado em 2003, em que os estudantes da rede aprendem a exercer na prática as funções parlamentares.

Tem por objetivo conscientizar os alunos da rede estadual de ensino sobre processo democrático, integrando-os à atividade política. Além disso, é uma maneira de aproximar o jovem de tudo que diz respeito à sua cidade, já que seus projetos de lei devem abordar os problemas de seus municípios. Tem como Público alvo toda a comunidade escolar.

✓ PROJETO OLHANDO A ESCOLA

O programa é desenvolvido em parceria entre a secretarias estaduais de Educação, Saúde e Defesa Civil para identificar estudantes com problemas de visão, o que têm dificultado o aprendizado e, conseqüentemente, o desempenho escolar.

✓ PROGRAMA NOVA ESCOLA

O Objetivo é impulsionar a melhoria na qualidade de ensino e valorizar a escola pública, objetiva a propor critérios de avaliação das escolas em cinco itens: prestação de contas; gestão da matrícula, integração com a comunidade, desempenho dos alunos (estudantes da 2ª a 8ª séries do ensino Fundamental e 1ª a 3ª séries do ensino médio fizeram provas de Língua Portuguesa e Matemática e

fluxo escolar. A partir dos resultados, o programa concede aos professores e demais profissionais gratificações proporcionais às suas realizações educacionais.

- ✓ **PROGRAMA MERENDA ESCOLAR**

Tem como objetivo suprir as necessidades nutricionais dos alunos durante o tempo de permanência na escola, contribuir para a redução da evasão escolar, melhorar o rendimento escolar, formar bons hábitos alimentares e contribuir para a manutenção da saúde escolar.

- ✓ **KITS ESCOLARES**

O programa foi criado em 2004, consiste na distribuição de kits escolares para 1,5 milhão de estudantes. Os kits são formados por caderno, régua, cola, caneta, lápis, borracha, apontador e mochila.

- ✓ **JOGOS DA EDUCAÇÃO PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**

Programa é desenvolvido em parceria pelas Secretarias Estaduais de Educação e de Esportes para incentivar o gosto e o hábito de praticar esporte entre os estudantes da rede, fornecendo noções de cidadania e contribuindo para melhorar o desempenho escolar.

- ✓ **PROGRAMA ESTADUAL DE INFORMÁTICA APLICADA À EDUCAÇÃO**

O programa tem como objetivo aumentar o número de laboratórios e ampliar o acesso dos estudantes e da comunidade escolar em geral, à informática e à internet promovendo assim a inclusão digital.

- ✓ **HORÁRIO INTEGRAL**

Os Centros Integrados de Educação Pública são escolas de estilo arquitetônico e proposta pedagógica próprios, com funcionamento em horário integral, que proporcionam a seus alunos múltiplas atividades, complementando

o trabalho nas salas de aula com recreações, esportes, atividades culturais, além de fornecer alimentação.

O objetivo é estabelecer um processo de formação do aluno, que estimule a constante troca de idéias, vivências e empenho em promover a autoconfiança, para que eles sintam vontade real de aprender cada vez mais, cientes de seus deveres e direitos de cidadão.

- ✓ **PROGRAMA GEOREFERENCIAMENTO**

Um sistema de informática georeferenciou cerca de 11 mil escolas das redes municipal, estadual, federal e particular, tendo como objetivos permitir que a Secretaria de Educação tenha informações sobre as 11 mil escolas do estado do Rio de Janeiro. Será possível, por meio dele, planejar a construção e a ampliação de novas escolas; assim como a matrícula e a troca de informações entre município e estado.

- ✓ **FÓRUM PERMANENTE DE DIRETORES**

Esse Fórum é presidido pelo Secretário com a presença dos Subsecretários e 81 Diretores das Unidades Escolares de toda a rede. Visa discutir a realidade de nossas escolas, trazer sugestões a fim de nortear os trabalhos desenvolvidos pela SEE.

- ✓ **PROJETO FAÇA PARTE**

O projeto tem por objetivo discutir de que maneira alunos e as escolas podem ser estimulados a agir como voluntários, debatendo as várias formas de mobilização social considerada pelos especialistas como uma ferramenta de ensino inovadora e interativa.

PROGRAMA ESCOLAS DE PAZ

O Programa Escolas de Paz faz parte de um acordo de cooperação entre a Unesco e a Secretaria de Estado de Educação do Rio de Janeiro e segue as orientações do Programa Abrindo Espaços, recomendado pela Unesco como

estratégia de construção de uma Cultura de Paz. Foi criado em 2000 e retomado em agosto de 2003. Consiste em abrir 200 unidades escolares de 11 coordenadorias da Região Metropolitana, selecionadas nas áreas onde há maior carência de lazer, nos finais de semana para atividades artísticas, esportivas e de lazer. As escolas oferecem café da manhã, almoço e, às vezes, lanches aos participantes. É voltado para jovens de quatorze a vinte quatro anos.

O programa visa implantar uma cultura de não violência no interior das escolas e comunidades vizinhas, além de procurar integrar e aproximar a família dos jovens à escola, melhorar o desempenho estudantil e despertar eventuais potencialidades culturais, artísticas e esportivas nos alunos. O programa acontece aos sábados, das 9h às 17h, mesmo nas férias e as escolas recebem mensalmente verbas para pagamento da equipe local, manutenção e nutrição.

- ✓ **PROJETO ESCOLA FAZ ARTE**

A escola é o espaço ideal para que os alunos possam expressar suas qualidades artísticas, criando muitas vezes trabalhos maravilhosos, verdadeiras obras de arte, que passam despercebidas fora dos muros escolares. O projeto visa valorizar os jovens talentos que surgem em nossas Unidades Escolares, incentivando e proporcionando uma maior divulgação de seus dons criativos.

Sendo assim, a SEE elaborou o Projeto Escola faz Arte em agosto de 2004, retornando em março de 2005, visando expor, durante uma semana, os trabalhos das Unidades Escolares, no hall do gabinete do Secretário (5° andar).

- ✓ **CHEQUE –ESCOLA**

Trata-se de um Programa de inclusão social que transfere recursos estaduais para famílias de baixa renda que tenham filhos com idade escolar entre sete e quatorze anos, matriculados na rede pública.

O programa tem por objetivo a permanência dos alunos na escola afastando-os da situação de risco social, favorecendo a formação de novos cidadãos, e uma melhoria na qualidade de vida da família. A freqüência escolar é condição fundamental para a participação e manutenção da família no

programa.

- ✓ **PROJETO APRENDENDO XADREZ NAS ESCOLAS**

Consiste em uma parceria com a Federação de Xadrez do Estado do Rio de Janeiro para transformar o xadrez em ferramenta pedagógica, estimulando o raciocínio, a concentração e a criatividade do aluno. A meta é melhorar o desempenho em matemática, além de combater a repetência e evasão escolar.

- ✓ **PROGRAMA ACELERA JOVEM**

Programa foi lançado para ajudar alunos que apresentem defasagem idade-série a recuperar o tempo perdido, com o objetivo de colocar o ensino fundamental ao alcance de jovens que estão fora da escola ou que estão com os estudos atrasados.

O Programa visa atender aquela faixa etária delineada como de risco, jovens entre 15 e 30 anos que estão fora da escola ou, estando na escola, tenham pelo menos concluídos quatro anos de estudo e apresentem uma defasagem idade-série de três anos ou mais.

- ✓ **A ESCOLA VAI AO TEATRO**

O Programa foi desenvolvido em parceria entre as Secretarias Estaduais de Educação e Cultura, para estimular o interesse dos alunos por teatro e disciplinas como literatura e história. O projeto quer incentivar ainda a melhoria do desempenho escolar através da abordagem de temas históricos.

O objetivo é levar os alunos, permanentemente, para assistir à peças que tenham conteúdo pedagógico, facilitando aos estudantes da rede pública o acesso a esses bens culturais, além de fornecer aos professores material para ser discutido e trabalhado dentro da sala de aula.

✓ EDUCAÇÃO AMBIENTAL

- Esclarece e orienta às escolas, os alunos e à comunidade, sobre questões referentes à Educação Ambiental na Rede de Ensino Pública Estadual do Rio de Janeiro;
- Contribui na consolidação da Lei nº 9795, de abril de 1999, que institui a Política Nacional de Educação Ambiental;
- Desenvolve o Programa Estadual de Educação Ambiental, instituída pela Lei 3.325, de 17/12/1999;
- Promove ações, seminários e projetos objetivando a implantação e implementação da Agenda Ambiental nas escolas públicas estadual do Rio de Janeiro.

A Estrutura Organizacional da Educação no Brasil é uma ferramenta que dá suporte para o desenvolvimento da cidadania, que é fator determinante para a inclusão social. A inclusão social será tratada no capítulo seguinte através das Políticas Públicas.

Capítulo 4: Políticas Públicas de Inclusão Social

4.1. A Crise do Sistema Político Liberal e o Início do Intervencionismo do Estado

Até o início do século XX prevaleciam idéias de um sistema político liberal, no qual o Estado não tinha muita participação, e a relação do indivíduo com a sociedade, só era percebida, se o mesmo estivesse inserido de alguma forma no mercado. Aqueles que se encontravam fora desta condição eram privados da utilização de serviços essenciais, aquisição de bens, enfim, de tudo o mais que se fazia necessário para seu desenvolvimento. (Carvalho, 2002)

No primeiro quartel do século XX, a economia se encontrava em recuperação dos efeitos de pós-guerra, a partir do liberalismo do estado e neste mesmo período se dava a consolidação do capitalismo monopolista, com a fusão de pequenas companhias, originando os grandes conglomerados. Isto ocorreu, mesmo com a existência de leis, como as "antitrustes", que impediam estas uniões entre empresas. Sem a efetividade das leis, as grandes empresas industriais e bancárias predominavam o cenário econômico, sob a proteção de

uma política adotada pelos governos de não intervirem nas movimentações do mercado. (Magdof, 1979).

Nessa época, os Estados Unidos assumiram a hegemonia econômica em escala mundial. O seu crescimento econômico no pós-guerra propiciou enorme euforia social, dando a falsa imagem de uma prosperidade eterna. Porém, a sensação de segurança absoluta impediu a correta avaliação das tendências econômicas. Assim, uma crise econômica se desencadeou a partir de 1929, resultante da quebra da Bolsa de Valores de Nova Iorque, abalando a estrutura do capitalismo liberal, trazendo reflexos que se propagaram no mundo todo, promovendo uma crise econômica mundial. (Arruda, apud: Reis, 2000).

Este fato impulsionou a percepção de que o mercado possuía seus limites como reguladores naturais, isto é, que o mercado sozinho não tinha condições de se auto regular sem a influência do Estado. Não restou alternativa para os americanos a não ser empreender uma mudança de rumo no capitalismo liberal, inaugurando-se a fase intervencionista, na qual o governo passou a ter papel decisivo na orientação do processo econômico. Com a política do "New Deal", os americanos traçaram um marco histórico na trajetória do capitalismo. A intervenção do estado na vida econômica representava uma mudança significativa no modelo tradicional da economia de mercado praticada pelos Estados Unidos. Logo, o Estado passou a ser o agente mediador civilizador, interferindo nas relações sócio econômicas. (Arruda, apud: Reis, 2000).

As repercussões da crise prolongaram-se até 1933 e, nesse cenário, o Brasil foi um dos países novos que mais sofreu com a crise, uma vez que o seu produto principal era o café, responsável por 70% das exportações, sendo os Estados Unidos os maiores compradores e consumidores do produto.

Os fazendeiros de café, principal sustentáculo do poder político no Brasil até então, exigiam medidas urgentes para solucionar a crise. A incapacidade do governo de Washington Luís em superá-la foi o motivo imediato da revolução de 1930, que depôs o presidente e levou ao poder Getúlio Vargas.

O Governo Vargas teve que implantar uma série de medidas com o objetivo de modernizar a economia brasileira. Nesse contexto se produziu uma primeira ruptura no que diz respeito ao avanço da acumulação capitalista no país, no sentido da implantação de um núcleo básico de indústria de bens de produção, bem como no da redefinição do papel do Estado na economia. Para isso, havia a necessidade de um Estado forte e promotor da integração do mercado interno, e de uma intervenção econômica, de modo a assegurar a proteção à produção nacional e o bem-estar social da Nação. (Mendonça, 1986).

Na década de cinqüenta o modelo econômico implantado por Getúlio Vargas começou a dar seus primeiros sintomas de esgotamento, provocando uma crise política que desembocaria, finalmente, na crise do pacto populista em 1964. Com a posse de Juscelino Kubitschek, ocorreu uma reorientação dos rumos de nossa economia. O Plano de Metas proposto por Juscelino, foi um marco na reelaboração qualitativa das relações entre Estado e economia no país, integrando pela primeira vez, sob o controle do governo, as atividades do capital público e do privado. (Mendonça, 1986).

O golpe de 1964 não correspondeu a nenhum marco no sentido da definição de um novo modelo econômico, pelo contrário, seu papel foi apenas o de garantir a consolidação definitiva do modelo implantado nos anos cinqüenta, aprimorando-o. Se no período compreendido entre 1962 e 1967 foi todo ele de crise econômica. Já entre 1968 e 1974, ocorreu o conhecido "milagre econômico", cuja essência nada mais significou senão a garantia de lucros faraônicos às empresas monopolistas (nacionais e estrangeiras). (Mendonça, 1986).

4.2. O Estado e Suas Novas Funções Sociais

O fim da década de 1970 foi marcado por uma crise, proveniente do fim de um período denominado "milagre econômico", este fato, favoreceu movimentos da sociedade em direção a redemocratização e a organização da

sociedade civil, através de diversos acontecimentos sociais. Estes acontecimentos levaram a instalação da Assembléia Nacional Constituinte, na qual os movimentos sociais se articularam para tentar incluir na Carta Constitucional os direitos sociais, que então passariam a ser traduzidos como deveres do Estado, através das Políticas Públicas. Nesta época a Política Social brasileira apresentava estratégia reformista, conforme Fagnani (citado por Carvalho, 2002).

> "Crescimento sustentado, ampliação do emprego, aumento de salário real, melhor distribuição de renda, reforma agrária, seguro desemprego, revisão da legislação trabalhista e sindical, descentralização político-administrativa, participação e controle social, redefinição do padrão regressivo de financiamento das políticas sociais, universalização do acesso, ampliação do impacto redistributivo".

A Carta Constitucional de 1988 formulou a organização do sistema federativo brasileiro, onde ficou definido o papel do governo federal, que assumiu prioritariamente a coordenação das Políticas Públicas Sociais, enquanto os municípios assumiram a maior parte da responsabilidade de execução dessas políticas. Com isto ficou prevista a transferência de diversas atribuições, responsabilidades e recursos da instancia federal para os níveis estaduais e municipais de governo. Com esta transferência de atribuições, os estados passaram a ter autonomia para definirem a organização e a gestão de suas políticas. (Carvalho, 2002).

A década de 1990 foi marcada pelas lutas dos setores progressistas da sociedade pela implementação e regulamentação dos direitos sociais definidos na Constituição. Foram então regulamentadas as leis nas áreas voltadas para a criança e o adolescente, da seguridade social, da saúde, da assistência social, da previdência social e da educação. Foi um período marcado pelo conflito entre a expectativa da implementação de Políticas Públicas que concretizassem os direitos conquistados, assegurados em lei, e as restrições políticas e econômicas impostas para a sua implementação. (Carvalho, 2002).

O Estado, então, passou a formular políticas de caráter econômico e social, que começaram a se tornar, segundo Silva (citado em Carvalho, 2002), "*arena de lutas por acesso a riqueza social*". Isto porque as políticas públicas são geralmente responsáveis por grandes conflitos de interesses, pois atingem diretamente as camadas e classes sociais. Devido à criação de questões sociais para atender interesses de uns, acabam por infligir no interesse de outros.

Pode-se supor que o principal motivo para que os conflitos ocorram, seja devido às classes mais favorecidas não terem interesse em perder seus privilégios, e com isto não admitirem que os indivíduos das classes menos privilegiadas venham a ter condições de atingirem níveis melhores de desenvolvimento. Com isto, esta parcela desprivilegiada da sociedade passaria a ter a possibilidade de aumentar a sua capacidade de competição. Se a maioria dos indivíduos tiver a mesma capacidade de competição, será facilitada a diminuição das diferenças sociais e com isto haverá a promoção da igualdade. Igualdade esta que fere fortemente os privilégios de classe, que já se encontram enraizados na cultura de dominação sobre os mais fracos. Neste processo se faz muito importante à participação de grupos de indivíduos, que quando organizados promovem movimentos de defesa da garantia dos direitos civis, políticos e sociais.

Os movimentos gerados por estes grupos são muitas vezes responsáveis pelas ações do Estado, através de reuniões, entrevistas, pesquisas e contatos diretos com os indivíduos, que são levantadas as principais necessidades da sociedade, sejam elas políticas ou sociais. (Carvalho, 2002).

4.3. Políticas Públicas: Uma Questão de Conceito

Dentre as várias definições, para políticas Públicas, destacam-se, pela abrangência, a definição dada por Pereira, citada em Carvalho, 2002:

> *"Linha de ação coletiva que concretiza direitos sociais coletivos declarados e garantida em lei. É mediante as políticas Públicas que são distribuídos os redistribuídos bens e serviços*

sociais, em resposta às demandas da sociedade. Por isso, o direito que as fundamenta é um direito coletivo e não individual".(apud Carvalho,2002)

Ainda segundo Pereira, para se definir Política Pública se faz necessária à compreensão do real significado do termo público e também a sua abrangência, neste sentido destaca-se:

> *"O termo público, associado à política, não é uma referência exclusiva ao Estado, como muitos pensam, mas sim à coisa pública, ou seja, de todos, sob a égide de uma mesma lei e o apoio de uma comunidade de interesses. Portanto, embora as Políticas Públicas sejam reguladas e freqüentemente providas pelo Estado, elas também englobam preferências, escolhas e decisões privadas podendo (e devendo) ser controladas pelos cidadãos. A Política Pública expressa, assim, a conversão de decisões privadas em decisões e ações públicas, que afetam a todos".*

4.4. Formulação de Políticas Públicas

Para que uma Política Pública seja formulada existe o envolvimento de diversos fatores, sendo os principais, a identificação dos atores e dos reais interesses que envolvem a inclusão de determinada questão na agenda pública, para que posteriormente seja regulamentada como Política Pública. Para isto, é importante que ocorra a mobilização de representantes da sociedade civil e do Estado, que discutem os problemas, fazem o levantamento das necessidades para que posteriormente fundamentem suas argumentações. Todo este processo se faz necessário, para que os direitos sociais possam ser regulamentados, e no momento seguinte, seja formulada uma Política Pública que expresse com clareza os interesses e as necessidades de todos os envolvidos. (Carvalho, 2002).

Os movimentos sociais, que, na década de 1980, lutaram pelo fim do regime autoritário e pela redemocratização da sociedade, foram atores sociais importantes na discussão e definição das novas formas de organização e gestão das Políticas Públicas. A descentralização dos poderes e das funções do Estado é tema recorrente, como sinônimo de democratização. Os atores envolvidos freqüentemente questionam as políticas públicas brasileiras, as quais são atribuídas historicamente as seguintes características: (Carvalho, 2002)

❖ **SELETIVAS:** Não possuem grande abrangência, isto é, não atingem a toda faixa da sociedade que, em tese, necessitaria de uma determinada política pública, só atingindo um pequeno grupo selecionado. Um exemplo a ser citado é o caso da Nova Escola, pois atinge a uma parcela de escolas, que são selecionadas pelo seu desempenho, isto é, preenchem todos os requisitos estabelecidos. A escola que não se enquadrar nesses moldes padrões não recebe recursos nem a gratificação dos professores, o que acarreta um desempenho ainda pior no ano seguinte. Isto pode ocorrer devido ao perfil das escolas e de seus alunos serem diferentes, não podendo ser julgados da mesma forma, isto se reflete claramente nas áreas mais carentes, onde devido aos diversos problemas vividos por esta comunidade o desempenho dos alunos, muitas vezes é mais baixo, não significando que a escola não esteja cumprindo o seu papel de ensinar.

❖ **FRAGMENTADAS**: Normalmente não são contínuas, atuam por um determinado período de tempo, e com o passar do tempo simplesmente são esquecidas. Este esquecimento, muitas vezes, se faz devido à falta de recursos, que podem ser oriundos da falta de interesse político, como também da sociedade que é detentora de capital. Neste caso podemos tomar como exemplo o caso dos CIEPS (Centro Integrado de Educação Pública), que no seu projeto original, a escola funcionava em regime integral, onde os alunos além de estudarem participavam de inúmeras atividades, além de alimentação, só retornando para casa no fim do dia. Este projeto, que inicialmente tinha uma visão de escola ideal, com as mudanças políticas, e a falta de recursos para a sua manutenção, foi praticamente extinto, tendo hoje em dia algumas poucas unidades funcionando em regime integral.

❖ **EXCLUDENTES:** Excluem entre os excluídos. Isto significa, que entre os considerados excluídos, as Políticas Públicas não atingem a todos, excluem a maioria do grupo. Neste caso podemos citar alguns programas sociais, nos quais as pessoas para receber os benefícios, precisam ser cadastradas. Para isso é necessário que estas pessoas tenham toda documentação, que nem sempre a população socialmente excluída não tem condições de possuir.

- **SETORIADAS:** não são amplas, atingem somente uma necessidade, e não a um conjunto de necessidades, que por muitas vezes estão interligadas, assim como, atingem somente alguns setores da sociedade, e não a sociedade como um todo. Nesta área podemos citar como exemplo algumas ações na área de saúde. Existem políticas de doação de remédios, mas não existe investimento na área de prevenção de doenças, como saneamento básico, que é uma das maiores causas de doenças nas áreas carentes.

Os questionamentos desses atores e a incorporação das vontades da sociedade nas decisões políticas movimentaram a Assembléia Constituinte de 1988 e resultaram em dois princípios que fundamentaram o processo de descentralização: a democratização e a participação.

A figura 4.1, a seguir mostra esquematicamente como se dá a formação de uma Política Pública.

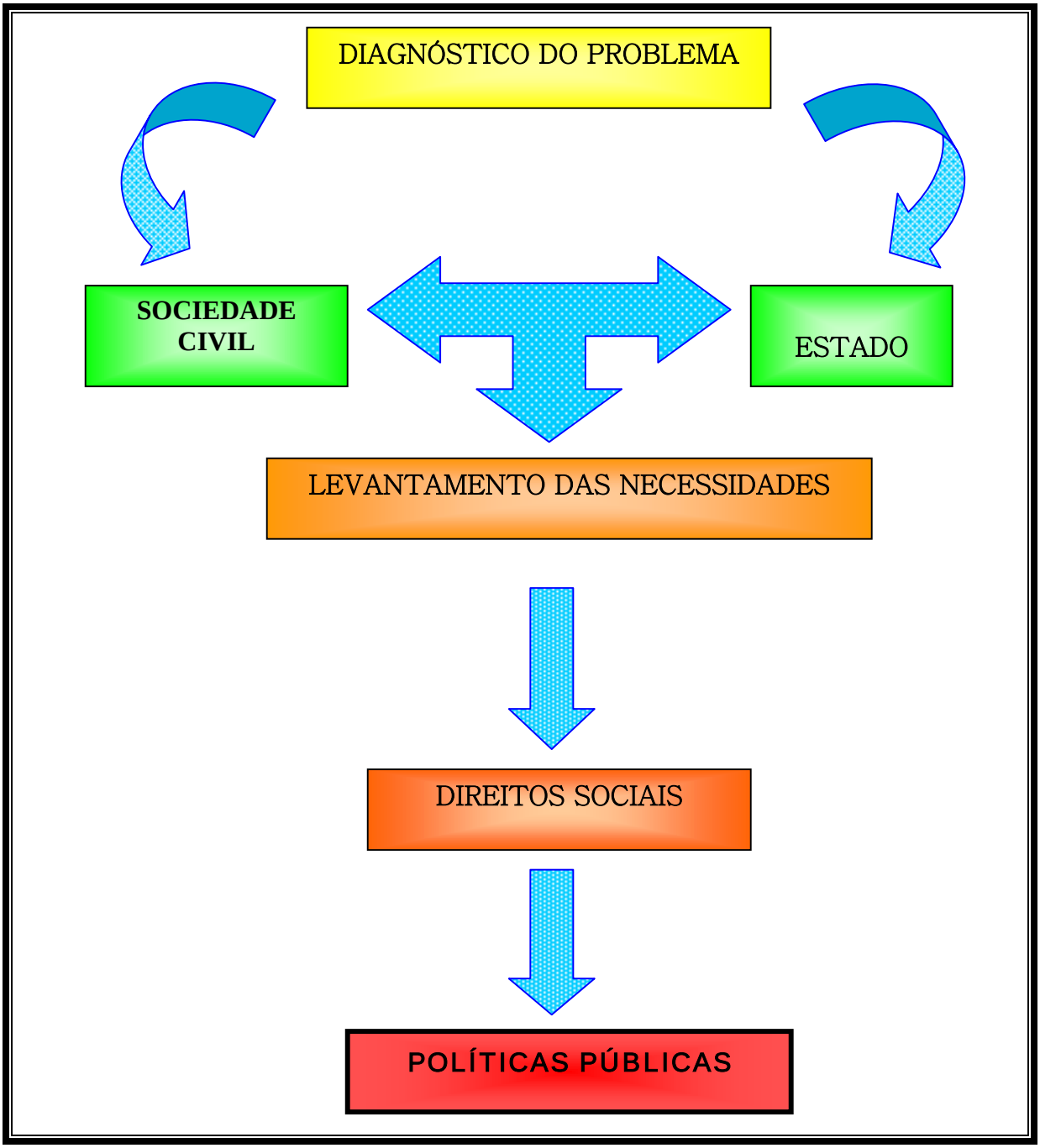

Figura 4.1. Diagrama esquemático da formação de uma política pública.

Fonte: Elaboração própria a partir de informações citadas neste capítulo.

4.5. Áreas de Aplicação das Políticas Públicas

Existem diversas áreas onde são aplicadas as Políticas Públicas, das quais podemos destacar a ciência e tecnologia, a econômica, a social e a educacional.

✓ Políticas Públicas da Ciência e Tecnologia

As Políticas Públicas da ciência e tecnologia tem como principal objetivo promover o desenvolvimento científico e tecnológico, tendo em foco a soberania e a independência do país. As bases de uma sociedade minimamente justa derivam de seu desenvolvimento científico e tecnológico, e principalmente da democratização desses avanços e dos acessos a seus benefícios por todos os cidadãos, pois não tem sentido um país possuir grandes avanços tecnológicos e científicos, se isto só ficar restrito ao mundo acadêmico ou científico. Para estes avanços terem um real valor, devem ser acessíveis às diversas camadas da sociedade, atingindo um maior número possível de indivíduos, seja de maneira aplicativa ou mesmo informativa. (Amaral, 2004).

A ciência deve sempre estar a dispor do humanismo e, tem como um dos seus principais papéis, a inclusão social, através do combate aos desníveis sociais e regionais que separam a humanidade. São exemplos de Política Públicas científicas e tecnológicas: O desenvolvimento da economia utilizando inovações e bens e serviços que promovam a substituição competitiva de importações, para gerar renda e empregos; a ampliação e a formação de pesquisadores em áreas estratégicas; a promoção de articulações de cooperação entre Universidades e empresas.(Amaral, 2004)

Enfim as políticas Publicas de ciência e tecnologia tem como objetivo principal à popularização do conhecimento científico e tecnológico, para que estes sejam reconhecidos como componentes do bem estar social. (Amaral, 2004).

✓ Políticas Públicas Sociais

Nas Políticas Públicas Sociais, a expressão "social", faz com que esta se dê através de um conjunto de princípios, diretrizes, objetivas e normas, que necessitam ser de caráter permanente e o mais abrangente possível, para que possam orientar a atuação do poder público. (Carvalho, 2002)

Nos últimos anos do século passado a maioria dos países foi marcada por fortes ajustes econômicos, o que causou o agravamento dos problemas sociais, que teve como principais fatores:

- O desemprego estrutural ⇒ Falta de postos de trabalho suficientes para todos, ou pelo menos para a maioria, dos indivíduos em idade economicamente ativa;
- As relações trabalhistas precárias ⇒ Irregularidades cometidas pelos empregadores como a falta de carteira assinada dos trabalhadores, terceirização de mão de obra, desregulamentação dos direitos conquistados, etc;
- As alterações na organização familiar ⇒ Aumento do número de famílias chefiadas por mulheres;
- Alteração no ciclo de vida ⇒ Diminuição da taxa de mortalidade infantil e aumento da longevidade, pois com o avanço da medicina, alguns problemas de saúde que causavam mortes no passado, hoje são considerados relativamente simples, e podem ser tratados diminuindo as mortes precoces. Este fato acarreta um aumento expressivo da população ativa, como também o período em que os indivíduos estão ativos.

Estes fatores contribuem para um aumento expressivo das necessidades essenciais para a população, o que o sistema não consegue suprir, pois o número de postos de trabalho não é suficiente, deixam milhares de pessoas sem acesso às necessidades básicas assim como possibilitam um desrespeito com o trabalhador. Esse cenário promove o aprofundamento das desigualdades

sociais, o que gera exclusão social e simultânea inclusão marginal de grande parcela da população. (Carvalho, 2002).

Os problemas citados são apenas alguns exemplos das causas das desigualdades sociais e da geração de um grande número de indivíduos excluídos. Estes estão à margem da sociedade, sem acesso ao mínimo necessário para viverem bem, e principalmente ficam privados de terem acesso a melhores condições de vida.

Para tentar mudar este cenário, alguns programas de ações foram criados, porém, na maioria das vezes não são abrangentes, são seletivos, isto é, selecionam alguns dentre todos que precisam. Isto significa excluir dentro dos excluídos. Estes programas também, em muitos casos, não são ações contínuas, e sim temporárias, que com o tempo perdem o interesse, sejam estes interesses políticos, pessoais etc. Com isto simplesmente são interrompidas, deixando muitas pessoas desamparadas, visto que em muitos casos, esta parcela carente da sociedade se torna dependente destas ações sociais. Estes indivíduos estão sempre à mercê de novas políticas, geradas por outros interesses.

A participação popular na gestão "da coisa pública" foi consagrada pelo processo de redemocratização do Estado brasileiro, ao fundar as bases para a introdução de algumas experiências que contribuíram para a ampliação da esfera pública no país, entendida como "arena", onde as questões que atingem a determinado conjunto da sociedade são expressas, debatidas e tematizadas por atores sociais. Tais experiências alteraram significativamente a relação Estado-Sociedade, na medida em que criaram novos canais de participação popular, como por exemplo, a criação dos conselhos de políticas sociais, que têm atuado na sua co-gestão. Estes conselhos funcionam como instrumentos de expressão, representação e participação popular, possuindo, portanto, o desafio de discutir e deliberar sobre determinados temas, buscando consensos e alianças que definam as agendas públicas que representem interesses coletivos. (Carvalho, 2002).

A construção de políticas Públicas na área Social necessita da adoção de conceitos e práticas inovadores, que possam dar suporte técnico–político, uma vez que estes enunciados não possuem força suficiente para a transformação das práticas realizadas na área social, que são tradicionalmente assistencialistas. Sendo assim, são ações que possuem o poder de transformar os direitos dos indivíduos, adquiridos através de lutas, em simples ajuda ou doação. O que deixa o indivíduo com a sensação de gratidão, e até na obrigação de retribuir o favor, o que na visão da autora é indesejável, pois em última instância, práticas assistencialistas podem se transformar em moeda de troca com fins eleitorais.

✓ Políticas Públicas Educacionais

As políticas educacionais, muitas vezes se confundem com as políticas sociais, isto porque, quando são criadas, muitas vezes são responsáveis pela inclusão social. Com a educação é possível se obter a melhoria da qualidade de vida dos indivíduos, através da diminuição das diferenças sociais, devido à educação ser responsável pela igualdade das oportunidades. Quando se tem Políticas Públicas que oferecem acesso a uma educação de qualidade a todos sem distinção, são criados mecanismos para que a competição ocorra em igualdade de condições.

A Política da Educação tem como principal objetivo a promoção da cidadania e é um instrumento de grande importância para o desenvolvimento, a inserção e a competitividade de todos os indivíduos. Isto é um fator de muita importância para o crescimento de qualquer nação, principalmente as que estão em desenvolvimento. Se um país deseja se ver como soberano e sem exclusões, precisa desenvolver as ciências humanas, naturais, exatas, tecnológicas, as artes e todas as linguagens de modo geral, o que já se faz possível através da garantia de uma educação de qualidade para todos, sem distinção. Dentro deste tema, ensinos de qualidade existem diversas políticas de avaliação do desempenho do ensino público, desde a educação básica até o ensino universitário. (www.estadão.com.br)

Dentre essas políticas podemos destacar a criação do Fundo de Manutenção e de Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF), que trouxe benefícios, principalmente nas regiões mais pobres do país. Outras políticas educacionais adotadas são as avaliações de cursos, como o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) e o Exame Nacional de Cursos (PROVÃO). Tais avaliações para serem efetivas necessitariam de virem acompanhadas de programas consistentes de melhoria de qualidade do ensino, envolvendo a formação, o treinamento contínuo e a valorização do professor, inclusive através de uma melhor remuneração, a partir de critérios de desempenho. (www.estadao.com.br)

No tocante à capacitação docente, o papel das Universidades, como centros de geração e de difusão de saber, torna-se fundamental e muito importante, pois são estas que preparam os professores, Além disso, devem promover a formação contínua, pois a formação do professor não termina com o final da graduação e sim, as universidades devem estar sempre oferecendo cursos de capacitação para que estes profissionais estejam sempre atualizados, de modo a realizar o seu trabalho com maior eficiência.

Os desafios qualitativos e quantitativos da educação são de tal magnitude, que não podem mais passar despercebidos, tanto que necessitam que seja dada uma importância estratégica para este problema e com isto se fazer investimentos nesta área. A educação seja básica ou universitária, deve ser considerada prioridade e contar com recursos progressivamente maiores.

Atualmente a média de escolaridade dos brasileiros é de pouco mais de quatro anos, o que é um indicador que demonstra a situação da desigualdade e injustiça social existente no país. Segundo o Censo da Educação Superior de 2000, o jovem das camadas mais pobres praticamente não tem acesso à educação superior. Apenas 7,7% dos jovens entre 18 e 22 anos, freqüentam cursos Universitários. Cerca de 70% destes estudam, em estabelecimentos de ensino privados que, por possuírem custo elevado, levam a uma situação de que somente uns poucos consigam concluir o curso. Para isto, nos anos 70 foi criado o

Crédito Educativo, que funciona como uma alternativa, porém este sistema não é suficiente para atender à grande demanda, pois o número de alunos assistidos por este programa é muito pequeno em relação à quantidade de jovens em que este se faz necessário. (www. estadao.com. br).

Uma alternativa oferecida é o PROUNI, definido como Programa Universidade para Todos, que foi criado pela MP nº 213/2004 e institucionalizado pela Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005. O programa tem como finalidade a concessão de bolsas de estudos integrais e parciais a estudantes de baixa renda, em cursos de graduação e seqüenciais de formação específica, em instituições privadas de educação superior, oferecendo, em contrapartida, isenção de alguns tributos àquelas que aderirem ao Programa.

Estes programas funcionam apenas como paliativos dos problemas educacionais do país, pois o ideal seria um maior investimento na formação básica de qualidade na rede pública para que todos tivessem igualdade de condição para ingressar nas Universidades Públicas.

Como forma de política de inclusão social foi criada uma lei (nº3627/2004) que aumenta a inserção de jovens carentes e negros nas Universidades Públicas, isto ocorre através das reservas de vagas, denominado de SISTEMA DE COTAS, que será tratado detalhadamente no Capítulo 7.

No capítulo seguinte, serão abordados o histórico e a evolução da Educação Ambiental no Brasil e no mundo.

Capítulo 5: Histórico e Evolução da Educação Ambiental

5.1. Definição

Para se definir Educação Ambiental, não é simples, e para isto deve-se fazer uma análise de vários contextos, pois de acordo com a influência que o meio exerce e a vivência de cada indivíduo, pode-se ter inúmeros conceitos para a Educação Ambiental. (www.apoema.com.br)

Através de um levantamento bibliográfico, várias definições sobre o tema Educação Ambiental, foram encontradas e estão apontadas a seguir em ordem cronológica.

"É um processo que tem como objetivo a formação de cidadãos, cujos conhecimentos acerca do ambiente biofísico e seus problemas associados, possam alertá-los e habilitá-los a resolver seus problemas". *(Stapp et alii, 1969)*

"É um processo que consiste em reconhecer valores e em aclarar conceitos, com o objetivo de fomentar aptidões e atitudes necessárias para

compreender e apreciar as inter-relações entre o homem, sua cultura e seu meio biofísico. Ela *compreende, também, a prática na tomada de decisões e na elaboração de um código de comportamento acerca das questões relacionadas com a qualidade do meio ambiente". (Reunião Internacional sobre EA da IUCN – Paris, 1970).*

"A finalidade da Educação Ambiental é formar uma população mundial consciente e preocupada com o ambiente e os problemas com ele relacionados, e que possua conhecimentos, capacidades, atitudes, a motivação e compromisso para colaborar individual coletivamente na resolução de problemas atuais na prevenção de problemas futuros."(Conferência de Estocolmo, 1972).

"É um processo no qual deveria ocorrer o *desenvolvimento progressivo de um senso de preocupação com o* meio ambiente, baseado em um completo e sensível entendimento de relação do homem com o meio". *(Mellowes, C, 1972)*

"È uma dimensão dada ao conteúdo e a prática da Educação orientada para a solução dos problemas concretos do meio ambiente, através de enfoques interdisciplinares e de uma participação ativa e responsável de cada indivíduo e da coletividade".(Conferência de Tbilisi, 1977).

"A Educação Ambiental tem sido entendida e desenvolvida enquanto educação sobre o ambiente, educação no ambiente, educação para o ambiente e pelas classes formadas pelas possíveis combinações entre as três categorias. A Educação sobre o ambiente procura desenvolver o conhecimento e a compreensão, incluindo as capacidades necessárias para obter este conhecimento. A educação para ambiente procura a preservação ou melhoria do ambiente. Ambas são caracterizadas pelos seus objetivos. Por outro lado, a educação no ambiente caracteriza-se por ser uma técnica de ensino – aprendizagem, e o termo ambiente geralmente significa o mundo fora da sala de aula ou, de uma forma geral, o contexto natural e/ou social em que as pessoas vivem". *(Lucas, 1980)*

"É um processo permanente, no qual os indivíduos e a comunidade tomam consciência do seu ambiente e adquirem conhecimentos, habilidades, experiências, valores e a determinação que os tornam capazes de agir, individual ou coletivamente, na busca de soluções para os problemas ambientais, presentes e futuros".*(UNESCO, 1987).*

"É o processo de reconhecer valores e aclarar conceitos para criar habilidades e atitudes necessárias que sirvam para compreender e apreciar a relação mútua entre o homem, sua cultura e seu meio circundante biofísico. A educação ambiental também incluiu a prática de tomar decisões e autoformular um código de comportamento com relação às questões que concernem à qualidade ambiental". *(Gonçalvez, 1990)*

"A Educação Ambiental não deve ser entendida como um tipo especial de educação. Trata-se de um processo longo e contínuo de aprendizagem de uma filosofia de trabalho participativo em que todos: família, escola e comunidade, devem estar envolvidos. O processo de aprendizagem de que trata a educação ambiental não pode ficar restrito exclusivamente à transmissão de conhecimentos, à herança cultural do povo às gerações mais novas ou à simples preocupação com a formulação integral do educando inserindo em seu contexto social. Deve ser um processo de aprendizagem centrado no aluno, gradativo, contínuo e respeitador de sua cultura e de sua comunidade. Deve ser um processo crítico, criativo e político, com preocupação de transmitir conhecimentos, a partir da discussão e avaliação critica dos problemas comunitários e também da avaliação feita pelo aluno, de sua realidade individual e social, na comunidade em que vive". *(Gonçalves, 1990).*

"A educação ambiental se caracteriza por incorporar as dimensões sócio-econômica, política, cultural e histórica, não podendo se basear em pautas rígidas e de aplicação universal, devendo considerar as condições e estágios de cada país, região e comunidade, sob uma perspectiva histórica. Assim sendo, a Educação Ambiental deve permitir a compreensão da natureza complexa do meio ambiente e interpretar a interdependência entre os diversos elementos que

conformam o ambiente, com vistas a utilizar racionalmente os recursos do meio na satisfação material e espiritual da sociedade, no presente e no futuro."(Conferência *Rio 92.)*

"É o conhecimento das estruturas, de composição e da funcionalidade da natureza, das interferências do que o homem produziu sobre esta estrutura, essa composição e essa funcionalidade". (*Faria, 1992).*

"É um processo de formação e informação orientado para o desenvolvimento da consciência crítica sobre as questões ambientais, e de atividades que levem à participação das comunidades na preservação do equilíbrio ambiental". (*Conselho Nacional do Meio Ambiente - CONAMA)*

"É um processo por meio do qual o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do Meio Ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade" (*Art1º, Lei Federal nº9795, de 27.04.1999).*

"É o processo educacional de estudos e aprendizagem dos problemas ambientais e suas interligações com o homem na busca de soluções que visem a preservação do meio ambiente". *(Santos,1999)*

"É um processo que envolve um vigoroso esforço de recuperação de realidades e que garante um compromisso com o futuro. Uma ação entre missionária utópica, destinada a reformular comportamentos humanos e recriar valores perdidos ou jamais alcançados. Trata-se de um novo ideário comportamental, tanto no âmbito individual quanto no coletivo". *(Aziz Ab' Saber)*

"É um processo no curso do qual o indivíduo consegue assimilar os conceitos e interiorizar as atitudes mediante as quais adquire as capacidades e os comportamentos que lhe permitem compreender e julgar as relações de interdependência estabelecidas entre a sociedade, com seu modo de produção, sua ideologia e sua estrutura de poder dominante, e seu meio

biofísico, assim como para atuar em conseqüência da análise efetuada". (*Cañal, Garcia, Porlán)*

Com as inúmeras definições para Educação Ambiental, observa-se que cada órgão ou membro da Sociedade tem uma visão de Educação Ambiental, que vai variar no ponto de interesse de cada um.

Para alguns indivíduos falar sobre os problemas do Meio Ambiente é se restringir aos assuntos relacionados à extinção de organismos vivos, como animais e plantas. Atualmente, a Educação Ambiental é colocada em uma posição mais realista e esclarecedora, na qual define como Meio Ambiente tudo que compõe a paisagem. Deste modo, Meio Ambiente pode ser classificado de diversas formas como: Meio Ambiente natural, que é a natureza com toda sua diversidade. Meio Ambiente físico, que são as edificações, estradas, etc e Meio Ambiente social, que é formado pelas pessoas que compõem a Sociedade. (Carvalho. 2002)

Com base nestas definições, se pode afirmar que a Educação Ambiental funciona como uma base, na busca de um equilíbrio entre o homem e o ambiente que o cerca, e o seu objetivo fundamental é suscitar mudanças de comportamento na sociedade. Os indivíduos devem construir enquanto grupo social, valores, novos conhecimentos, atitudes e habilidades indispensáveis para a conservação do meio ambiente, que é um patrimônio coletivo essencial para a vida saudável. (ALERJ, 1999)

Para que o equilíbrio possa ser atingido, existe a necessidade da construção dos pilares de uma Sociedade Sustentável, onde cada sistema social tende a atualizar-se, de modo a incorporar a dimensão ambiental em suas respectivas especificidades, a partir do fornecimento de meios adequados para a transição em direção a sustentabilidade. Assim, o Sistema Jurídico cria o "Direito Ambiental", o Sistema Científico desenvolve a "Ciência Complexa", o Sistema Tecnológico cria a "Tecnologia Eco eficiente", o Sistema Econômico potencializa uma "Economia Ecológica", o Sistema político oferece uma "Política

Verde" e o Sistema Educacional fornece a "Educação Ambiental". Cabe a cada sistema social desenvolver condições específicas, que favoreçam as múltiplas dimensões da Sustentabilidade. (Ministério do Meio Ambiente, 2004)

Dentro deste contexto de sistemas sociais que possuem o poder e o dever de promover as mudanças na área ambiental, destaca-se o Sistema Educacional, pois este é o responsável pela construção dos fundamentos da Sociedade Sustentável, capaz de promover as mudanças, através de duas funções: "Mudanças Culturais", com a informação e promoção da ética ecológica e as "Mudanças Sociais", através da valorização dos indivíduos, grupos e sociedades que muitas vezes se encontram em más condições de enfrentar os desafios dos novos tempos.

5.2. Histórico

Alguns autores mencionam que a Educação Ambiental teve início após a Segunda Guerra Mundial, onde fez emergir com maior ênfase os estudos do meio ambiente e a importância de uma educação específica para este fim. Para outros a Educação Ambiental é anterior a este período, mesmo que de forma inconsciente, sem maiores pretensões. (Ministério do meio Ambiente, 2004)

Na verdade não se pode definir com exatidão o momento onde tem início a história da Educação Ambiental tanto no Brasil como no mundo. Na verdade a Educação Ambiental sempre esteve presente desde a antiguidade, e até se pode mencionar que a história teve início no momento em que os primeiros habitantes da terra começaram a se incomodar com o seu entorno, isto é, com seus dejetos, onde a presença deles começou a causar desconforto. Neste momento, se começou a pensar como eliminar estes dejetos, para melhorar a qualidade do ambiente em que viviam. (Abreu, 2000).

Partindo deste principio, admiti-se que a evolução da Educação Ambiental se deu através de fatos ou acontecimentos, que levaram as pessoas a pensarem e tomarem iniciativas que levassem a melhorar as condições do

ambiente em que viviam, ou para evitar que problemas maiores pudessem surgir no futuro, que pudessem comprometer a qualidade de vida das futuras gerações. Baseados neste princípio, destacam-se alguns fatos ocorridos no Brasil e no mundo, que foram marcantes para a história da Educação Ambiental:

SÉCULO XIX

◆**1808** ▶ Criação do Jardim Botânico no Rio de Janeiro. Em 13 de junho de 1808, foi criado o Jardim de Aclimatação, que serviria para aclimatar as especiarias vindas das Índias Orientais. Foi criado por D.João, Príncipe Regente na época, que era encantado com a exuberância da natureza do lugar. As primeiras espécies de plantas trazidas para o Jardim vieram das Ilhas Maurício, do Jardim Pamplemousse, por Luiz de Abreu Vieira e Silva. (www.jbrj.gov.br)

◆**1850** ▶ Lei 601, de Dom Pedro II, proibindo a exploração florestal nas terras devolutas, isto é as que não se acharem aplicadas a algum uso público nacional, provincial ou municipal. A lei determinava a proibição de derrubada de matas e o atear fogo. Porém a lei foi ignorada, continuando o desmatamento para implantação da monocultura de café. (www.justiça.sp.gov.br)

◆**1869** ▶ Ernenst Haeckel, propõe o vocábulo "ecologia" para estudos das relações entre as espécies e seu ambiente. (www.ambientebrasil.com.br)

◆**1872** ▶ Criação do primeiro parque nacional do mundo "Yellowstone", USA. Sua fundação, em 1872 ocorreu numa época em que ecologia e ambiente estavam longe de ser preocupações cotidianas. Mas graças às pressões exercidas pelo naturalista Ferdinand Hayden, do departamento de pesquisas geológicas dos Estados Unidos, Yellowstone inaugurou o conceito de parque nacional. (www2.uol.com.br/caminhosdaterra/ reportagens)

◆**1876** ▶ André Rebouças sugere a criação de parques nacionais na Ilha de Bananal e em Sete Quedas. (www.cefle.org.br)

◆**1896** ▶ Foi criado o primeiro parque estadual em São Paulo. Parque da Cidade. (www.cefle.org.br)

SÉCULO XX

◆**1920** ▶ O pau Brasil é considerado extinto, devido à exploração irresponsável e ao desmatamento da Mata Atlântica, floresta onde ele nascia normalmente Hoje é artigo raro nas florestas brasileiras, mas na época do descobrimento, era tão abundante que a planta acabou dando nome ao nosso país. (www.canalkids.com.br/meioambiente)

◆**1932** ▶ Realiza-se no Museu Nacional a primeira Conferência Brasileira de Proteção à Natureza. (www.ambientebrasil.com.br)

◆**1934** ▶ Decreto 23793 transforma em Lei o Anteprojeto de Código Florestal.(Brasil,1934)

◆**1937** ▶ Cria-se o Parque Nacional de Itatiaia. Pioneiro, foi a primeira área do país a oficialmente se constituir em Unidade de Conservação, procurando-se com isso preservar seu rico patrimônio biótico e geomorfológico. (www.mre.gov.br) (www.parqueitatiaia.com.br)

◆**1939** ▶ O Parque Nacional do Iguaçu (PNI) foi criado em 10 de janeiro de 1939 e tombado pela UNESCO como Patrimônio da Humanidade em 1986, por ser a última grande amostra do Domínio da Mata Atlântica que cobre grande parte da bacia do Prata.(www.unb.br)

◆**1947** ▶ É Fundado na Suíça, a UICN-União Internacional para a Conservação da Natureza, que é uma Organização Internacional que congrega instituições governamentais e não governamentais em volta da problemática da integridade e diversidade da natureza. (www.ambientebrasil.com.br)

◆**1952** ▶ Em Londres, no ano de 1952, houve um episódio grave. Os efeitos de uma "névoa negra" começaram a se manifestar através da proliferação de

diversas moléstias contraídas principalmente pelos habitantes que sofriam de problemas pulmonares e circulatórios. Foram constatadas, na semana seguinte ao episódio, quatro mil mortes a mais do que esperado. (www.educaçãopublica.rj.gov.br)

◆**1962** ▶ Publicação da "Primavera Silenciosa" por Rachel Louise Carson, escritora, cientista e ecologista norte-americana. Deve-se a ela o livro que marcou o início da revolução ecológica nos Estados Unidos: The Silent Spring (A Primavera Silenciosa), o qual relata os efeitos da má utilização dos pesticidas e inseticidas químico-sintéticos, alertando sobre as conseqüências danosas de inúmeras ações humanas sobre o ambiente, trazendo uma série de advertências sobre o meio ambiente. Ainda hoje, a obra é considerada uma das mais importantes do século, ajudando a desencadear uma mudança de postura dos EUA e de outros países do mundo em relação aos pesticidas e poluentes.(www.geocities.com.br) (www.ambientebrasil.com.br)

◆**1965** ▶ Em março de 1965, na Conferência de Educação da Universidade de Keele, na Inglaterra, colocou-se pela primeira vez a expressão Educação Ambiental, com a recomendação de que ela deveria se tornar uma parte essencial de educação de todos os cidadãos.(www.mma.gov.br) (www.jornaldomeioambiente.com.br/)

◆**1968** ▶ Fundação do Clube de Roma. Fundado pelo industrial italiano Aurélio Peccei e pelo químico inglês Alexander King, agregando empresários, políticos, cientistas sociais. Um grupo de especialistas de várias áreas passou a se reunir, regularmente, com a preocupação de discutir a crise atual e futura da humanidade. (www.senac.br) (www.ambiente.sp.gov)

◆**1970** ▶ Entidade relacionada à revista britânica The Ecologist elabora o "Manifesto para Sobrevivência" onde insistiam que um aumento indefinido de demanda não pode ser sustentado por recursos finitos. (www.mec.gov.br)

◆**1971** ▶ Cria-se no Rio Grande do Sul, a associação gaúcha de proteção ao Ambiente Natural. Fundada em 27 de abril de 1971, em Porto Alegre, através da figura de José Lutzenberger, encontrava uma ressonância na mídia local e nacional e junto aos meios universitários. Pensadores e líderes ambientalistas perceberam que harmonizar civilização industrial e natureza era um desafio que exigiria uma revolução cultural, econômica e social sem precedentes.(www.agirazul.com.br)

◆**1972** ▶ Publicação do Relatório "Os Limites do Crescimento" – Clube de Roma. Na visão de Freire Dias, o embrião dessa medida foi gerado a partir do relatório elaborado, em 1968, e publicou um relatório denominado The limits of growth (Os limites do crescimento econômico), onde se condenava, a partir de estudos sobre os modelos de desenvolvimento adotados: a busca incessante do crescimento da economia a qualquer custo, e a meta de se torná-la cada vez maior, mais rica e poderosa, sem levar em conta o custo final desse crescimento. As várias análises contidas no referido relatório convergiam para o alerta sobre o perigo do crescente consumo das sociedades modernas, que se mantido no ritmo atual, levaria a humanidade a um limite de crescimento, possivelmente a um colapso. Esse relatório, apesar de rejeitado pelos políticos da época, foi levado à Conferência de Estocolmo, em cujo fórum aprovou-se a Recomendação nº 96 que reconhecia o desenvolvimento da Educação Ambiental como elemento crítico para o combate à crise ambiental do mundo moderno. (www.senac.com.br)

▶ Conferência de Estocolmo – Em julho de 1972, na Suécia, *onde* 113 países, 90% dos quais pertenciam ao grupo dos países em desenvolvimento onde, apenas 16 deles possuíam entidades de proteção ambiental, se reuniram na Conferência sobre o Meio Ambiente Humano. Foi a primeira reunião ambiental global, que viria a acrescentar, definitivamente, às questões prioritárias discutidas pela ONU, criada em 1945, - a paz, os direitos humanos e o desenvolvimento com igualdade - o tema da segurança ecológica. Desse modo, a *Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente Humano*, mundialmente conhecida como *Conferência de Estocolmo*, passou a ser o marco de referência

para as discussões sobre o que, na seqüência, viria a constituir-se numa das questões mais complexas e mais cruciais da história recente da humanidade, ou seja, a questão do desenvolvimento sustentável. Ela chamou a atenção do mundo para a gravidade da situação nesse setor. (www.mre.gov.br) (www.agirazul.com.br) (www.comciencia.br)

▶ Universidade Federal de Pernambuco inicia uma campanha de reintrodução do pau brasil considerado extinto em 1920. (www.ambientebrasil.com.br)

▶ Ainda como resultado da Conferência de Estocolmo, neste mesmo ano a ONU criou um organismo denominado Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente - PNUMA, sediado em Nairobi. (www.mec.gov.br)

▶ A Universidade Federal do Rio Grande do Sul criou o primeiro curso de pós-graduação em Ecologia do país. (www.mec.gov.br)

◆**1973** ▶ Registro Mundial de Programas em Educação Ambiental-USA. (www.ambientebrasil.com.br)

▶ Cria-se a Secretaria Especial do Meio Ambiente, SEMA, pelo Decreto nº 73.030, de 30 de outubro de 1973, que entre outras atividades, começou a fazer Educação Ambiental, e se propôs a discutir junto à opinião pública a questão ambiental, fazendo com que as pessoas se preocupassem mais com o meio ambiente e evitassem atitudes predatórias. Várias medidas legais foram tomadas posteriormente com o objetivo de preservar e conservar os recursos ambientais e de controlar as diversas formas de poluição. A SEMA dedicou-se a defender dois grandes objetivos: estar atenta à poluição, principalmente a de caráter industrial, mais visível, e proteger a natureza. (www.ibama.gov.br)

◆**1974** ▶ Seminário de Educação Ambiental em Jammi, Finlândia - Esse seminário considerou que a Educação Ambiental permite alcançar os objetivos de proteção ambiental e que não se trata de um ramo da ciência ou uma

matéria de estudos separada, mas de uma ação integral permanente. (www.pr.gov.br/meioambiente)

◆**1975** ▶ Congresso de Belgrado - Estabeleceu as metas e os princípios da Educação Ambiental, presentes na chamada Carta de Belgrado, onde também se propusera que a Educação Ambiental deveria ser contínua, multidisciplinar, integrada às diferenças e voltada para os interesses nacionais. (www.pr.gov.br/meioambiente)

▶ Programa Internacional de Educação Ambiental – PIEA- Criado pela UNESCO, o Programa Internacional de Educação Ambiental, e até os dias de hoje, tem continuamente atuado na EA internacional e regionalmente. O PIEA mantém uma base de dados com informações sobre instituições de EA em todo o mundo, além de projetos e eventos que envolvem estudantes, professores e administradores. (www.ambiente.sp.gov)

◆**1976** ▶ Reunião Sub-regional de EA para o ensino secundário, em Chosica Peru. Nesse fórum, as questões ambientais na América Latina, foram relacionadas às necessidades de sobrevivência e aos direitos humanos de seus povos. (www.ambientebrasil.com.br)

▶ Congresso de Educação Ambiental Brasarville, na África, o qual reconheceu que a pobreza é o maior problema ambiental. (www.ambientebrasil.com.br)

▶ A SEMA, a Fundação Educacional do Distrito Federal e a Universidade de Brasília realizaram o primeiro curso de Extensão para professores do 1º Grau em Ecologia. (Ministério do Meio Ambiente, 2004).

◆**1977** ▶ A SEMA constitui um grupo de trabalho para elaboração de um documento de Educação Ambiental para definir seu papel no contexto brasileiro. (Ministério do Meio Ambiente, 2004).

▶ Seminários, Encontros e debates preparatórios à Conferência de Tbilisi são realizados pela FEEMA-RJ. (Ministério do Meio Ambiente, 2004).

▶ No Brasil, o Conselho Federal de Educação tornou obrigatória a disciplina Ciências Ambientais nos cursos de Engenharia. (www.mec.gov.br)

▶ Conferência de Tbilisi, realizada em 1977 na Geórgia, ex-União Soviética. Foi deste encontro que saíram as definições, os objetivos, os princípios e as estratégias para a Educação Ambiental, que até hoje são adotadas mundialmente. Para que se chegasse a recomendações tão duradouras, foram necessários vários anos de preparo. Os próprios organizadores do evento de Tbilisi reconheceram que ele foi um prolongamento da Conferência de Estocolmo, de 1972, onde a Educação Ambiental passou a ser considerada como campo de ação pedagógica, adquirindo relevância e vigência internacional. (www.pr.gov.br/meioambiente)

◆**1978** ▶Nos cursos de Engenharia Sanitária inserem-se as disciplinas de Saneamento Básico e Saneamento Ambiental. (www.ambientebrasil.com.br)

◆**1979** ▶ O MEC e a CETESB/ SP publicam o documento "Ecologia uma Proposta para o Ensino de 1º e 2º Graus". (www.jornaldomeioambiente.com.br)

▶ Encontro Regional de Educação Ambiental para América Latina em San José, Costa Rica.(www.ambientebrasil.com.br)

◆**1980** ▶ Seminário Regional Europeu sobre EA, para Europa e América do Norte, o qual assinala a importância do intercâmbio de informações e experiências. (www.ambientebrasil.com.br).

▶ Seminário Regional sobre EA nos Estados Árabes, Manama, Bahrein. (UNESCO-PNUMA, 1980).

◆**1981** ▶ Lei Nº 6938 de 31 de Agosto de 1981 dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente (Brasil, 1981).

◆**1983** ▶ Por decisão da Assembléia Geral da ONU foi criada a Comissão Mundial de Meio Ambiente e Desenvolvimento – CMMAD, presidida pela então primeira ministra da Noruega, Gro Harlem Brundtland. Tinha como objetivo analisar a interface entre a questão ambiental e o desenvolvimento, assim como propor um plano de ações. (www.ambiente.sp.gov.br)

◆**1984** ▶ Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA) apresenta uma resolução estabelecendo diretrizes para a Educação Ambiental, que não é tratada. (www.ambientebrasil.com.br)

◆**1985** ▶ Parecer 819/85 do MEC reforça a necessidade da inclusão de conteúdos ecológicos ao longo do processo de formação do ensino de 1º e 2º graus, integrados a todas as áreas do conhecimento de forma sistematizada e progressiva, possibilitando a "formação da consciência ecológica do futuro cidadão". (www.mec.gov.br)

◆**1986** ▶ A SEMA, junto com a Universidade Nacional de Brasília organiza o primeiro Curso de Especialização em Educação Ambiental. (1986 a 1988) (Ministério do Meio Ambiente, 2004).

◆**1987** ▶ O MEC aprova o Parecer 226/87, do conselheiro Arnaldo Niskier, em relação à necessidade de inclusão da Educação Ambiental nos currículos escolares de 1º e 2º Graus. O Plenário do Conselho Federal de Educação aprovou por unanimidade, a conclusão da Câmara de Ensino a respeito do parecer 226/87 que considerava necessária a inclusão da Educação Ambiental dentre os conteúdos a serem explorados nas propostas curriculares das escolas de 1º e 2º graus, bem como sugeria a criação de Centros de Educação Ambiental. (www.mec.gov.br)

▶ Estratégia Internacional de ação em matéria de educação e formação ambiental para o decênio de 90 - documento final do Congresso Internacional sobre Educação e Formação Relativas ao Meio-ambiente, realizado em 1987 em Moscou, Rússia, promovido pela UNESCO. Ressalta a importância da

formação de recursos humanos nas áreas formais e não formais da EA e na inclusão da dimensão ambiental nos currículos de todos os níveis. (www.mec.gov.br)

▶ Paulo Nogueira Neto, Primeiro secretário da Secretaria Especial do Meio Ambiente (1974-1986), representa o Brasil na Comissão Brundtland - Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, também conhecida como Comissão Brundtland. Essa comissão produziu um relatório de grande repercussão internacional, tendo sido usado inclusive como base para a Agenda 21. Esse relatório da Comissão Brundtland diz que desenvolvimento sustentável "é aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem as suas próprias necessidades." (www.ibge.gov.br).

▶ Divulgação do Relatório da Comissão Brundtland, Nosso Futuro Comum. A Comissão Brundtland, circulou o mundo e encerrou seus trabalhos em 1987, com um relatório chamado "Nosso Futuro Comum". E é nesse relatório que se encontra a definição de desenvolvimento sustentável mais aceita e difundida em todo o Planeta: "Desenvolvimento sustentável é aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade das gerações futuras satisfazerem suas próprias necessidades". Segundo a Comissão, o desafio era trazer as considerações ambientais para o centro das tomadas de decisões econômicas e para o centro do planejamento futuro nos diversos níveis: local, regional e global. (www.mre.gov.br)

▶ Congresso Internacional da UNESCO – PNUMA, sobre Educação e Formação Ambiental - Moscou. Realizou a avaliação dos avanços desde Tbilisi, reafirmou os princípios de Educação Ambiental e assinalou a importância e necessidade da pesquisa, e da formação em Educação Ambiental. (www.ambientebrasil.com.br)

◆**1988** ▶ Declaração de Caracas. ORPAL - PNUMA, Sobre Gestão Ambiental na América, a qual denuncia a necessidade de mudar o modelo de desenvolvimento. (www.pr.gov.br)

▶ A Constituição Brasileira, de 1988, em Art. 225, no Capítulo VI - Do Meio Ambiente, Inciso VI, destacou a necessidade de ''promover a Educação Ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente''. Para cumprimento dos preceitos constitucionais, leis federais, decretos, constituições estaduais, e leis municipais determinaram a obrigatoriedade da Educação Ambiental.(Brasil, 1988).

▶ Fundação Getúlio Vargas traduz e publica o Relatório Brundtland, Nosso Futuro Comum. (www.pr.gov.br)

▶ A Secretaria de Estado do Meio Ambiente de SP e a CETESB, publicam a edição piloto do livro "Educação Ambiental" Guia para professores de 1º e 2º Graus. (www.nossoambienteonline.hpg.ig.com.br)

◆**1989** ▶ Criação do IBAMA (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente), pela fusão da SEMA, SUDEPE, SUDEHVEA e IBDF. - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, uma autarquia federal, foi criado pela Lei 7735/89, vinculado ao Ministério do Meio Ambiente – MMA, sendo responsável, principalmente, pela execução da Política Nacional do Meio Ambiente e desenvolve atividades para a preservação e conservação do patrimônio natural, exercendo o controle e a fiscalização sobre o uso dos recursos naturais. Nele funciona a Divisão de Educação Ambiental, com a missão de promover a conscientização de todos para a utilização racional dos recursos naturais, incentivando o desenvolvimento sustentável, visando à preservação do meio ambiente para as gerações futuras. (www.geocities.yahoo.com.br/ibamapr)

▶ Programa de Educação Ambiental em Universidade Aberta da Fundação Demócrito Rocha, por meio de encartes nos jornais de Recife e Fortaleza. (www.pr.gov.br)

▶ Primeiro Encontro Nacional sobre Educação Ambiental no Ensino Formal. IBAMA/ UFRPE. Recife. (www.pr.gov.br)

▶ Criou-se o Fundo Nacional de Meio Ambiente (FNMA) no Ministério do Meio Ambiente MMA. Criado pela Lei 7.797 de 10 de julho de 1989. O FNMA, tem por missão contribuir, como agente financiador e por meio da participação social, para a implementação da Política Nacional do Meio Ambiente (PNMA). Desde sua criação o FNMA apóia projetos ambientais em todo o país, tendo investido mais de cem milhões de reais distribuídos entre mais de mil projetos aprovados. (www.mma.gov.br)

▶ Primeiro Seminário sobre materiais para a Educação Ambiental. ORLEAC - UNESCO - PIEA. Santiago, Chile. (www.pr.gov.br)

▶ Declaração de HAIA, preparatório da RIO 92, aponta a importância da cooperação internacional nas questões ambientais.(www.ambientebrasil.com.br)

◆**1990** ▶ Conferência Mundial sobre Ensino para Todos, Satisfação das necessidades básicas de aprendizagem em Jomtien, Tailândia. Destaca o conceito de Analfabetismo Ambiental. O analfabetismo ambiental levou a espécie humana a produzir essas pressões insuportáveis sobre os sistemas naturais. Estamos vivendo de retiradas contínuas de uma poupança na qual não fazemos nenhum depósito. "O *analfabetismo ambiental é o mais difícil de ser erradicado, pois atinge até pessoas com vários anos de escolaridade, que continuam ateando fogo nas folhas secas em seus quintais, não reciclando o lixo e não poupando água nem energia elétrica".* Gonçalves, 1990 (www.igc.usp.br).

▶ A ONU declara o ano 1990, como o Ano Internacional do Meio Ambiente. (www.ambientebrasil.com.br)

▶ I Curso Latino-Americano de Especialização em Educação Ambiental . PNUMA/IBAMA/CNPq/CAPES/UFMT.CUIABÁ-MT (1990 a 1994). (www.ambientebrasil.com.br)

◆**1991** ▶ Portaria 678 (14/05/91) do MEC determinou que a educação escolar deveria contemplar a Educação Ambiental permeando todo o currículo dos diferentes níveis e modalidades de ensino. Foi enfatizada a necessidade de investir na capacitação de professores. (www.mec.gov.br)

▶ Projeto de Informações sobre Educação Ambiental IBAMA/ MEC. (www.ambientebrasil.com.br)

▶ Encontro Nacional de Políticas e Metodologias para Educação Ambiental, promovido pela Presidência da República, através do MEC e SEMA com apoio da UNESCO/Embaixada do Canadá em Brasília, com a finalidade de discutir diretrizes para definição da Política da EA. (www.mec.gov.br)

▶ Grupo de Trabalho para Educação Ambiental coordenado pelo MEC, preparatório para a Conferência do Rio 92. (www.mec.gov.br)

▶ Reuniões preparatórias da Rio 92.(www.ambientebrasil.com.br)

◆**1992** ▶ Conferência da ONU sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, RIO–92 UNCED, Rio/92 - Criação da Agenda 21, Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis, FORUN das ONG's - compromissos da sociedade civil com a Educação Ambiental e o Meio Ambiente. Carta Brasileira de Educação Ambiental, o qual apontou as necessidades de capacitação na área. (MEC, 1992).

▶1º Encontro Nacional de Centros de Educação Ambiental (CEAS) – onde os coordenadores dos centros já existentes e os técnicos das Secretarias de Educação debateram propostas pedagógicas e recursos institucionais e apresentaram projetos e experiências exitosas em educação ambiental. Em decorrência, o Mec passou a incentivar a implantação de centros de educação ambiental como espaços de referencia, visando a formação integral do cidadão para interagir em diversos níveis e modalidades de ensino e introduzir práticas de educação ambiental junto às comunidades. (Ministério do Meio Ambiente, 2004).

▶ Foi criado o Ministério do Meio Ambiente (Ministério do Meio Ambiente, 2005).

▶Participação das ONG's do Brasil no Fórum de ONG's e na redação do Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis. Destaca-se o papel da Educação Ambiental na construção da Cidadania Ambiental. (www.ambientebrasil.com.br)

▶ O MEC promove no Rio de Janeiro o Workshop sobre Educação Ambiental, com o objetivo de socializar os resultados das experiências nacionais e internacionais de EA, discutir metodologias e currículos, destacando a necessidade de capacitação de recursos humanos para EA, cujo resultado encontra-se na Carta Brasileira de Educação Ambiental. (www.mec.gov.br)

1993 ▶ Uma Proposta Interdisciplinar de Educação Ambiental para Amazônia. IBAMA, Universidades e SEDUC's da região, publicação de um Documento Metodológico e um de caráter temático com 10 temas ambientais da região. (1992 a 1994). (www.ambientebrasil.com.br)

▶ Projeto de Lei n. 3.792/93, de autoria do Deputado Fábio Feldmann, ora em tramitação no congresso Nacional, institui a Política de Educação Ambiental. Este projeto de Lei tem como objetivo interligar os sistemas nacionais de meio ambiente e de educação em um sistema único. (Ministério do Meio Ambiente,2004) (www.bio2000.hpg.ig.com.br)

▶ Portaria 773/93 do MEC instituiu em caráter permanente um Grupo de Trabalho para EA com o objetivo de coordenar, apoiar, acompanhar, avaliar e orientar as ações, metas e estratégias para a implementação da EA nos sistemas de ensino em todos os níveis e modalidades, concretizando as recomendações aprovadas na RIO -92.(www.mec.gov.br)

▶ Criação dos Centros de Educação Ambiental do MEC, com a finalidade de criar e difundir metodologias em Educação Ambiental. (www.ambientebrasil.com.br)

▶ Congresso Sul-americano como continuidade da Rio/92 – Argentina. (www.ambientebrasil.com.br)

1994 ▶ Criação do programa Nacional de Educação Ambiental (PRONEA), em dezembro de 1994, pela Presidência da República, em função da Constituição Federal de 1988 e dos compromissos internacionais assumidos com a Conferencia do Rio, compartilhado pelo então Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal, e pelo Ministério da Educação e do Desporto, com as parcerias do Ministério da Cultura e do Ministro da Ciência e Tecnologia. (Ministério do Meio ambiente, 2004)

▶ Proposta do Programa Nacional de Educação Ambiental - PRONEA, elaborada pelo MEC/MMA/MINC/MCT com o objetivo de "capacitar o sistema de educação formal e não-formal, supletivo e profissionalizante, em seus diversos níveis e modalidades." (www.mec.gov.br)

◆**1995** ▶Foi criada a Câmara Técnica temporária de Educação Ambiental no Conselho Nacional de Meio Ambiente (CONAMA), determinante para o fortalecimento da Educação Ambiental. Realizou sua primeira reunião em junho de 1996, quando se discutiu o documento intitulado "Subsídios para a formulação de uma Política Nacional de Educação Ambiental", elaborada pelo MMA/IBAMA e pelo MEC. Os princípios orientadores para esse documento eram a participação, a descentralização, o reconhecimento da pluralidade e diversidade cultural, e a interdisciplinaridade. (ProNEA-2004) (www.mec.gov.br)

▶ Conferência para o Desenvolvimento Social realizada em Copenhague, Suécia, que visaria a Criação de um ambiente econômico-político-social-cultural e jurídico que permita o desenvolvimento social. (www.ambientebrasil.com.br)

◆**1996** ▶ Lei nº 9.276/96 que estabelece o Plano Plurianual do Governo 1996/1999, define como principais objetivos da área de Meio Ambiente a "promoção da Educação Ambiental, através da divulgação e do uso de

conhecimentos sobre tecnologias de gestão sustentável dos recursos naturais", procurando garantir a implementação do PRONEA. (www.mec.gov.br)

▶ Cursos de Capacitação em Educação Ambiental para os técnicos das SEDUC's e DEMEC's nos Estados - Coordenação de Educação Ambiental promove três cursos de Capacitação de Multiplicadores em Educação Ambiental - Apoio do acordo BRASIL/UNESCO, a fim de preparar técnicos das Secretarias Estaduais de Educação, Delegacias Regionais de Educação do MEC e algumas Universidades Federais, para atuarem no processo de inserção da Educação Ambiental nos Parâmetros Curriculares. (www.mec.gov.br)

▶ Criação da Comissão Interministerial de EA do MMA - Essa Comissão tem como objetivo assessorar o Presidente da República na tomada de decisões sobre as estratégias e políticas nacionais necessárias ao desenvolvimento sustentável, conforme as diretrizes estabelecidas pela Agenda 21. (www.mma.gov.br)

◆**1997** ▶ Aprovação dos Novos PCN's – Os PCN's constituem-se como um subsídio para apoiar a escola na elaboração de seu projeto educativo, inserindo procedimentos, atitudes e valores no convívio escolar, bem como a necessidade de tratar de alguns temas sociais urgentes, de abrangência nacional, denominado como temas transversais: meio ambiente, ética, pluralidade cultural, orientação sexual, trabalho e consumo. (Ministério do Meio Ambiente, 2004)

▶ I Conferência Nacional de Educação Ambiental (ICNEA), realizada em Brasília, quando foi produzido o documento "Carta de Brasília para a Educação Ambiental", contendo cinco áreas temáticas: Educação Ambiental e as vertentes do desenvolvimento sustentável; Educação Ambiental formal: papel, desafios, metodologias e capacitação; Educação no processo de gestão ambiental: metodologia e capacitação; Educação Ambiental e as políticas públicas: PRONEA, políticas de recursos hídricos, urbanas, agricultura, ciência e tecnologia; Educação Ambiental, ética, formação da cidadania, educação, comunicação e informação da sociedade. (Ministério do Meio Ambiente, 2004).

▶ Cursos de Educação Ambiental organizados pelo MEC– Através da Coordenação de Educação Ambiental, para as escolas Técnicas e segunda etapa de capacitação das SEDUC's e DEMEC's. Convênio UNESCO – MEC. (www.ambientebrasil.com.br)

▶ IV Fórum de Educação Ambiental e I Encontro da Rede de Educadores Ambientais em Vitória/ES. (www.ambientebrasil.com.br)

▶ Conferência Internacional sobre Meio Ambiente e Sociedade: Conferência Internacional sobre Meio Ambiente e Sociedade: Educação e Consciência Pública para a Sustentabilidade – Thessaloniki, Grécia. 1997. Onde houve o reconhecimento que, passados cinco anos da Conferência Rio-92, o desenvolvimento da EA foi insuficiente. (www.mec.gov.br)

▶ A Coordenação de Educação Ambiental do MEC promove sete Cursos de Capacitação de Multiplicadores e cinco Teleconferências. (www.mec.gov.br)

◆**1998** ▶A Coordenação de Educação Ambiental do MEC promove 8 Cursos de Capacitação de Multiplicadores, 5 teleconferências, 2 Seminários Nacionais e produz 10 vídeos para serem exibidos pela TV Escola. (www.mec.gov.br)

▶ Ao final deste ano, a Coordenação de Educação Ambiental é inserida na Secretaria de Ensino Fundamental – SEF, do MEC, após reforma administrativa. (www.portal.mec.gov.br)

◆**1999** ▶ Criação da Diretoria de Educação Ambiental (DEA) do MMA – Que passou a desenvolver as seguintes atividades: Implantação do Sistema Brasileiro de Informação em Educação Ambiental (SIBEA), objetivando atuar como um sistema integrador das informações de educação ambiental no país; Implantação de Pólos de Educação Ambiental e Difusão de Práticas Sustentáveis nos Estados, objetivando irradiar as ações de Educação Ambiental; fomento á formação de Comissões Interinstitucionais de Educação Ambiental nos estados e

auxilio na elaboração de programas estaduais de Educação Ambiental; implantação de curso de Educação Ambiental a distancia, objetivando capacitar gestores, professores e técnicos de meio ambiente de todos os municípios do país; implantação do projeto Protetores da Vida, objetivando sensibilizar e mobilizar jovens para as questões ambientais. (Ministério do Meio Ambiente, 2004).

▶ Aprovação da LEI 9.597/99 que estabelece a Política Nacional de EA - promulgada a Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999, que institui a Política Nacional de Educação Ambiental, a que deverá ser regulamentada após as discussões na Câmara Técnica Temporária de Educação Ambiental no CONAMA. (www.mec.gov.br)

▶ A Portaria 1648/99 do MEC criou o Grupo de Trabalho com representantes de todas as suas Secretarias para discutir a regulamentação da Lei nº 9795/99 (www.mec.gov.br)

▶ O MEC propõe o Programa PCN's em Ação atendendo às solicitações dos Estados, tendo o Meio Ambiente como uns dos temas transversais, que será trabalhado no ano 2000. (www.mec.gov.br)

▶ Programa Nacional de Educação Ambiental – implantação do Programa Nacional de Educação Ambiental - ProNEA(www.mec.gov.br)

▶A Coordenação de EA (COEA), do MEC, passa a formar parte da Secretária de Ensino Fundamental. (www.ambientebrasil.com.br)

◆**2000** ▶ A Educação Ambiental integra o Plano Plurianual do Governo (2000-2003) e, agora, institucionalmente vinculado ao Ministério do Meio Ambiente, contemplando sete ações realizadas pelo MMA, IBAMA, Banco do Brasil e Jardim Botânico do Rio de Janeiro. (Ministério do Meio Ambiente, 2004).

◆**2001** ▶ Em reconhecimento a importância da articulação dos educadores ambientais e as suas instituições em modelos de articulação

horizontal, o MMA iniciou uma ação de fomento a estruturação e do fortalecimento da Rede Brasileira de Educação Ambiental (REBEA) e da Rede Paulista de Educação Ambiental (REPEA), e forneceu apoio a estruturação da REASUL, da Rede Aguapé e da Rede Acreana de Educação Ambiental. (Ministério do Meio Ambiente, 2004).

◆**2002** ▶ No mês de junho, a lei nº 9.795/99 foi regulamentada pelo Decreto nº4. 281 que definem, entre outras coisas, a composição e as competências do Órgão Gestor da PNEA, lançando, assim, as bases para a execução da PNEA. (Ministério do Meio Ambiente, 2004).

◆**2003** ▶ É instaurada no MMA a Comissão intersetorial de Educação Ambiental (CISEA), com representação de todas as secretarias e todos os órgãos vinculados ao MMA, criando uma instancia para um processo coordenado de consultas e deliberações internamente a esse Ministério, e contribuindo para a transversalidade interna e a sinergia das ações em educação ambiental desenvolvidas pelas suas secretarias e pelos seus órgãos vinculados. (Ministério do Meio Ambiente, 2004).

▶ O Ministério da Educação estabelece como prioridades viabilizar as ações e diretrizes da PNEA, e reestruturar a Coordenação Geral de Educação Ambiental (COEA), que passa da Secretaria de Educação Fundamental diretamente à Secretaria Executiva, atuando de forma integrada a todas as secretarias, conferindo maior visibilidade à Educação Ambiental e oportunizando sua transversalidade, assim como seu enraizamento no MEC e na estrutura de Governo. (Ministério do Meio Ambiente, 2004).

◆**2004** ▶ O MMA e o MEC promoveram em 21 de julho, a reunião de instalação do órgão gestor da PNEA, um passo decisivo para a execução das ações em educação ambiental no Governo Federal, tendo como primeira tarefa a assinatura de um Termo de Cooperação Técnica para a realização conjunta da Conferencia Infanto-Juvenil pelo Meio Ambiente. (Ministério do Meio Ambiente, 2004).

▶ Em 17 de novembro, foi instaurado o Comitê Assessor do Órgão Gestor, sendo realizada sua primeira reunião, na qual foram criados seis grupos de trabalho (GTs): dois temporários – GT Documento do ProNEA e GT Regimento Interno; e quatro permanentes – GT Gestão do Sistema Brasileiro de Informações sobre Educação Ambiental(SIBEA), GT Critérios e Indicadores para Projetos e Ações de Educação Ambiental, GT Instrumentos Institucionais e Legais para a Promoção da Educação Ambiental e GT Relações Internacionais. (Ministério do Meio Ambiente, 2004).

▶ Foi realizado em Goiânia, o primeiro encontro governamental nacional sobre políticas publicas de educação ambiental, reunindo secretários e gestores públicos das três esferas de governo da área ambiental. O evento visou a elaborar um diagnóstico dos principais desafios ao enraizamento da educação ambiental e a aproximação entre as secretarias de educação e do meio ambiente. Neste encontro, foi reconhecida a necessidade da articulação e do fortalecimento mútuo das Comissões Interinstitucionais Estaduais e das Redes de Educação Ambiental. Foi elaborado o documento "Compromisso de Goiânia", que consiste no estabelecimento de um importante e pioneiro pacto entre as esferas de governo para a criação de Políticas e Programas estaduais e municipais de Educação Ambiental, sincronizados com o ProNEA. (Ministério do Meio Ambiente, 2004).

▶Nesse ano, foi realizada a décima-nona edição do curso de Introdução à Educação no Processo de Gestão Ambiental do IBAMA, alcançando quase 700 profissionais formados para atuar com a educação na gestão ambiental. (Ministério do Meio Ambiente, 2005)

▶ Ocorreu nova reestruturação do MEC, com a transferência da Coordenação Geral de Educação Ambiental (CGEA) para a então recém-criada Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. (Ministério do Meio Ambiente, 2005)

▶ Teve início um novo Plano Plurianual, o PPA 2004-2007. Em função das novas diretrizes e sintonizado com o ProNEA, o Programa 0052 é reformulado, passa a ser intitulado Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e inicia o ano composto por ações de responsabilidade da Diretoria de Educação Ambiental, Fundo Nacional do Meio Ambiente,Agência Nacional de Águas, Coordenação Geral de Educação Ambiental do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis, Jardim Botânico do Rio de Janeiro, e a Secretaria da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar (SECIRM). (Ministério do Meio Ambiente, 2004).

▶ Em novembro de 2004, foi realizado o V Fórum Brasileiro de Educação Ambiental, construído de forma coletiva a partir da Rede Brasileira de Educação Ambiental, e que proporcionou espaços para diálogo e trocas entre os educadores ambientais. Realizada durante todo o evento, a atividade denominada "Conversando com as Redes" proporcionou aos participantes a oportunidade de estar em contato com as pessoas que formam as redes de Educação Ambiental de todo o Brasil. As conexões foram reforçadas e renovadas no evento, que viu nascer a Rede Nordestina de Educação Ambiental e a Rede de Edu -comunicação Socioambiental. (Ministério do Meio Ambiente, 2005)

▶ Ainda em novembro de 2004, o MMA participou na Venezuela, da reunião de trabalho de especialistas em gestão pública da educação ambiental da América Latina e Caribe, para elaboração do plano de implementação do Programa Latino-americano e Caribenho de Educação Ambiental. (Ministério do Meio Ambiente, 2005).

▶Nesse ano de 2004, foi feita a revisão do Plano Plurianual e do Programa 0052, e seu conjunto de ações foi alterado, iniciando o exercício de 2005 com a seguinte composição:

- 6270 – Educação ambiental para recursos hídricos (ANA).
- 2972 – Educação para conservação da biodiversidade (Jardim Botânico do Rio de Janeiro).

• 2965 – Fomento a projetos integrados de educação ambiental (FNMA).

• 4932 – Formação de educadores ambientais (DEA/IBAMA).

• 09HO – Apoio à gestão compartilhada da educação ambiental (DEA).

•1997 – Implantação do Sistema Brasileiro de Informações sobre Educação Ambiental (DEA).

• 6857 – Produção e veiculação de programas de educação ambiental (DEA).

• 4641 – Publicidade de utilidade pública (DEA).

• 4232 – Capacitação de recursos humanos para a prevenção e o controle ambiental nas áreas marítimas e portuárias (SECIRM). (Ministério do Meio Ambiente, 2004).

Nessa revisão, a CGEA/MEC inclui, no Programa 1061 - Brasil Escolarizado, sob responsabilidade desse Ministério, duas ações relativas especificamente à educação ambiental:

• 09EA – Apoio à distribuição de material didático para formação continuada em educação ambiental.

• 09ED – Apoio à formação continuada em educação ambiental para profissionais da educação. (Ministério do Meio Ambiente, 2005)

5.3. Algumas Considerações sobre a Evolução da Educação Ambiental

A Educação Ambiental é direito de todos. De modo formal, como componente permanente da educação em todos os níveis e modalidades. De modo não formal, através de práticas educativas voltadas para a mobilização e participação da sociedade e suas organizações, na defesa da qualidade do meio ambiente. (ALERJ, 1999)

A Educação Ambiental já percorreu um longo caminho, superou alguns obstáculos, alguns conflitos, ganhou algumas batalhas, porem ainda falta muito para vencer a guerra contra os avanços tecnológicos, sem responsabilidade com o meio ambiente, porque o desenvolvimento é necessário, porém não pode estar

combinado com um poder impiedoso e irracional do homem, que destrói a terra que pisa e tira o sustento, polui o ar que respira, suja a água que garante a sua sobrevivência e das gerações futuras.

Ao longo desses anos, a Educação Ambiental caminhou em direção ao reconhecimento da sua importância, pois se não houver um investimento em ações que despertem a consciência da humanidade para com o Meio Ambiente, não terá nenhum sucesso os investimentos para o futuro. A educação é o meio mais importante para o desenvolvimento do homem e a Educação Ambiental deve estar presente em todos os níveis educacionais, pois, através dela passa a existir a consciência pessoal, de que o homem não é o único no mundo, e sim faz parte dele, segundo Boff, 1992 "*Mesmo sendo o homem a expressão autoconsciente do mundo, não é a principal nem a única*". Devido a isto, o homem deve ter a consciência de que existe uma interdependência entre os seres e a natureza em todo o planeta. A partir da conscientização, o homem passa a perceber e revisar seus conceitos em relação a viver bem, pois a sedução e adoração aos estilos e modismos, que fazem das pessoas ávidos consumidores, e, como conseqüência, temos a geração de montanhas de lixo, resíduos, inclusive radioativos, além da extração desordenada dos recursos naturais não renováveis.

É evidente que, nas questões ambientais existem os conflitos que vão de encontro com os propósitos políticos e os projetos educativos realmente comprometidos com o resgate do equilíbrio entre a necessidade social e a ambição pessoal. No primeiro caso trata-se de pessoas, que na maioria das vezes por falta de informação, destroem a natureza, como derrubada de árvores, morte de animais, pesca predatória, etc, em favor de seu sustento e de suas famílias, não percebendo que com esta destruição estão limitando o tempo do seu sustento, pois sem controle há o esgotamento. No segundo caso, a exploração e a destruição da natureza não por falta de informação e, sim, por ambição ao dinheiro e, por conseqüência, pelo poder, não importando o mal que esta sendo feito. Em relação a isto, se pode ressaltar que a pobreza, tanto nacional quanto global, é uma das principais causas da destruição, pois quando

se tem fome, a preocupação com a natureza não tem valor, por isto quando se fala em meio ambiente, é tudo que está a nossa volta inclusive à sociedade.

Nessa perspectiva, a educação ambiental precisa ultrapassar os limites da escola formal, isto é, deve transcender o espaço escolar, e ser concebida como um processo contínuo de formação para a cidadania, atingindo o ser humano, seja ele quem for ou onde estiver, para que seja possível atingir em essência, a mudança de paradigmas que existem nas relações entre homem, sociedade e natureza. Para isto se faz necessário o preenchimento de todos os espaços, seja da mídia, da família, do lazer, da cultura, da ciência, do trabalho e, principalmente, da educação. Se forem aproveitadas todas as oportunidades para se praticar a Educação Ambiental, estes conceitos passariam a fazer parte da consciência individual e coletiva do ser humano, provocando alteração no sistema social e psicológico, promovendo uma nova ética planetária comprometida com a erradicação da pobreza, da fome, da poluição, da opressão humana, da degradação ambiental, para que todos os recursos da natureza possam ser utilizados com equilíbrio e respeito à fragilidade da terra, e de forma a beneficiar toda a humanidade. (www.senac.br)

O Estado do Rio de Janeiro dispõe da Lei 3325/99, que determina a Educação Ambiental obrigatória em todos os períodos e nas várias disciplinas do primeiro e segundo graus, não podendo ter uma única cadeira com conceitos ecológicos e as demais ignorarem completamente os ecossistemas e as relações entre transportes, indústria, agricultura, urbanização, saúde e o meio ambiente. A Educação Ambiental, por ser responsabilidade de todos, deve ser tratada como tema transversal, isto é, uma preocupação de toda a escola e de toda a comunidade onde a escola está inserida. Os professores das várias disciplinas e a direção da escola estarão empenhados na construção de projetos pedagógicos que inclua a problemática ambiental.

A seguir as metodologias utilizadas na realização deste trabalho.

Capítulo 6: Metodologias

O objetivo deste capítulo é descrever as metodologias aplicadas na busca dos objetivos específicos para atingir as metas apontadas neste estudo.

O estudo apresentado nessa dissertação teve como base à elaboração de um método capaz de garantir a confiabilidade e reprodutibilidade da pesquisa. No decorrer deste capitulo serão abordados temas como planejamento de pesquisa, método estatístico, pesquisa de campo, fontes de informação e os problemas encontrados.

É relevante citar que o processo de pesquisa cientifica é uma atividade dinâmica e passível de mutações. A metodologia empregada nesta pesquisa possibilitou a agregação de informações no decorrer do trabalho, norteadas sempre pelos objetivos do estudo.

A figura 6.1 mostra esquematicamente a estratégia utilizada na pesquisa, cujas etapas estão melhor detalhadas nos itens subseqüentes.

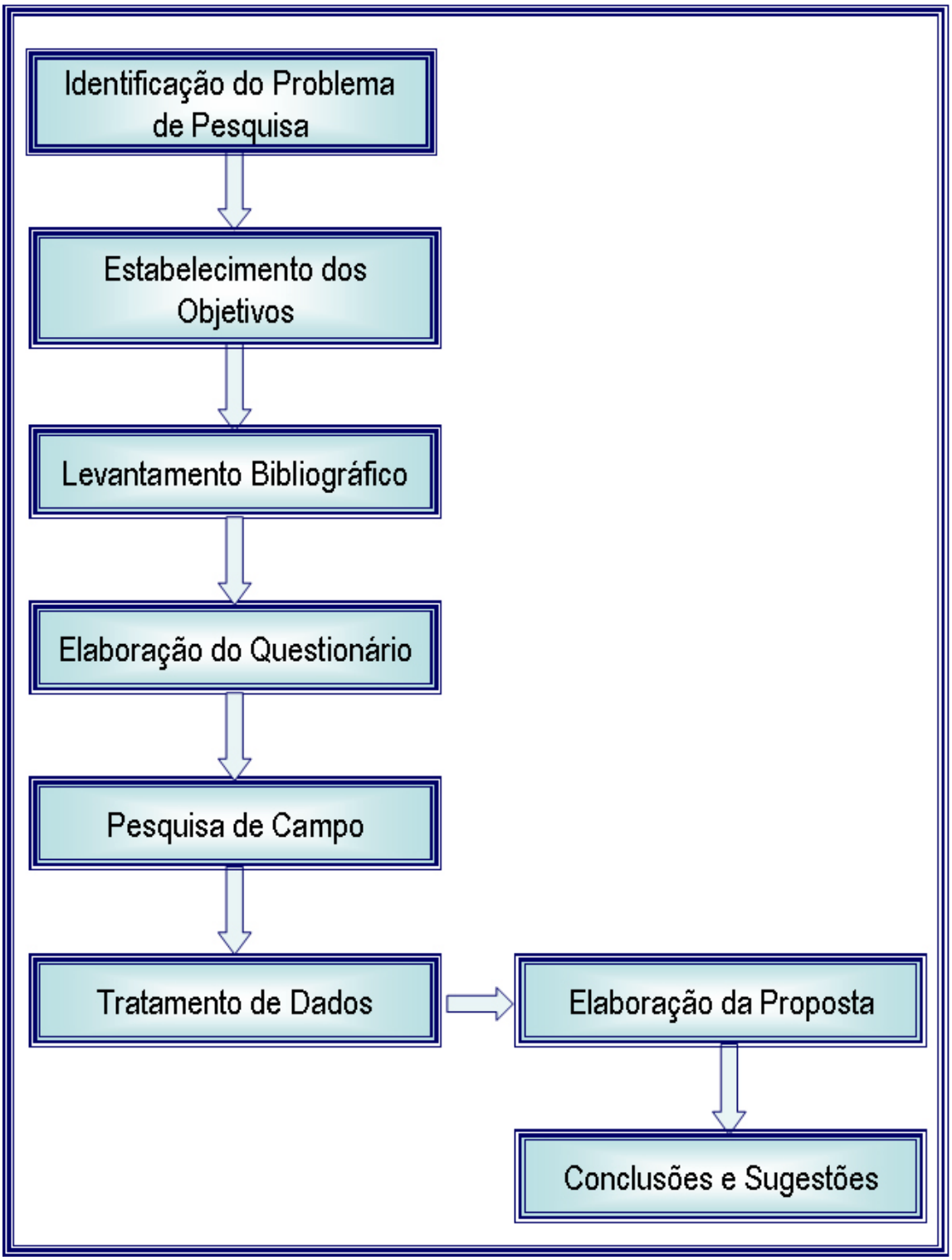

Figura 6.1 - Esquematização do Projeto

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados deste capítulo

6.1. Diagnose do Estado da Arte da Educação Ambiental no Ensino Médio da Rede Estadual de Ensino no Município do Rio de Janeiro.

6.1.1. Objetivos

Umas das finalidades da pesquisa proposta no presente trabalho consistiu em analisar o estado da arte do ponto de vista da Educação Ambiental, do Ensino Médio na Rede Estadual de Ensino, localizada no Município do Rio de Janeiro. A partir desta análise, pretende-se traçar um perfil das escolas e indicar caminhos estratégicos, em termos de sugestões, no sentido de melhorar as informações fornecidas aos alunos dentro da sua formação acadêmica, partindo de uma boa formação docente.

A seguir, serão detalhados os procedimentos utilizados durante a elaboração da pesquisa.

6.1.2. Metodologia de Pesquisa

O método de pesquisa adotado foi uma combinação de análise exploratória e análise quantitativa, envolvendo as Escolas do Ensino Médio da Rede Estadual de Ensino, localizadas no Município do Rio de Janeiro. O método foi baseado nas seguintes definições:

Uma análise exploratória é uma pesquisa empírica que, utilizando diversas fontes de informação, investiga um fenômeno contemporâneo no seu contexto real, quando as fronteiras entre o fenômeno e contexto não se encontram nitidamente definidas (Yin, 1984).

A análise quantitativa, muitas vezes, pode não englobar as variáveis necessárias à compreensão de determinados eventos. A concorrência desses eventos pode abranger uma complexidade tal que os parâmetros de análise tornam-se multidimensionais e difíceis de serem observados de forma quantitativa.

Contudo, isto não significa que as fronteiras entre as duas estratégias de pesquisa adotadas devam ser claramente delimitadas, pois sempre existirão pontos em comum entre elas. Cabe ressaltar, porém, que cada estratégia possui características próprias (Castro, 1978).

O método Survey, a seguir definido, foi o mais adequado para o desenvolvimento da pesquisa.

> *"A pesquisa survey pode ser descrita como obtenção de dados ou informações sobre características, ações ou opiniões de determinado grupo de pessoas, indicado como representante de uma população alvo, por meio de um instrumento de pesquisa, normalmente um questionário".(*Tanur *apud* Pinsonneautlt & Kraemer, 1993).

A metodologia está coerente com o objetivo do trabalho, uma vez que desejava-se identificar qual o estado da arte da educação ambiental nas escolas de ensino médio da Rede Pública Estadual.Considerando as colocações de classificação de uma pesquisa Survey, esta tem um propósito exploratório e descritivo.

No desenvolvimento do trabalho, foi realizado um levantamento de dados no ambiente, com a aplicação de um questionário respondido por parte das escolas (amostra), de cada Metropolitana envolvida na pesquisa.

6.1.3. Planejamento da Pesquisa

O primeiro passo do planejamento da pesquisa foi o levantamento das informações disponíveis sobre a situação do ensino da EA nas Instituições de Ensino Médio, da Rede Pública Estadual do Município do Rio de Janeiro. Este levantamento compreendeu os seguintes itens:

- ✓ Determinação da metodologia de pesquisa a ser adotada no projeto;
- ✓ Elaboração de questionários;

- ✓ Aplicação dos questionários junto às Instituições de Ensino médio, através de parceria com a Secretaria Estadual de Educação.
- ✓ Realização de entrevistas com os diretores de Ensino das Metropolitanas, envolvidas no projeto;
- ✓ Avaliação da receptividade nas metropolitanas e na SEERJ
- ✓ Levantamento estatístico dos dados;
- ✓ Busca de maiores informações sobre o tema, nos sites da SEERJ;
- ✓ Elaboração de propostas

6.1.4. Fontes de Informações

Na pesquisa realizada, se lidou com uma variedade de fontes de informações como: documentos, entrevistas e observações, conforme segue:

- ✓ Materiais Impressos de órgãos ambientais;
- ✓ Trabalhos acadêmicos sobre Educação Ambiental;
- ✓ Entrevistas com professores e diretores de instituições de ensino;
- ✓ Materiais disponibilizados em meio eletrônico
- ✓ Informações disponibilizadas pela SEERJ
- ✓

6.1.5. Pesquisa de Campo

A pesquisa de campo foi realizada em duas etapas.

A primeira etapa consistiu na aplicação de um questionário nas escolas de Ensino médio da Rede Pública Estadual do Município do Rio de Janeiro, no período de abril a julho de 2006. A distribuição do questionário foi viabilizada mediante parceria com a SEERJ, através da coordenadoria de EA. Os questionários foram enviados para as Metropolitanas, que foram responsáveis pela distribuição e pelo recolhimento destes nas escolas. Nas escolas, os questionários foram respondidos pelos diretores ou orientadores pedagógicos. O modelo do questionário encontra-se no anexo 3.

Após análise quantitativa e qualitativa dos questionários, foi realizada a segunda etapa, que consistiu na avaliação da receptividade das Metropolitanas e da própria SEERJ, relacionada à relevância da pesquisa. Para tal, foi elaborado um questionário específico a ser respondido pelo responsável pela distribuição em cada metropolitana (anexo 4, 5 e 6) e, também, pela Coordenação de Educação Ambiental da SEERJ. O modelo dos questionários encontram-se no anexo 7.

Depois de estabelecidas as primeiras diretrizes, foi realizado um levantamento bibliográfico sobre os assuntos referentes ao trabalho. Através da revisão da literatura foi encontrada uma série de documentos pertinentes ao assunto, tais como:

- ✓ Determinação de um modelo estatístico, utilização de uma amostragem adequada.
- ✓ Realização de um questionário para as escolas.
- ✓ Definição de modelo estatístico para avaliar os dados levantados. Discussão sobre o modelo estatístico.

Numa segunda etapa foi realizado um questionário de avaliação da pesquisa com os Diretores de Ensino, responsáveis pelas das metropolitanas envolvidas no projeto.

6.1.6. Avaliação dos Resultados

Os dados serão apresentados de maneira a desenhar o perfil das escolas respondentes e suas opiniões a respeito da situação do ensino da Educação Ambiental na rede pública estadual do Município do Rio de Janeiro.

Entre as respostas verificadas, desconsiderou-se as respostas que não estavam em concordância com as perguntas e as respostas em branco.

As avaliações foram feitas nos itens e demonstradas em forma de percentual.

Foi feita uma análise estatística dos dados, porém nem todos os dados estavam adequados para este tipo de análise. Dada a heterogeneidade dos dados, o que, muitas vezes, impediu a aplicação de equações matemáticas, optou-se por não realizar o tratamento estatístico.

6.2. Diagnose do Acesso aos Cursos de Graduação nas Universidades Públicas: Estudo de Caso da UERJ e UFRJ

6.2.1. Objetivos

Além do mapeamento da Educação Ambiental no Ensino Médio público estadual, a outra finalidade da pesquisa proposta nesta dissertação consistiu em analisar o acesso às Universidades Públicas dos alunos oriundos das escolas de ensino médio da Rede Pública.

Para atingir esta meta, foi realizada uma avaliação do Sistema de Cotas, implantado na UERJ, como também avaliação de uma proposta do acesso, através do Sistema de Cotas que está em fase de projeto na UFRJ.

A seguir, serão detalhados os procedimentos utilizados durante a elaboração da pesquisa.

6.2.2. Metodologia de Pesquisa

O método de pesquisa adotado foi uma combinação de análise exploratória e análise quantitativa, envolvendo as Universidades UERJ e UFRJ. As definições das metodologias foram descritas no item 6.1.2, deste capítulo.

6.2.3. Planejamento da Pesquisa

O planejamento foi iniciado com o levantamento das informações disponíveis sobre o acesso dos alunos nas Universidades Públicas. Este levantamento compreendeu os seguintes itens:

- ✓ Definição das Universidades que seriam objeto da Pesquisa;
- ✓ Solicitação de informações, referentes aos alunos ingressos nas Universidades, através de relatórios fornecidos pelas comissões de Vestibular das Universidades;
- ✓ Realização de entrevistas técnicas com professores e outros profissionais envolvidos no sistema de cotas das Universidades;
- ✓ Avaliação quantitativa de alunos que ingressam nas Universidades Públicas definidas, egressos de escolas de ensino médio da rede pública, comparados com os alunos egressos das instituições de ensino da Rede Particular;
- ✓ Levantamento estatístico dos dados;
- ✓ Busca de maiores informações sobre o sistema de cotas, na mídia eletrônica e escrita;
- ✓ Análise crítica dos sistemas de Cotas referentes às Universidades estudadas.

6.2.4. Fontes de Informações

Na pesquisa realizada, se lidou com uma variedade de fontes de informações como: documentos, entrevistas e observações, conforme segue.

- ✓ Materiais Impressos fornecidos pela UERJ;
- ✓ Materiais de impressos de circulação interna sobre a implantação do Sistema de Cotas na UERJ.
- ✓ Entrevistas técnicas com professores e pessoas ligadas ao Sistema de Cotas nas Universidades;
- ✓ Materiais disponibilizados em meio eletrônico
- ✓ Relatórios disponibilizados pela UERJ e UFRJ

6.2.5. Pesquisa de Campo

A pesquisa de campo foi realizada em várias etapas:

Primeiramente, estabeleceu-se contato com profissionais de setores da UERJ e UFRJ, relacionados ao acesso aos cursos de graduação. Isto feito, face às diferentes formas de acesso dessas universidades, foram adotadas estratégias diferentes para os dois casos.

- **Estudo de caso UERJ:**

Foram realizadas entrevistas técnicas com docentes da UERJ que participaram da implantação do sistema de cotas, tanto a nível acadêmico como administrativo. Além disso, foram coletadas informações referentes ao vestibular, através de relatórios fornecidos pelo núcleo de informática da Comissão de Vestibular.

- **Estudo de caso UFRJ:**

Foi realizado com base no relatório de informações sobre o acesso no vestibular, fornecido pela comissão de vestibular da UFRJ. No que diz respeito ao acesso diferenciado, foi avaliada uma proposta da UFRJ para sistema de cotas.

A primeira etapa consistiu em entrevistas técnicas com professores da UERJ, que participam do sistema de cotas adotado pela Universidade, como também acesso às informações pertinentes ao vestibular.

Através da revisão da literatura, foi encontrada uma série de documentos pertinentes ao assunto, tais como:

- ✓ Relatório com as informações de acesso a UFRJ, dos alunos egressos da Rede Estadual de ensino. Documento fornecido pelo núcleo de informática do setor de vestibular da Universidade.

- ✓ Relatório com as informações de acesso a UERJ, dos alunos egressos da Rede Estadual de ensino. Incluindo os alunos contemplados pelos sistemas de cotas. Documento fornecido pelo núcleo de informática do setor de vestibular da Universidade.

Numa segunda etapa foi realizada uma avaliação dos resultados, e montado um quadro comparativo entre as Universidades.

6.3. Limitações do Estudo

O fator limitante foi a dificuldade de acesso aos dados relativos às escolas, pois, para alguns Diretores de Ensino responsáveis pelas Metropolitanas, foram muito difíceis a distribuição e o recebimento dos questionários, o que acabou comprometendo a quantidade das informações.

Algumas escolas não demonstraram muito interesse em responder os questionários, deixando muitas perguntas em branco e não mostrando a realidade das escolas.

A seguir será mostrada uma avaliação do acesso aos cursos de graduação.

Capítulo 7: Diagnóstico do Acesso aos Cursos de Graduação: Estudo de Casos UERJ e UFRJ

Neste capítulo, é mostrado como acontece o acesso às Universidades Públicas dos alunos oriundos das escolas da rede Pública Estadual em comparação com a Rede Federal e a Rede Particular.Tomou-se como estudo de caso, a Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ) e a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), tendo como base os números referentes aos concursos vestibulares no período 2003-2006.

Também é feita uma avaliação do acesso por Cotas, focando a sistemática implementada na UERJ, que foi a primeira a implantar o sistema. Também fez uma análise de uma proposta da UFRJ para futura implantação do sistema.

7.1. O Sistema de Cotas

A lei de cotas nas universidades é considerado um assunto muito polêmico, que divide muitas opiniões. Desde o âmbito acadêmico, passando pelo governamental e faixas da sociedade.(www. universia.com.br)

Com o passar dos anos, o aumento da competição por uma vaga nas Universidades Públicas fez com que o grau de exigência aliada à diminuição da qualidade do ensino médio na rede pública estadual, tornasse o ingresso deste grupo nas Universidades cada vez mais difícil. Uma das conseqüências é o fato de que as vagas nessas universidades fiquem voltadas para a faixa da sociedade, que pelo domínio do poder econômico, prepara melhor seus alunos garantindo suas vagas. Esta faixa da sociedade não concorda com as cotas, pois percebe, com isto, que, as suas vagas já consideradas certas, serão distribuídas para uma faixa excluída, que até então, não significava qualquer ameaça na competição, e alguns até julgam o sistema como "injusto".

Em relação ao sistema acadêmico, existe a preocupação com a diminuição da qualidade do ensino devido ao ingresso de alunos que são considerados "despreparados" para ingressar em uma universidade de qualidade. (www. universia.com.br)

Para implantação do Sistema de Cotas, foram criadas leis nos âmbitos federal e estadual.

Lei Federal: *PROJETO DE LEI 3627/2004*

Institui Sistema Especial de Reserva de Vagas para estudantes egressos de escolas públicas, em especial negros e indígenas, nas instituições públicas federais de educação superior e dá outras providências. Anexo 1

Lei Estadual: Lei Nº. 3708, de 9 de Novembro de 2001

Institui cota de até 40% (quarenta por cento) para as populações negra e parda no acesso a Universidade do Estado do Rio de Janeiro e à Universidade Estadual do Norte Fluminense, e dá outras providências.Anexo2

7.2. Implantação do Sistema

Por força do disposto na Lei Estadual Nº 3708, a Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), foi a primeira instituição a adotar o sistema de cotas no Estado do Rio de Janeiro, tendo início em 2003. (www.conciencia.com.br)

Como a reserva de vagas, de acordo com a lei, prevê 50% do total de vagas por curso/turno/semestre para alunos oriundos da rede pública e, para que a lei pudesse ser cumprida, foram realizados dois vestibulares:

- *Um tradicional, aberto a candidatos oriundos de qualquer tipo de escola e denominado, como nos anos anteriores, Vestibular Estadual, para preenchimento, na UERJ, 2485 vagas em 46 cursos;*
- *Outro, aberto apenas a candidatos oriundos de escolas da rede pública, localizadas no Estado do Rio de Janeiro, denominado Vestibular SADE (Sistema de Acompanhamento do Desempenho dos Estudantes do Ensino Médio, mantido pelo Poder Público), para preenchimento, na UERJ, de 2485 vagas em 46 cursos.*

Como a reserva prevê 40% do total de vagas por curso/turno/semestre para alunos autodeclarados negros e pardos e, para atender a reserva, foram adotados os alguns procedimentos:

Após a soma do número total de vagas oferecido nos dois vestibulares, e calculado o valor correspondente a 40% de cada total obtido, verifica-se o quantitativo de autodeclarados negros ou pardos, e se o quantitativo for igual ou maior que os 40% previstos pela legislação, a reserva é considerada atendida.(UERJ, 2003).

7.3. O Aluno na Universidade

A questão não se resume ao ingresso do aluno na Universidade, mas também se a Universidade tem condições de acolher e manter estes alunos. Se estes tiverem muita dificuldade de acompanhar as aulas e isto acarretar evasão, o sistema não terá sentido.

Segundo a Sub-Reitora de Graduação da UERJ, Profa.Raquel Villard, somente a reserva de vagas para as pessoas carentes não é o suficiente, pois existe o problema financeiro. No endereço eletrônico institucional, a Sub-Reitora declara: "Hoje nós temos um programa chamado PROINICIAR (Programa de Iniciação Acadêmica). Por meio dele, a Universidade tenta ajudar este aluno na passagem para a vida universitária, inclusive atendendo aos estudantes em suas necessidades advindas de um ensino médio ou fundamental sem a qualidade que deveria ter". (www. 2.uerj.br)

A UERJ utiliza o sistema de cotas desde 2003. Os alunos cotistas que comprovam baixa renda, recebem uma bolsa auxilio de R$190,00(cento e noventa reais). Este auxilio é destinado às despesas básicas de manutenção do aluno como: passagem, cópias, livros, lanche, etc., e tem duração de 1 ano. Isso é devido ao fato do aluno quando chega ao 3º período, de acordo com o seu desempenho pode participar dos outros programas existentes na Universidade como estágios, iniciação científica, etc, que oferecem bolsas. Tendo assim a partir deste período, o aluno já é capaz de conseguir sua remuneração, não sendo mais necessário o auxilio.(Noronha, Patrícia - Coordenação do PROINICIAR-Entrevista técnica)

Segundo informações coletadas junto à coordenação do PROINICIAR, devido às carências educacionais dos alunos, eventuais falhas no Ensino Médio, a UERJ instituiu dentro do programa Proiniciar, cursos, oficinas e atividades culturais. Este programa oferece em paralelo com as disciplinas do curso: aulas de Matemática, Química, Física, Biologia, etc, como se fossem aulas de reforço, e oficinas com aulas práticas, além de visitas e passeios culturais programados a

teatros, cinemas, museus, etc. A garantia do funcionamento deste programa é através de parcerias entre as diversas faculdades dentro da UERJ, além de parcerias externas. Essas parcerias têm o objetivo de facilitar a execução do programa, pois se faz necessário que diversos professores sejam disponibilizados para os cursos e as oficinas. Através destas parcerias são oferecidos, também, cursos de idiomas gratuitamente para os cotistas (Inglês, Francês, Alemão, etc). (Noronha, Patrícia - Coordenação do PROINICIAR-Entrevista técnica)

Ainda de acordo com a Coordenação do PROINICIAR, inicialmente a evasão dos alunos cotistas era grande, muitos não conseguiam se manter na *os* Universidade, tanto por dificuldades em acompanhar as aulas quanto por dificuldades financeiras. Uma das razões atribuídas era o fato de que havia um excesso de oficinas e atividades coincidentes com os períodos de provas. Sendo assim, os alunos não conseguiam dar conta de todas as atribuições, não atingindo os graus necessários e, com isto se sentiam incapazes, perdiam o entusiasmo e acabavam desistindo do curso. Atualmente, a oferta dos cursos e das oficinas são feitos no início dos períodos, terminando antes do início das provas, isto faz com que os alunos fiquem com tempo mais livre para se prepararem melhor para as provas, sem contar que no início dos períodos os alunos estão com maior disposição. Essas medidas já trouxeram uma melhoria no desempenho destes alunos e aumentaram, também, a auto-estima, tornando-mais seguros.(Noronha, Patrícia - Coordenação do PROINICIAR-Entrevista técnica)

Em relação ao desempenho dos cotistas, que, segundo a Profa.Raquel Villard, reprovam menos por freqüência do que os não cotistas. "Também temos dados que comprovam que o estudante se apega a essa chance como algo que ele sabe que não pode ser jogado fora, não pode ser perdido. Isto explica o empenho evidente nos estudos". (www.universia.com.br)

Não existe dúvida de que a adoção de cotas é uma forma eficaz de aumentar o ingresso de negros e carentes em Universidades. Isto faz com que tenham condição de cursarem o nível superior, que hoje é um privilégio das classes mais abastadas da sociedade, pois, somente alunos bem preparados,

normalmente por escolas do setor privado e de cursinhos preparatórios, possuem maior acesso às Universidades Públicas. Como este preparo requer um custo elevado, fica cada vez mais restrito a uma pequena parcela da sociedade que possui melhor poder aquisitivo.

Segundo o Professor Ricardo Salles (historiador e professor da Faculdade de Formação de Professores da UERJ), o sistema trouxe principalmente dois grandes resultados positivos.

Inicialmente, fez que um expressivo número de afro-brasileiros e alunos carentes oriundos de escolas públicas ingressasse na Universidade Pública. Para estas pessoas, que, tendo concluído o ensino médio estavam legalmente em condições de ingressarem em uma Universidade. O Sistema de Cotas tornou possível o ingresso em uma Universidade Pública, pois sem as mesmas, só teriam condições de ingressarem em instituições privadas, possibilidade esta que na maioria dos casos, esbarrava na falta de recursos financeiros, devido ao alto custo da mensalidade dos cursos.

Ainda, de acordo com o professor Ricardo Salles, o segundo resultado positivo da implantação das cotas é que através dela se tem novamente em debate, à polêmica a respeito do lugar da Universidade Pública na Sociedade Brasileira, tendo como objetivo o desenvolvimento de uma nação mais justa e democrática. Isto porque, se existe a Universidade Pública e esta é mantida pelos governos, parte deste dinheiro advém dos impostos da população, nada mais justo que a maioria das pessoas que estejam na Universidade Pública sejam as que não tenham condições de pagar uma boa Universidade particular. Mas, na realidade, o que ocorre é exatamente o contrário, são as classes mais privilegiadas que estão nas Universidades Públicas, pois, nas três ultimas décadas, o descaso com o ensino médio da rede pública foi tão grande, que os alunos que se formam nessas instituições não são capazes de concorrerem em igualdade com os que vêm de um ensino médio em instituições particulares caras com um principal objetivo de cursar uma Universidade Pública. Então o sistema

de cotas para esses alunos é uma maneira de compensar esse contra-senso. (www.2.uerj.br)

7.4. A Necessidade das Cotas

É preciso se estar alerta para que o sistema de cotas ou reserva de vagas, não incorra no risco de desviar a atenção de uma questão muito grave, talvez a questão-chave da situação, que é o nível do ensino médio da rede pública na atualidade. O Estado está deixando de cumprir a sua parte, que é de preparar bem os alunos de famílias mais carentes, independentes da cor, para que aumentem suas condições de competição, para que melhorem suas condições de vida através de uma boa formação Universitária.

Este fato pode ser observado ao longo dos anos, pois, historicamente, os melhores alunos estavam na Rede Pública de Ensino, em todos os níveis de formação. Somente estudavam em escolas particulares aqueles alunos que tinham problemas sérios de disciplina ou muita dificuldade em aprendizagem, logo, para completarem seus estudos, recorriam à Rede Privada de ensino. O ensino público era muito rígido e exigente, o que contribuía para uma boa formação e conseqüente condição de ingresso em uma Universidade Pública.

A inclusão de negros na questão das cotas, também, advém da maioria da população que utiliza a Rede Pública Estadual de Ensino, ser de pardos e negros, que gera, por conseqüência, uma acentuada minoria desses alunos nas Universidades Públicas.

Com o passar dos anos, a Educação Pública começou a ser superada, em termos de formação, pela Rede Privada, o que ocasionou uma lacuna entre os alunos da Rede Pública Estadual e a Universidade, pois se as instituições de ensino particular, estão preparando melhor os seus alunos, serão estes que ingressarão nas Universidades Públicas. Com isto, o número de alunos que terminam o ensino médio na Rede Pública Estadual que consegue se classificar em uma Universidade Pública é a cada ano menor, restando para estes alunos da Rede

Pública Estadual ingressarem em Universidades Privadas ou simplesmente, que é o que ocorre com maior freqüência, ficar sem o direito de melhorar suas condições de vida, através de uma boa graduação.

Com atenção a estes fatos é que o Ministério da Educação está com um projeto de lei, no qual sugere a diminuição gradativa do percentual da cota de 50% dos alunos que cursaram o ensino médio na rede pública. A intenção do Ministério é promover a qualidade no ensino médio, na mesma proporção que os alunos deixariam de utilizar as cotas. (www.educacao.aol.br)

Segundo o MEC (Ministério da Educação e Cultura), a melhoria da qualidade do ensino público, "é a mais eficiente política de inclusão social, no que diz respeito ao acesso à educação superior". (www.educacao.aol.br)

O Professor José Jorge de Carvalho (Departamento de Antropologia-Universidade de Brasília) comenta que o sistema de cotas é a única forma de resolver o problema da exclusão racial em curto prazo. O preconceito, segundo ele, está presente nas salas de aula. O professor começou a defender o sistema de cotas para negros, quando presenciou o caso de um aluno que foi prejudicado por um professor por motivos raciais. (www.espacoacademico.com.br)

O Professor José Jorge de Carvalho defende que: "Há poucos negros na Universidade e isso dificulta que eles se unam para lutar por seus direitos. É preciso mudar o tipo de relação que existe na academia. E isso só vai acontecer quando houver vários negros lá dentro". Os estudos do professor mostram os números da exclusão em 2003: 97% dos universitários brasileiros são brancos, contra 2% de negros e 1% de amarelos. O desequilíbrio é evidente, se no Brasil 45% da população é negra. Baseados nestes dados fica claro que era preciso tomar alguma providência para se tentar reverter este quadro, era necessário que, de alguma maneira se fizesse à inserção do negro no ensino superior, e o sistema de cotas, foi uma opção prática e que amenizaria o problema num curto prazo. (www.espacoacademico.com.br)

Segundo a professora de Antropologia Yvonne Maggie (Professora Titular da Universidade Federal do Rio de Janeiro), a idéia de raça deve ser abolida, *por estimular a divisão do país em grupos étnicos.* A cisão racial seria um passo em direção ao conflito. Para a professora Yvonne Maggie, "Desde o Modernismo, nossa sociedade se vê como misturada. A introdução do sistema de cotas rompe com esse ideário e produz uma sociedade que tem a obrigação legal de se classificar como 'branca ou negra'. Em outros países, políticas que reforçam a condição racial geraram conflitos inimagináveis, como a Ruanda, o Kosovo e a África do Sul". (www.comciencia.br)

Na avaliação da autora desta dissertação, a questão do indivíduo, no sistema de cotas, ter que se auto-declarar negro ou branco não chega a ser um motivo passível de gerar um conflito de raças, pois a raça não deve ser vista como um motivo de vergonha para o indíviduo, e sim, uma informação comum, como peso, idade, etc. O que pode gerar conflitos, porém é a discriminação de raças, exclusão social, que são problemas muito mais graves no nosso país, problemas estes que são as principais causas de confrontos e grandes geradores de violência. Com a exclusão social, as diferenças sociais se tornam cada vez maiores, provocando a falta de oportunidades para a maioria da população, privilegiando sempre uma pequena parcela da sociedade, o que gera revolta e, conseqüentemente, atos de violência.

Um comparativo da situação das aprovações nos vestibulares das Universidades Públicas, participantes do estudo, dos alunos egressos da Rede Pública Estadual em relação aos alunos egressos da Rede Pública Federal, como também dos alunos egressos da Rede de Ensino Particular é mostrado a seguir.

7.5. Comparativo Entre a Rede Estadual de Ensino e a Rede Federal e Particular

Para os estudos foram selecionadas duas instituições, a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), por ser a Universidade à qual é vinculado o

projeto de pesquisa, e Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), por ser a primeira universidade a utilizar o sistema de cotas, aumentando, assim, o número de alunos oriundos de escolas da Rede Pública Estadual.

A Rede Pública Estadual do Rio de Janeiro é a responsável pela formação do maior número de alunos concluintes do ensino médio, mais isto não significa que estes alunos ingressam em maior número em Universidades Públicas.

Na realidade, o que ocorre é que as Redes de Ensino Privadas e Federais, responsáveis por apenas um terço dos concluintes do ensino médio, são os que mais aprovam seus alunos nas Universidades Públicas, conforme mostra a Tabela 7.1, a qual traz o número de alunos egressos das escolas públicas inscritos e o número dos que obtiveram aprovação nas Universidades Públicas.

A maioria dos alunos da Rede Pública Estadual nem ao menos se inscreve nos concursos, dentre os que se inscrevem, menos da metade consegue classificação para um curso de graduação.

Tabela 7.1. os Vestibulares UFRJ e UERJ - Nº de inscritos e nº de classificados.

	UFRJ						UERJ a					
	ESTADUAL		FEDERAL		PARTICULAR		ESTADUAL		FEDERAL		PARTICULAR	
ANO	INSC.	CLAS.	INSC.	CLAS.	INSC.	CLAS.	INSC.	CLAS.	INSC.	CLAS.	INSC.	CLAS.
2000	ND	ND	ND	ND	ND	ND	8.391	318	4.558	700	20.764	1.593
2001	ND	ND	ND	ND	ND	ND	12.866	479	4.966	670	33.583	2.801
2002	ND	ND	ND	ND	ND	ND	11.938	805	4.220	708	24.664	2.745
2003	11.849	907	4.670	1.083	30.796	4.118	14.804	2.218	3.529	817	16.968	1.647
2004	13.703	875	4.589	900	34.921	4.467	9.941	1.881	2.824	688	15.251	2.321
2005	11.671	910	4.015	960	29.563	4.447	9.007	1.836	3.010	621	17.106	2.468
2006	13.681	870	4.229	991	32.527	4.738	ND	ND	ND	ND	ND	ND

ND: Dados não disponíveis
a : Os dados da UERJ, a partir de 2003, estão computados com a reserva de vagas.

Fontes: Departamento de seleção acadêmica-DSEA-UERJ(2006)
Núcleo de Computação Eletrônica-UFRJ(2006)

De acordo com os dados, pode-se constatar que a quantidade de alunos da rede pública, que conseguem ingressar nas Universidades Públicas, é muito inferior aos egressos da rede particular.

O que se pode destacar de mais importante é o fato de que, a partir do ano de 2003, o número de alunos da rede Pública Estadual, que foram classificados no vestibular da UERJ, aumentou muito, o que coincide com o início de implantação das reservas de vagas, concluindo que a reserva de vagas foi um instrumento que contribuiu para o aumento do número de alunos da rede Pública Estadual na UERJ.

O número de Escolas da Rede Estadual de Educação é cerca de 1014 escolas e a Rede privada está em torno de 870, portanto a Rede Estadual possui um número superior de escolas em relação à Rede Privada e ao número de Escolas da Rede Federal, que são cerca de 12 escolas.

O número de alunos da alunos da Rede Estadual corresponde à cerca de 2/3, quanto a Rede particular e a Federal juntas correspondem a 1/3 deste número. (SEERJ).

Observa-se que, mesmo a Rede Pública Estadual tendo um número de alunos concluintes do ensino médio muito superior, apenas um número muito pequeno destes conseguem ingressar em uma Universidade Pública.

Baseando-se nas informações do Vestibular de 2003-2005 da UFRJ e UERJ (Tabela 7.1), podem ser feitas algumas avaliações. Foi selecionado este período, pois, segundo a tabela 7.1, é aquele que contém dados das duas Universidades.

Os gráficos foram elaborados utilizando-se a média dos dados de cada esfera, compreendidos entre os anos de 2003 e 2005.

Caso UFRJ:

- ✓ **Quanto ao número de alunos inscritos**

A Figura 7.1 mostra o percentual de alunos inscritos no vestibular da UFRJ, oriundos da Rede Estadual, Federal e Particular, calculado através do somatório do número de inscritos no período em análise.

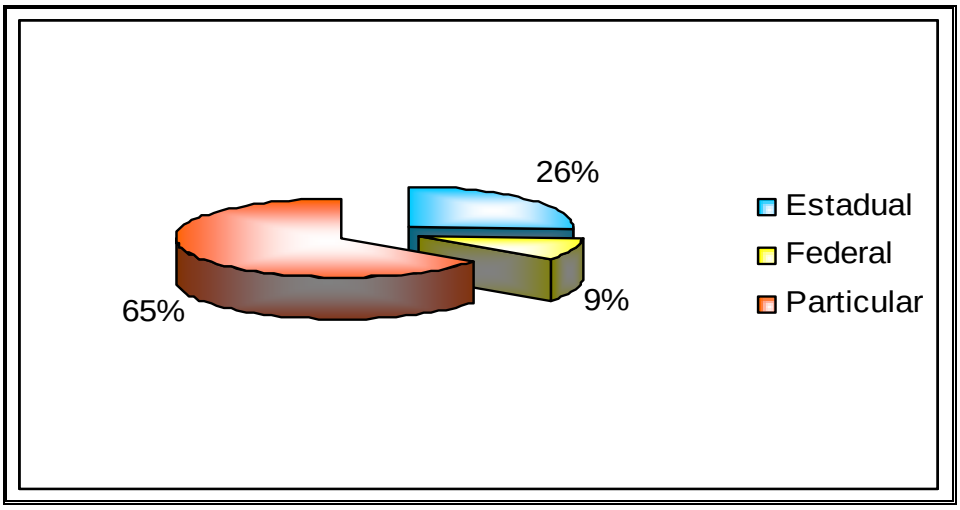

Figura 7.1. Percentual de alunos inscritos no Vestibular da UFRJ

Foi observado que o percentual de alunos inscritos oriundos da Rede Privada é muito superior aos demais. A proporção de alunos inscritos da rede Federal é pequeno. Isso pode ser atribuído ao fato de que há poucas escolas da Rede Federal de Ensino Médio e, portanto, o número de alunos é menor. Quanto à Rede Estadual de Ensino, o número de alunos inscritos é muito pequeno em relação ao total de alunos da rede, já que dois terços dos alunos estão neste grupo. Logo o percentual de inscritos deveria ser também muito superior, mas o que os números mostram é exatamente o contrário. Tal distorção pode ser devida a vários fatores, destacando-se a questão pedagógica e financeira, que será discutida posteriormente.

✓ Quanto ao número de alunos classificados

A Figura 7.2 mostra o Percentual de alunos que foram classificados no vestibular, oriundos da Rede Estadual, Federal e particular, calculado através do percentual de alunos que foram classificados em função do numero de inscritos.

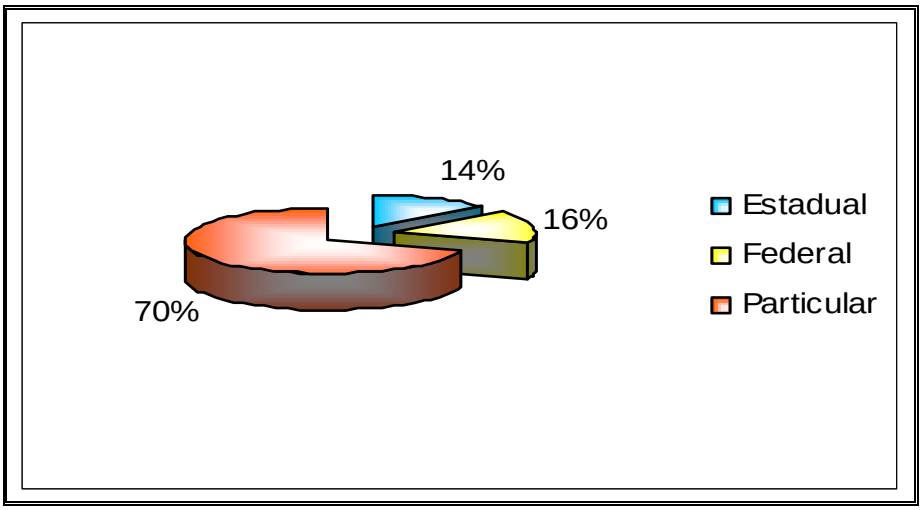

Figura 7.2. Percentual de alunos classificados no Vestibular da UFRJ.

O percentual de alunos classificados egressos da Rede Particular é muito superior aos da Rede Federal e Estadual. Isto ocorre devido ao número de inscritos ter sido muito superior aos demais. A figura indica, também, que a grande maioria dos alunos que ingressam na UFRJ, cerca 70% são oriundos da Rede Particular de Ensino Médio.

✓ Relação entre o nº total de inscritos e classificados

A Figura 7.3 mostra o percentual em relação ao número de inscritos e classificados, dentro da Rede Pública Estadual, Federal e Particular. Calculado pela quantidade de alunos classificados em função dos inscritos, dentro de cada esfera comparativamente.

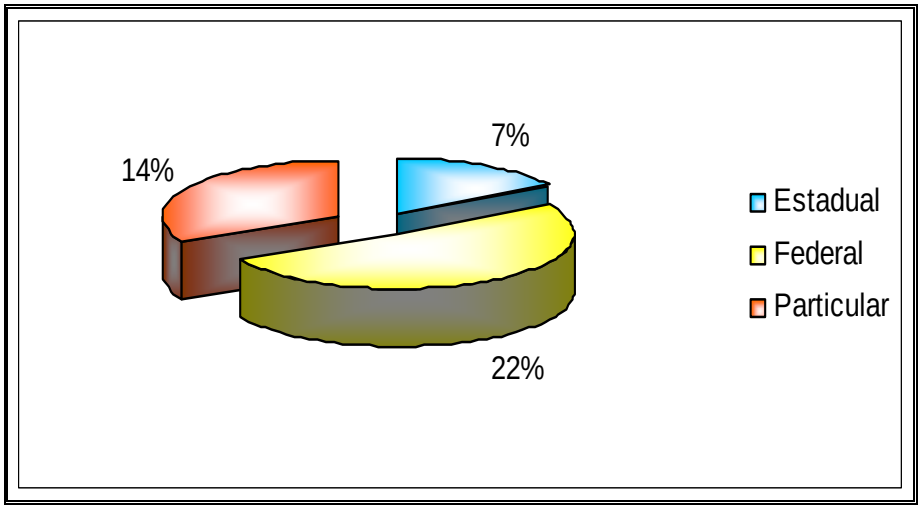

Figura 7.3. Percentual de alunos classificados em função do número de inscritos em cada esfera.

Em relação ao número de inscritos e os que são classificados, destaca-se que, no tocante aos alunos oriundos da Rede Particular, o número de classificados é inferior ao número de classificados pelas Escolas Federais. Estas, mesmo tendo um número inferior de alunos formados, proporcionalmente exibem um melhor desempenho. Isto leva à percepção de que as escolas da Rede Federal de Ensino Médio estão conseguindo manter um padrão de ensino superior à Rede Estadual e à Particular, formando, assim, ilhas de excelência em Educação.

Na Rede Pública Estadual, o baixo número de classificados acaba sendo um motivo para a falta de estímulo para os alunos se inscreverem. Na avaliação da autora, estes julgam que a chance de conseguir a classificação é muito pequena, devido às suas deficiências pedagógicas, sendo assim nem tentam o vestibular. Este fato também se alia aos problemas financeiros, devido ao custo das inscrições, que muitas vezes, por falta de recursos, somente os alunos que conseguem isenção das taxas se inscrevem, como também os alunos que priorizam o trabalho ao estudo, já que, nas Universidades Públicas, a maioria dos horários das aulas impede que o aluno trabalhe.

Caso UERJ:

- ✓ **Quanto ao número de alunos inscritos**

A figura 7.4 mostra o percentual total de alunos inscritos no vestibular da UERJ, oriundos da Rede Estadual, Federal e Particular. Calculado a partir do somatório dos inscritos em relação à Rede Estadual, Federal e Particular.

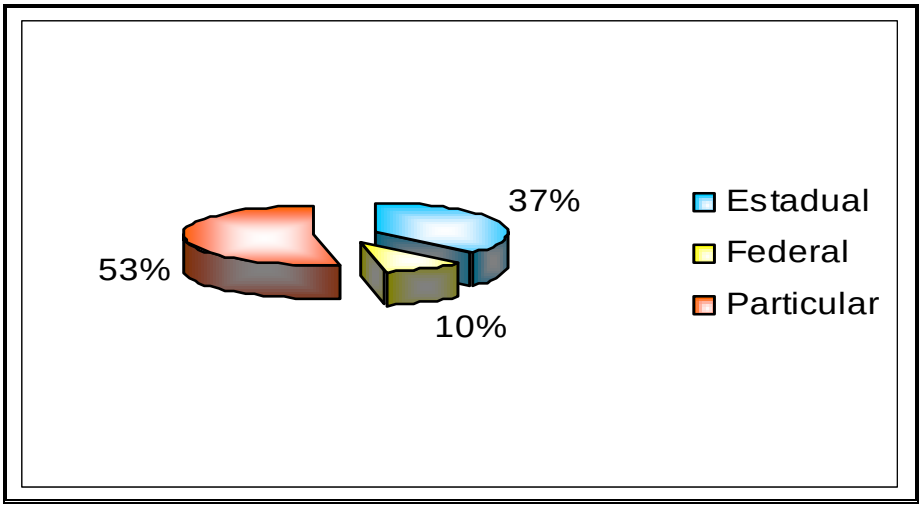

Figura 7.4 Percentual de alunos inscritos no Vestibular da UERJ

Pode-se destacar que semelhante à UFRJ, o número de alunos da Rede Privada inscritos é superior aos demais. O número de alunos inscritos da rede Federal é pequeno e, na Rede Estadual de Ensino, o número de alunos inscritos é superior aos inscritos na UFRJ. Este número superior de alunos inscritos da Rede Estadual na UERJ em relação à UFRJ se justifica pela existência do Sistema de Cotas existente na UERJ, o que aumenta as chances desses alunos em conseguirem classificação, gerando maior estímulo neles em se inscreverem.

- ✓ **Quanto ao número de alunos classificados**

A Figura 7.5 mostra o Percentual de alunos que foram classificados no vestibular, oriundos da Rede Estadual, Federal e particular. Calculado através do percentual de alunos, que foram classificados em função do numero de inscritos.

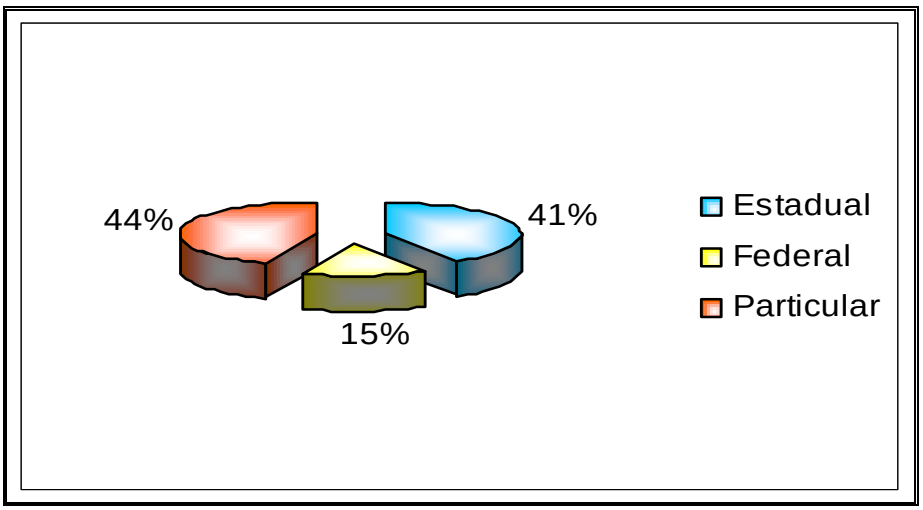

Figura 7.5. Percentual de alunos classificados no Vestibular da UERJ.

A Rede Federal de Ensino manteve o seu percentual, devido à qualidade de formação de seus alunos, porém o percentual de alunos classificados egressos da Rede Particular e Estadual aparecem em equilíbrio, mantendo-se percentuais bem próximos. Este fato se deve a implantação do sistema de Reserva de vagas para alunos da rede Pública, o que favoreceu o aumento no número desses alunos na Universidade, e por conseqüência diminuindo o número de alunos da Rede particular.

- ✓ **Relação entre o nº total de inscritos e classificados**

A Figura 7.6 mostra o percentual em relação ao nº de inscritos e classificados, dentro da Rede Pública Estadual, Federal e Particular. Calculado pela quantidade de alunos classificados em função dos inscritos, dentro de cada esfera comparativamente.

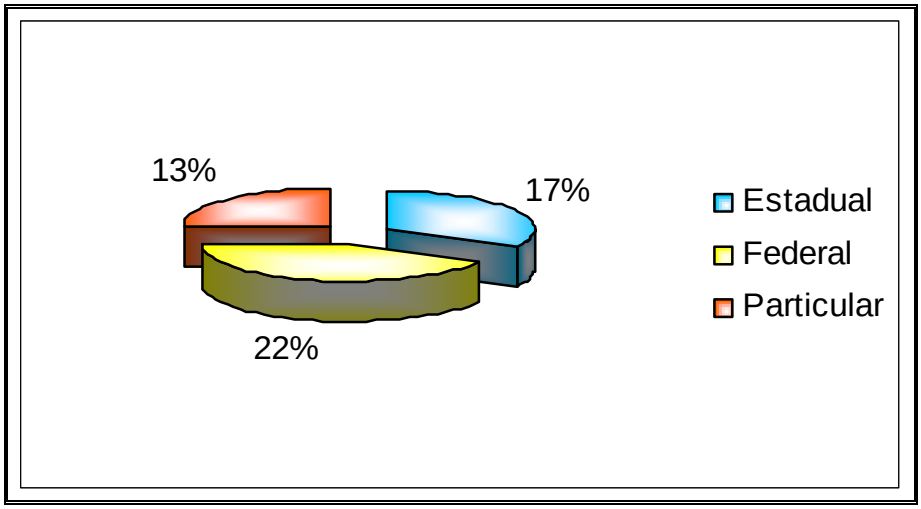

Figura 7.6. Percentual de alunos classificados em função do número de inscritos em cada esfera.

Com o Sistema de reservas de vagas na UERJ, a relação inscritos/classificados na Rede particular e federal praticamente se mantém, porém, na rede Estadual, este percentual teve um aumento significativo. Este Sistema melhorou a distribuição de vagas, aumentando o acesso dos alunos da Rede Pública a uma Universidade Pública.

- ✓ **Avaliação antes e depois da implantação do sistema de cotas**

A figura 7.7 mostra um comparativo entre a situação antes e depois da implantação do Sistema de Cotas.

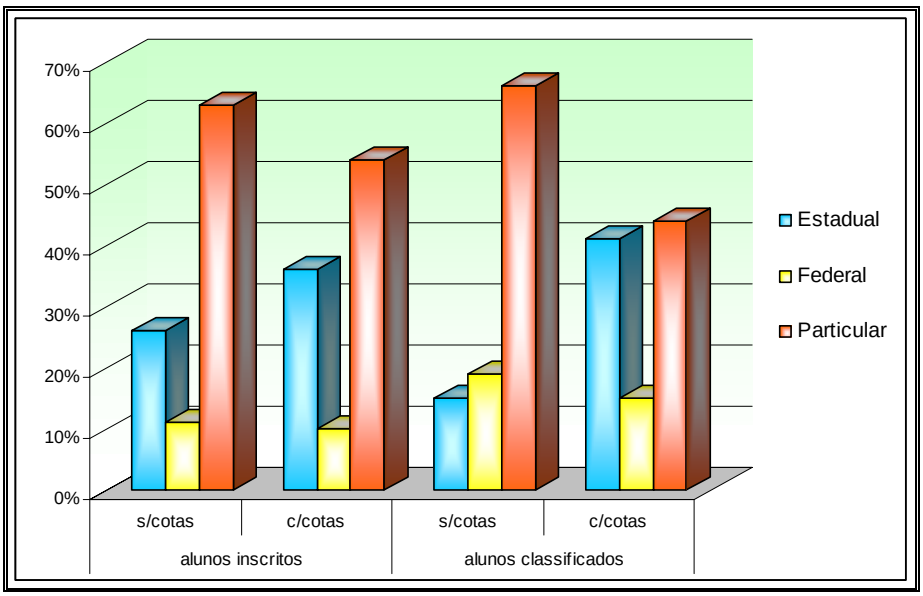

Figura 7.7- Comparativo entre o antes e o depois da implantação do Sistema de Cotas

Com a implantação do Sistema de Cotas, houve um equilíbrio na distribuição das vagas na UERJ, onde a Rede Federal de ensino se manteve na média anterior, portanto, não sofreu muita influência do sistema. A grande vantagem foi para a Rede Estadual de Ensino, que aumentou sensivelmente o número de seus alunos na ocupação das vagas da UERJ, vagas estas que, como observado na figura 7.7, eram destinadas a Rede Particular de ensino.

7.6. Avaliação do Sistema de Cotas da UERJ e da Proposta UFRJ

Como citado em 7.3, a UERJ foi a primeira Universidade a implantar o sistema de Reserva de vagas para alunos com perfis socioeconômicos e raciais diferenciados em 2003.

A UFRJ, em 2004, em seu âmbito discutiu este sistema e, como resultado, o Conselho de Ensino de Graduação(CEG), aprovou um documento no qual se posicionou contra a qualquer sistema de reserva de vagas dentro do modelo

conhecido como Cotas. No mesmo documento, o CEG apontava, como diretrizes para a democratização do acesso aos cursos de graduação da UFRJ, o investimento na melhoria das condições do Ensino Básico, a ampliação do número de vagas para os cursos existentes, a criação de novos cursos e o investimento em ações que visassem a permanência dos alunos na UFRJ.

Na UERJ, o sistema foi muito discutido antes de ser implantado, onde um grupo era a favor do sistema e o defendia como uma forma de inclusão social, outro grupo era totalmente contra, por entender que o sistema seria uma invasão de alunos sem condições de estarem e de acompanharem o nível da Universidade, e esta para não ter reprovações em massa, se sentiria na obrigação de chegar a esses alunos "baixando seu nível de ensino".

Diante da necessidade de implantação do sistema, a UERJ elaborou várias propostas, que convergiram a um modelo inicial que foi implantado. Este modelo passou por várias modificações para se adequar cada vez mais a realidade dos alunos que estavam ingressando na Universidade, porém, em nenhum momento, o nível de ensino da Universidade precisou cair.

A Professora Maria de Fátima Branquinho, da Faculdade de Educação da UERJ, que inicialmente, fazia parte do grupo contrário ao sistema de cotas e que, hoje é uma das professoras que mais se sentem gratificadas com o programa, com uma participação ativa, declarou que possui excelentes alunos cotistas, que se mostram bastante interessados e, muitas vezes, até mais que os não cotistas. Devido a isto costumam tirar boas notas, e alguns deles quando chegam ao 3º período, são seus colaboradores em projetos de Educação Ambiental, nos quais ela faz parte, obtendo ótimos resultados. Para a professora, "esses alunos possuem potencial, só lhes faltava oportunidade de mostrar, e esta oportunidade é como um prêmio para eles, que se sentem na obrigação de provarem que são capazes, e que a chance não foi desperdiçada. (Branquinho, 2006 - Entrevista Técnica)

A UFRJ elaborou um projeto piloto para aumentar a presença de alunos da rede Estadual em seu quadro discente. O projeto é bastante ambicioso, em curto prazo, pois será possível por meio de parceria com a SEERJ, e contará com o empenho de todos os professores da rede.

O ponto central do projeto é a melhoria da formação dos alunos do ensino médio da Rede Estadual. A proposta é que isto seja feito através de cursos de Formação continuada de conteúdo específico e de avaliação aos professores. A participação dos professores, no projeto, seria de, no mínimo, quatro para cada escola, esta que, também, seria escolhida através de critérios pré-estabelecidos, dentre eles a avaliação no Âmbito do Programa Nova Escola. Esses professores integrantes do Núcleo Docente devem estar distribuídos em áreas da seguinte maneira: Um docente de Língua Portuguesa, um docente de Matemática, um docente do Grupo 1(Química, Física ou Biologia) e um docente do Grupo 2(História, Geografia, Filosofia ou Sociologia). Além disso, todos os integrantes do grupo devem ministrar aulas para as mesmas turmas de 3ª série do ensino médio.

Os alunos das escolas participantes do programa para integrarem ao projeto, também, teriam que obedecer a vários critérios estabelecidos pelo CEG/UFRJ. Quando aceito no projeto, o aluno seria inscrito e indicaria a qual curso de graduação pretende concorrer, dentro dos que serão disponibilizados pela UFRJ.

O projeto, além dos cursos, contaria com a participação dos docentes da Rede Estadual, para que estes elaborem os instrumentos de avaliação dos alunos participantes do projeto. Os alunos que, após avaliação pelo Núcleo Docente da escola, conseguissem classificação, seriam encaminhados para os cursos de formação complementar, que seriam oferecidos pela UFRJ no primeiro semestre do ano letivo imediatamente posterior.

Quanto ao Projeto da UFRJ, com base na experiência docente da autora, o seu principal problema seria, provavelmente, despertar interesse do corpo docente das escolas da Rede Estadual, em participar do projeto, já que a maior

parte do projeto seria executada por esses Docentes, o que exigiria dedicação exclusiva. Como os professores da Rede Estadual normalmente trabalham em várias escolas, isto seria muito difícil. Além de que, somente, o interesse não é o suficiente, o professor tem que ser aceito pelo projeto, através de avaliações. Outra dificuldade seria em formar o Núcleo Docente, já que este exige que os professores participantes lecionem nas mesmas turmas de 3ª série, pois, em escolas que funcionam nos três turnos, o número de turmas é muito grande e, por conseqüência, o de professores também, tornando muito difícil coincidir as turmas com os mesmos professores nas disciplinas exigidas.

Adicionalmente, no entendimento da autora, a proposta da UFRJ exclui a necessidade de vestibular, porém apresenta muitos obstáculos para serem superados, não só pelos alunos como também pelas escolas e professores, para que o aluno oriundo da Rede Estadual de Ensino, possa ser considerado apto para ingressar na Universidade. O fato da ausência de vestibular poderia gerar, nesses alunos, algum tipo de discriminação em relação aos demais alunos, por parecer, que as vagas foram ganhas e não conquistadas. Surge então, uma reflexão: Se estes alunos serão preparados, através da formação complementar, será que estarão, também, preparados para Vestibular? Muito provavelmente isto lhes daria uma compensação dos esforços e conseqüente elevação da auto-estima.

Por outro lado, ao se comparar com o projeto da UERJ, esta trabalha com alunos após o recebimento destes, o que gera um grande trabalho inicial, e se corre o risco desses alunos ficarem no meio do caminho, e o trabalho ser *desperdiçado*. Este fato é um contraposto ao projeto da UFRJ que pretende trabalhar com esse aluno antes do ingresso deste na Universidade.

Finalmente, comparando as duas Universidades, a UERJ conseguiu atender as necessidades da lei de uma forma mais rápida, está funcionando, porém precisa melhorar sua eficiência. Como todo projeto, as dificuldades vão aparecendo à medida que os fatos se desenvolvem, e, a cada ano tem conseguido melhorar o projeto, adequando às necessidades dos alunos que

chegam do Ensino Médio, com as disponibilidades que a Universidade tem para resolver. Um ponto positivo é que a UERJ está tentando contornar suas dificuldades, através de seus próprios meios e dispositivos, não dependendo prioritariamente de outras Instituições. A UERJ já deu um primeiro passo com a implantação do projeto, e será necessário um tempo para que se resolvam os problemas que forem surgindo.

O projeto da UFRJ é abrangente, pois a melhoria da formação dos alunos tem início com a boa formação dos Docentes, porém, para que o projeto atinja os objetivos esperados, são necessários meios adequados. Esses pontos são positivos, porém na visão da autora, as chances de sucesso seriam maiores se alguns aspectos fossem contemplados:

- ✓ Uma parceria com a Secretaria Estadual de Educação, para que os professores tenham oportunidade de participarem dos cursos;
- ✓ Valorização dos professores de maneira que estes pudessem ter disponibilidade de se dedicarem ao projeto;
- ✓ Criar formas, de modo a incentivar a participação dos professores nos projetos;
- ✓ Fornecer materiais necessários para que o professor possa realizar o seu trabalho de maneira satisfatória.

Com bases nesses dados, o capítulo a seguir estará fazendo uma avaliação da Educação no Ensino Médio, focando a Educação Ambiental.

Capítulo 8: Diagnóstico da Educação Ambiental na Rede Pública Estadual no Município do Rio de Janeiro

Neste capítulo, será feita uma avaliação do estado da arte da Educação Ambiental que é feita nas escolas da Rede Pública Estadual do Município do Rio de Janeiro.

8.1. O Levantamento de Dados

A Educação Ambiental é citada nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), como um assunto que deve ser abordado nas Instituições de Ensino, por todas as disciplinas em todos os níveis educacionais, inclusive no Ensino Médio. A questão era saber como isto estava sendo feito nas Escolas de Ensino médio da Rede Estadual, e como a UFRJ poderia contribuir para que esse tema fosse abordado cada vez mais e de maneira mais abrangente. Para que esta avaliação fosse possível, foi necessária a execução de uma coleta de dados.

Os dados coletados foram resultados obtidos através de questionários enviados às escolas de Ensino Médio da Rede Pública Estadual do Município do Rio de Janeiro. O questionário foi elaborado de forma simplificada, de maneira que fosse capaz de revelar o mais próximo possível da realidade vivida por essas comunidades escolares.

Os questionários foram enviados para as escolas pelas Coordenadorias responsáveis, através de parceria com a Secretaria Estadual de Educação do Estado do Rio de Janeiro (SEEERJ), que viabilizou a pesquisa no âmbito escolas do Município do Rio de Janeiro.

As Coordenadorias que fizeram parte da Avaliação foram: A Metropolitana III, a Metropolitana IV e a Metropolitana X.

8.2. A Receptividade das Coordenadorias

A participação e o empenho das Coordenadorias em colaborar com o projeto foram muito diferentes, algumas se mostraram bastante receptivas com o projeto, outras não se interessaram e, portanto, não se empenharam para um resultado satisfatório.

A figura 8.1 mostra os dados referentes à Metropolitana III. Os números revelam que a participação foi mediana, não devolveu nenhum questionário, enviou todos para as escolas, porém retornou um numero pequeno de questionários respondidos. O número foi pequeno, porém foi possível se ter uma visão da situação nessa região, portanto, este número não chegou a comprometer o trabalho.

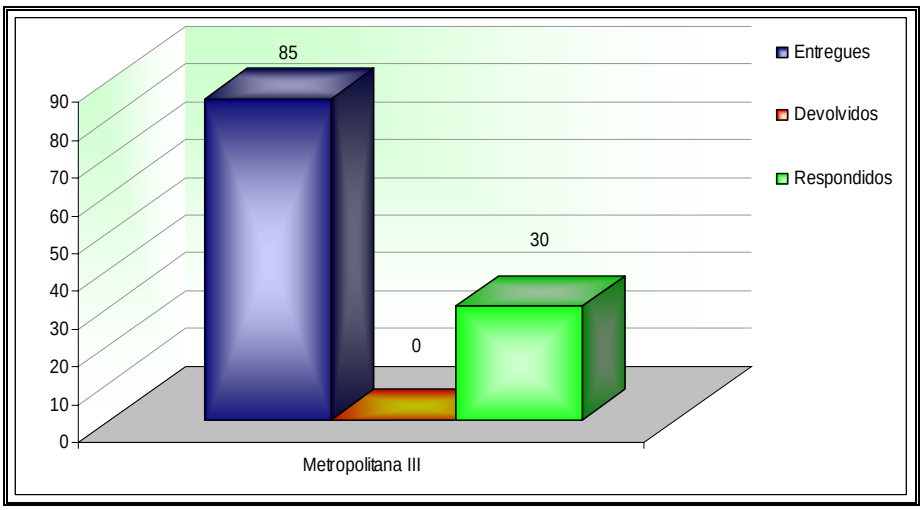

Figura 8.1 – Avaliação de receptividade da Metropolitana III

A figura 8.2 mostra os dados referentes a Metropolitana IV, que foi a que se mostrou interessada no projeto, e teve um comprometimento muito grande na figura de seu Sub Gerente de Ensino, Professor Luiz Gustavo Ribeiro Vieira que participou ativamente, enviando o questionário a todas as escolas e cobrando o seu retorno, com isto obteve um retorno de questionários bastante significativo.

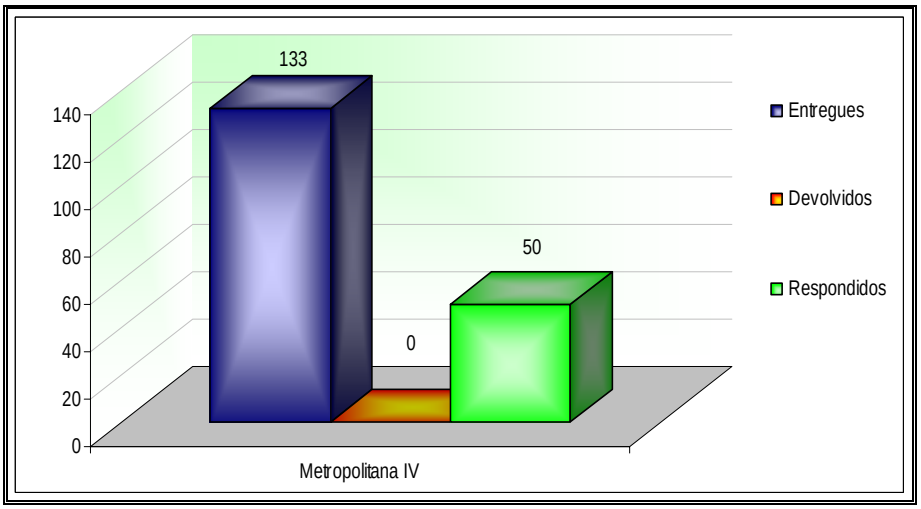

Figura 8.2. Avaliação de receptividade da Metropolitana IV.

A figura 8.3 mostra os dados referentes a Metropolitana X, que foi a Coordenadoria que não mostrou interesse no projeto, não tendo nenhum

empenho na distribuição nem recebimento dos questionários a serem respondidos. Com um número muito pequeno de questionários respondidos por essa Coordenadoria, a quantidade de dados referente à realidade das escolas não ficou clara e com isto não foi possível a avaliação desta região.

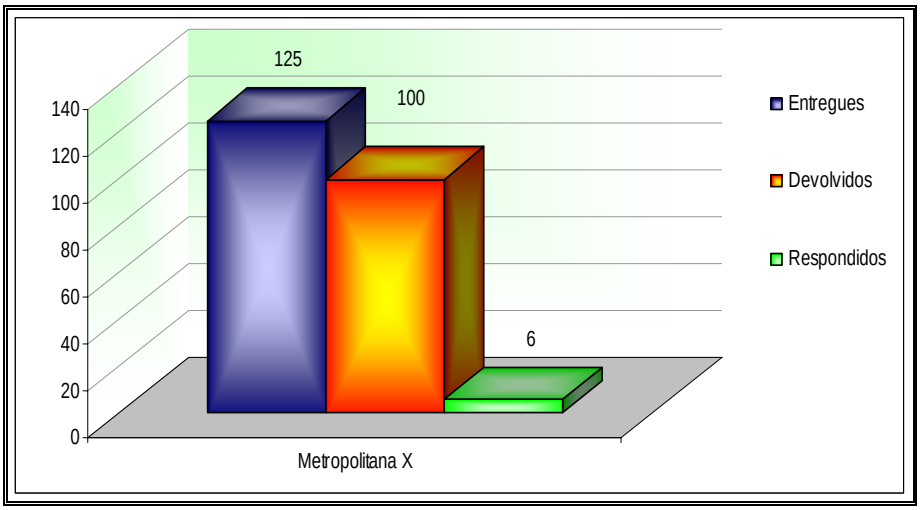

Figura 8.3. Avaliação de receptividade da Metropolitana X.

Mesmo os questionários sendo apresentados de maneira bem simplificada, observou-se que as escolas tiveram dificuldade tanto de cumprirem os prazos estabelecidos quanto de expressarem suas realidades.

8.3. A Educação Ambiental em Números

Os resultados foram baseados nos questionários respondidos pelas escolas de Ensino Médio da Rede Pública Estadual do Município do Rio de Janeiro.

O questionário foi composto por perguntas divididas em três grupos: Primeiramente as perguntas relacionadas com a instituição de ensino, Segundo a abordagem da educação ambiental e em terceiro a respeito da capacitação docente. O questionário focava, também, o interesse com a Educação Ambiental tanto das Instituições de ensino quanto por parte dos professores e alunos.

A seguir os resultados finais, após a avaliação das respostas obtidas através dos questionários, separados pelas Metropolitanas III, IV. Na Metropolitana X, como o número de questionários foi muito pequeno, esta não entrará no estudo comparativo.

1 – Quanto à abordagem do Tema Educação Ambiental

- **O tema Educação Ambiental é abordado na Escola?**

A pergunta objetiva ter informações se de alguma forma, o tema Educação Ambiental é abordado nas escolas, não especificando a maneira. Os resultados encontram-se na figura 8.4.

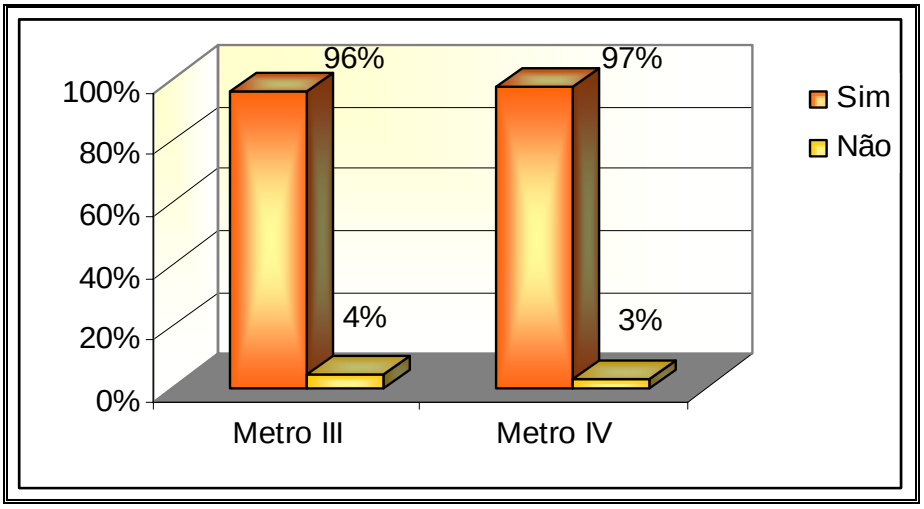

Figura 8.4 - Abordagem do tema na escola

Segundo a figura 8.4, observa-se que ambas Metropolitanas possuem um alto índice de aplicação da EA. A região onde ela é um pouco maior é a Metropolitana IV, região que abrange a zona oeste da cidade. Cerca de 97% das escolas aplicam a EA e apenas 3% não aplicam. Na Metropolitana III, cerca de 96% das escolas aplicam e cerca de 4% não aplicam a EA. Os resultados apontam que existe a aplicação de EA nas escolas, mas estes números não estão de acordo com as respostas das perguntas seguintes.

Na Metropolitana X, das sete escolas que responderam, seis aplicam de alguma forma a EA, dentre estas, três são da Zona Sul da cidade (Copacabana, Ipanema e Gávea), 2 são da Zona Norte(Tijuca e São Cristóvão) e uma da Zona Oeste(Barra da Tijuca), a escola que não aplica está localizada no bairro da Taquara.

- **O tema é abordado em uma disciplina, multidisciplinar ou de outras formas?**

A pergunta objetiva saber como a escola aborda o tema, se através de uma disciplina específica, isto é, se existe dentro do currículo uma matéria voltada para a Educação Ambiental (disciplinar) ou através de várias disciplinas, onde todas irão abordar o tema dentro dos conteúdos a serem aplicados (multidisciplinar), que é a chamada multidisciplinaridade, ou, ainda se a instituição de ensino se utiliza de alguma outra forma. Os dados são mostrados na figura 8.5.

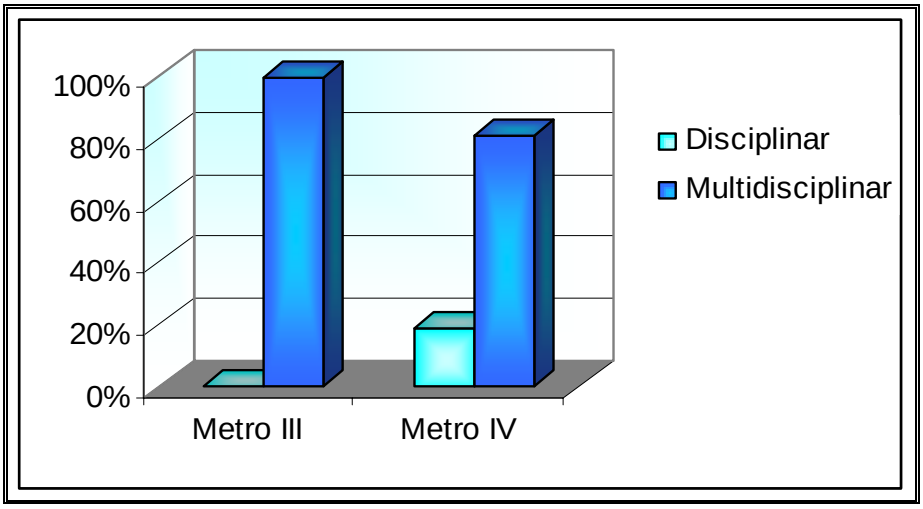

Figura 8.5. O tema é disciplinar ou multidisciplinar.

Segundo o gráfico, a maioria das escolas trata o tema como multidisciplinar. Nas que informaram que eram disciplinar, não ficou claro se a escola tinha uma disciplina específica, mas pareceu, devido as perguntas

seguintes, que o tema era abordado em biologia, química e geografia, durante as aulas em meio aos conteúdos dessas disciplinas.

A Metropolitana III mostrou que 100% das escolas que participaram da pesquisa abordam o tema de forma multidisciplinar. Na Metropolitana IV cerca de 19% das escolas abordam o tema de forma disciplinar, isto é possuem uma disciplina voltada para o tema.

Na Metropolitana X, dos sete questionários respondidos cinco responderam que o tema é abordado em várias disciplinas.

- **Existe obrigatoriedade da participação dos alunos?**

O objetivo é mapear como se dá a participação discente, ou seja, se quando os temas relacionados à educação ambiental são abordados nas escolas, existe a abrigatoriedade na participação dos alunos. Os resultados são mostrados na figura 8.6.

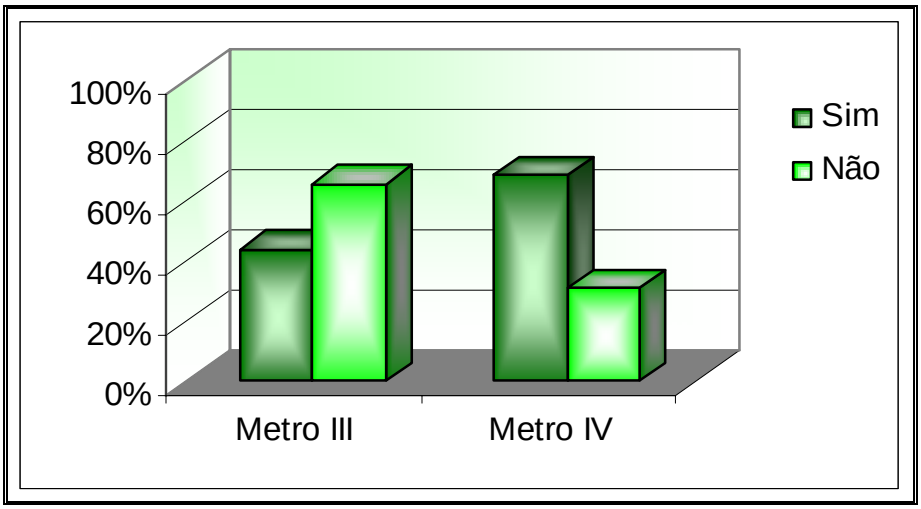

Figura 8.6 – Obrigatoriedade da participação discente**.**

Através do gráfico, verifica-se que, na maioria das escolas, quando o tema é abordado, existe a obrigatoriedade da participação dos alunos. Na

Metropolitana IV, em 69% das escolas é obrigatória a participação dos alunos. Na metropolitana III em 44% das escolas, a participação é obrigatória.

Na Metropolitana X, quatro escolas responderam que a participação é obrigatória.

De acordo com as observações feitas através das respostas do questionário, constatou-se que a participação obrigatória dos alunos se dá devido a EA ser tratada na, maioria das vezes, dentro das disciplinas, em meio ao conteúdo, isto torna a participação dos alunos obrigatória já que a não participação pode implicar na perda de pontos nas disciplinas.

- **Os professores participam das atividades relacionadas ao tema?**

Objetiva monitorar a participação dos professores das instituições de ensino nas atividades relacionadas ao tema EA, e se existe um grande envolvimento dos professores quanto à difusão do tema nas escolas, sendo os resultados mostrados na figura 8.7.

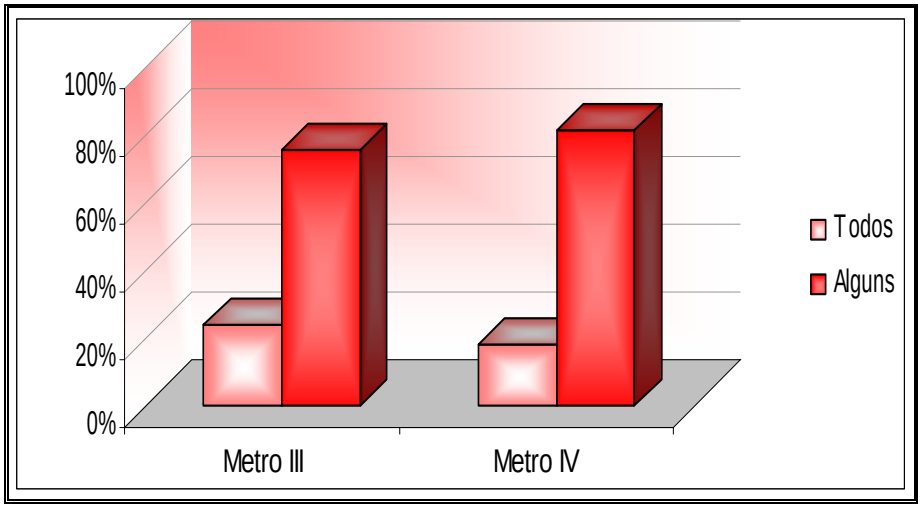

Figura 8.7 - Participação dos professores

Em todas as Metropolitanas, verificou-se que não são todos os professores que participam dos projetos. Observa-se que apenas um pequeno grupo se envolve nos assuntos relacionados ao tema Educação Ambiental, o que acaba limitando o assunto a algumas disciplinas.

- **A Educação Ambiental é praticada através de que meios?**

A pergunta objetiva saber os meios pelos quais as instituições de ensino utilizam para praticarem a Educação Ambiental. Se informalmente, quando o tema é abordado sem nenhum compromisso, ou durante as aulas teóricas das disciplinas, ou por vários meios, quando a escola tem projetos, feiras pedagógicas, visitas, vídeos, etc., utilizando todos os meios simultaneamente, conforme mostrado na figura 8.8.

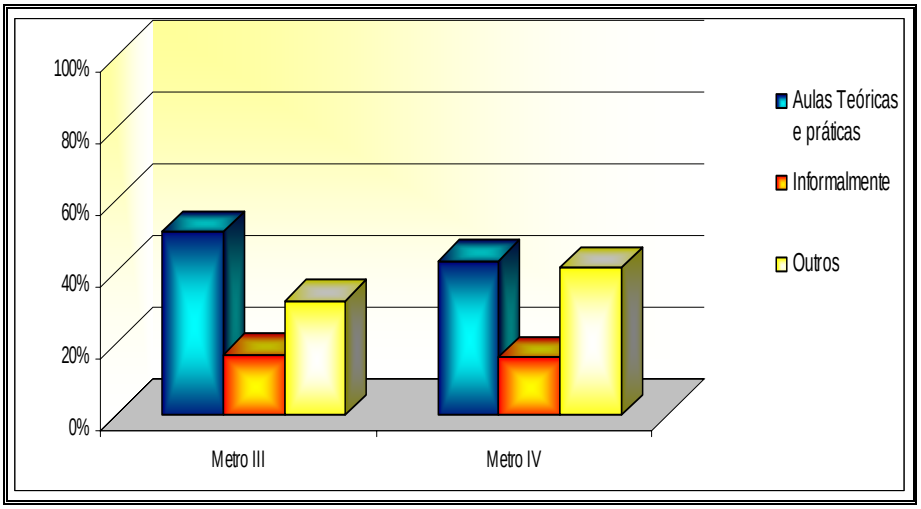

Figura 8.8. Meios de aplicação da Educação Ambiental.

Em todas as Metropolitanas, a maioria das escolas utiliza aulas teóricas ou práticas para abordarem o tema Educação Ambiental.

Na Metropolitana III, cerca de 51% das escolas utiliza aulas teóricas ou práticas para abordar o tema, cerca de 17% abordam o tema de maneira informal e cerca de 32% das escolas diversificam a maneira de abordagem do tema.

Na Metropolitana IV, cerca de 43% das escolas utiliza as aulas para abordarem o tema, cerca de 16% abordam o tema informalmente e 42% das escolas diversificam a forma de abordarem o tema.

Na Metropolitana X, dos 6 questionários respondidos 4 escolas abordam o tema nas aulas teóricas e práticas e 2 escolas abordam o tema informalmente.

O predomínio da abordagem em aulas teóricas, provavelmente é decorrente da falta de um projeto pedagógico voltado para a Educação Ambiental.

- **Quais os projetos e/ou atividades implantados?**

Objetiva mapear quais os principais temas abordados nos projetos e ou nas atividades desenvolvidas pelas instituições de ensino, voltadas para a educação ambiental, conforme mostrado na figura 8.9.

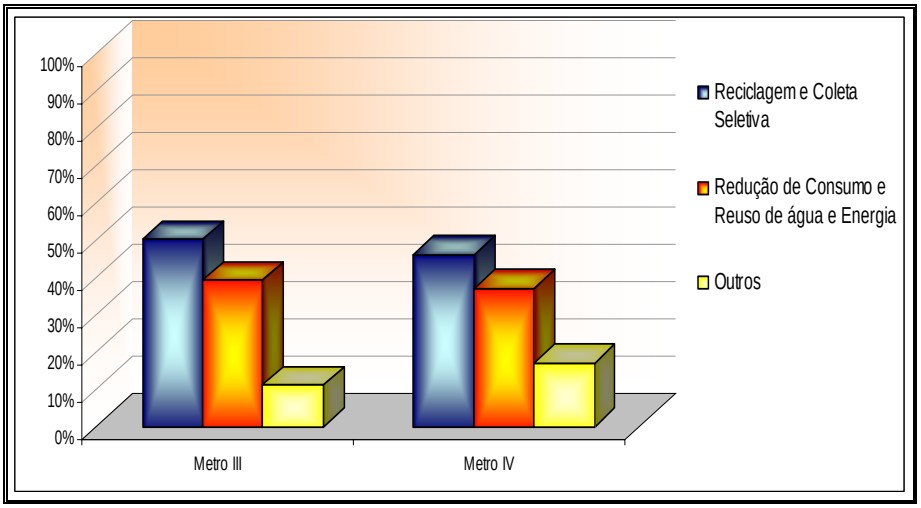

Figura 8.9. Projetos e ou Atividades implantados.

De acordo com o gráfico em ambas Metropolitanas o tema mais abordado é a Reciclagem e a Coleta Seletiva. Na Metropolitana III, 50% dos questionários responderam Reciclagem e Coleta Seletiva, contra 39% de Redução de consumo e Reuso de água e energia.

Na Metropolitana IV, cerca de 46% responderam Reciclagem e Coleta seletiva, e 37% de projetos de Redução de Consumo de água e energia.

Este resultado era esperado, pois, para a maioria dos indivíduos, educação ambiental é Coleta Seletiva de Materiais e Reciclagem, com isto a EA fica muito restrita a este tema deixando os aspectos mais importantes sem abordagem, isto pode ser devido a falta de informação que os próprios educadores têm a respeito da EA.

A Metropolitana X apresentou uma resposta diferente, dos quatro questionários que foram respondidos, três responderam Redução de Consumo e Reuso de Água e Energia, e apenas um respondeu Coleta Seletiva e Reciclagem.

Isto pode ser reflexo da condição Sócio-econômica predominante das regiões abrangidas pelas Metropolitanas III e IV, que compreendem bairros com populações mais carentes. Neste caso, a Coleta Seletiva e a Reciclagem, muitas vezes, são a fonte de renda de muitas famílias e faz parte do cotidiano dessas regiões.

- **Existe interesse dos alunos em relação aos projetos?**

A pergunta objetiva saber se os alunos das instituições de ensino demonstram interesse na participação nos projetos e/ou nas atividades relacionadas à educação ambiental desenvolvidas nas escolas, os resultados encontram-se na figura 8.10.

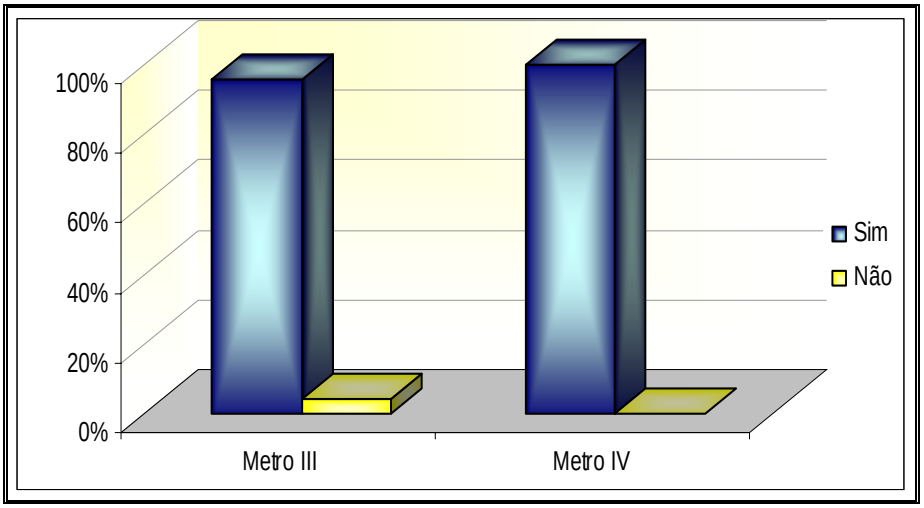

Figura 8.10. Participação dos alunos

Na Metropolitana III, o percentual de interesse dos alunos é de 96% e na Metropolitana IV, o percentual é de 100%, mostrando que o interesse dos alunos das áreas abrangidas por essas metropolitanas é bastante alto. Este alto percentual de participação pode estar relacionado com a obrigatoriedade na participação dos alunos, já citado em pergunta anterior.

Na Metropolitana X, dos quatro questionários que foram respondidos dois responderam que sim e dois responderam que não, resultado que não nos permite ter uma visão do nível de interesse dos alunos desta região.

- **Os projetos possuem retorno financeiro?**

A pergunta objetiva saber se os projetos implantados pelas instituições de ensino tiveram como objetivo além da informação para os alunos e a comunidade, trouxe também algum tipo de retorno financeiro para alguma das partes. Isto porque alguns projetos de Educação Ambiental, como os de Coleta Seletiva, geram recursos financeiros ou bens, conforme mostrado na figura 8.11.

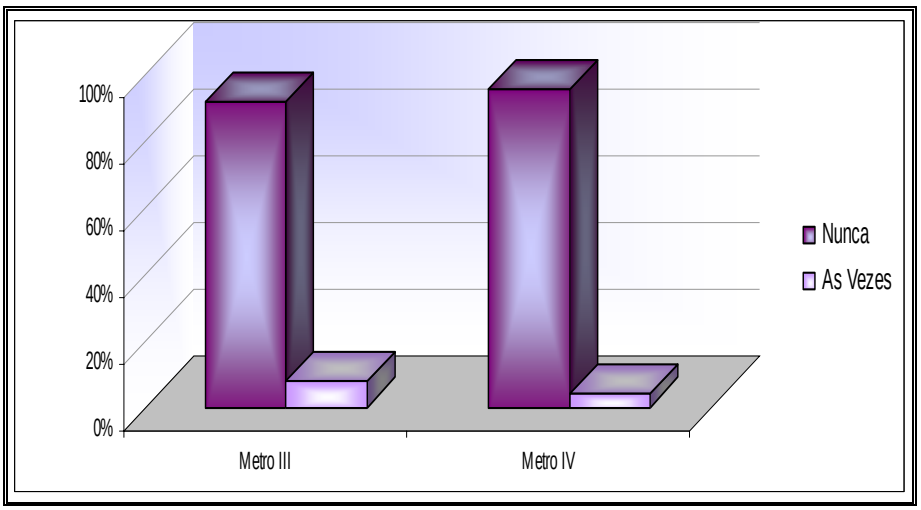

Figura 8.11 - Retorno financeiro nos projetos

Nas Metropolitanas III e IV, a maioria das escolas declarou que não possui nenhum tipo de retorno financeiro, quando da implantação de seus projetos de educação ambiental.

Na Metropolitana III, o percentual foi de 92% e a Metropolitana IV foi de 96%. Com base nesses resultados, conclui-se que os projetos implantados nas escolas, em sua maioria, não objetivam retorno financeiro.

Na Metropolitana X, dos cinco questionários que responderam, todos responderam que nunca possuem retorno financeiro na implantação de seus projetos de EA.

- **Os recursos arrecadados são para que destino?**

A pergunta objetiva saber para onde os recursos arrecadados com os projetos realizados pelas escolas foram destinados.

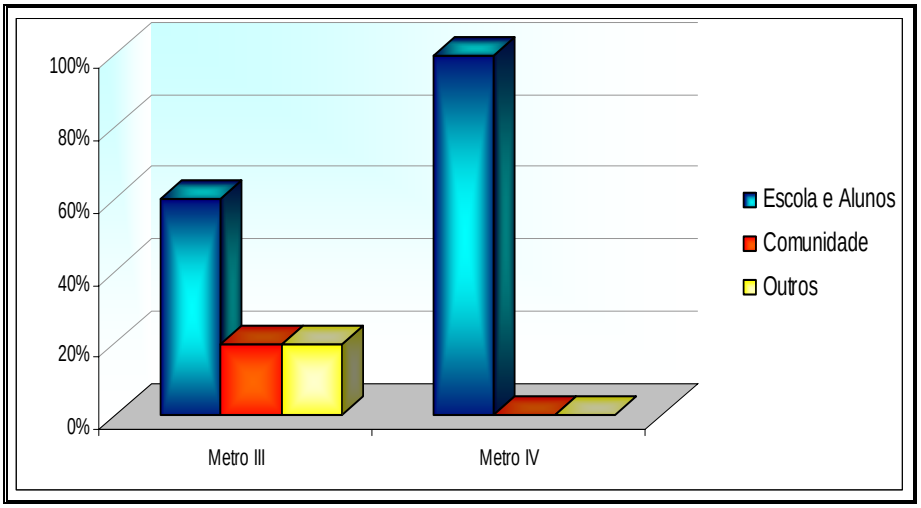

Figura 8.12. Destino dos recursos arrecadados

As escolas, que tiveram algum tipo de retorno, utilizaram este para aquisição de materiais para a escola e para os alunos. A maioria das instituições de ensino não respondeu a este item, uma vez que a sua resposta estava vinculada a pergunta anterior.

2 – Quanto a Capacitação docente:

- **Qual a formação em nível de graduação dos professores que participam da Educação Ambiental?**

Objetiva mapear a graduação dos professores, isto é, as disciplinas que mais participam dos projetos de educação ambiental implantados nas escolas, conforme mostrado na figura 8.13.

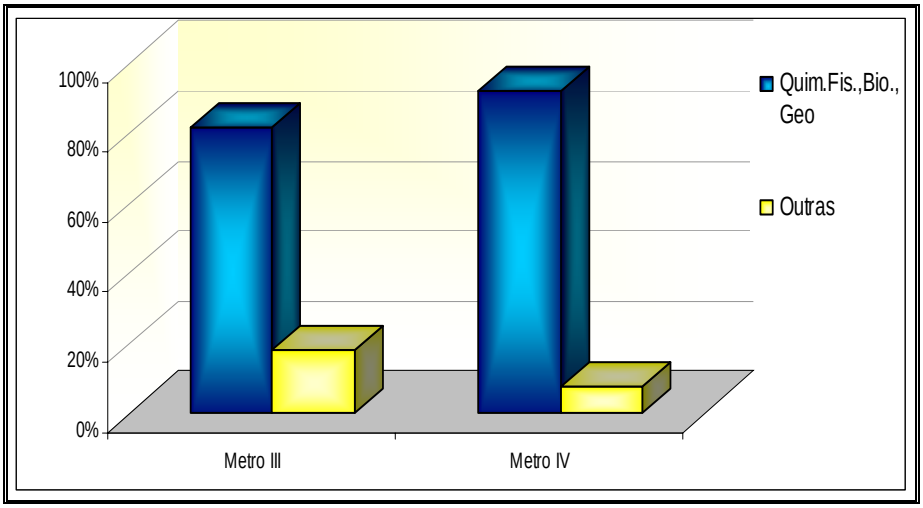

Figura 8.13. Professores que participam das atividades

Em todas as Metropolitanas, as disciplinas que mais participam dos projetos de Educação Ambiental são as mesmas, isto é, Química, Física, Biologia e Geografia. Isto ocorre por serem estas disciplinas que em seus currículos apresentam o tema Educação Ambiental, o que torna mais fácil para os professores destas disciplinas a abordagem do tema, e, por conseqüência, esta desperta maior interesse.

Na Metropolitana X, dos quatro questionários respondidos, todos colocaram as mesmas disciplinas citadas anteriormente.

É interessante frisar que, em especial, os cursos de graduação de Química, Biologia e Geografia têm um conteúdo considerável de temas voltados para a área ambiental. Talvez seja pertinente questionar que, se a Educação Ambiental fosse mais abordada em outros cursos de Licenciatura (História, Português, Matemática, etc.), talvez aumentasse a participação dos professores dessas disciplinas ou de projetos transversais.

- **Os professores que participam possuem formação específica em EA?**

Identifica se os professores das instituições de ensino, que participam dos projetos de educação ambiental possuem algum tipo de formação específica para este fim, como cursos de especialização, mestrado, doutorado, ou mesmo, cursos de curta duração. Os resultados são mostrados na figura 8.14.

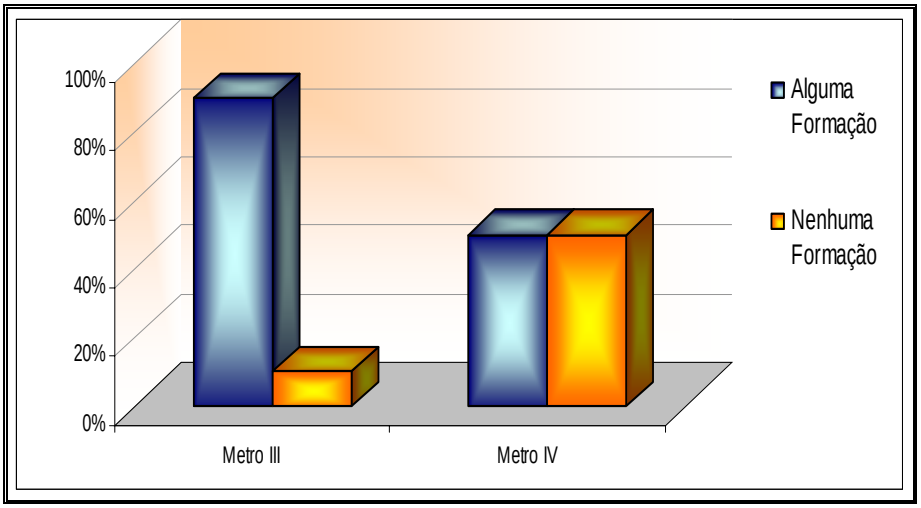

Figura 8.14. Os professores possuem formação específica em EA

Diferentemente do esperado, as Metropolitanas III e IV informaram que um grande número de professores possui algum tipo de formação específica.

Na Metropolitana III, cerca de 90% dos professores possuem alguma formação especifica em EA e na Metropolitana IV, a metade dos professores da rede possuem algum tipo de especialização em EA.

Apesar das escolas terem informado um grande de professores com algum tipo de especialização, não foi informado se essa especialização era específica em Educação Ambiental, mesmo estando claro na pergunta. Este resultado vai de encontro com as respostas referentes às outras questões, nas quais as escolas e os docentes demonstraram dificuldade na exploração do tema e sinalizam que é necessária a capacitação.

Na Metropolitana X, das cinco escolas que responderam a essa questão, três possuem professores com alguma especialização e duas escolas declararam que não possuem professores com especialização.

- **A escola tem interesse na capacitação docente para a Educação Ambiental?**

A pergunta objetiva mostrar se existe o interesse das escolas em preparar os professores, para que estes possam adquirir mais conhecimentos técnicos e, com isto, possam realizar seus projetos com maior eficiência no desempenho de seu trabalho, segundo mostrado na figura 8.15.

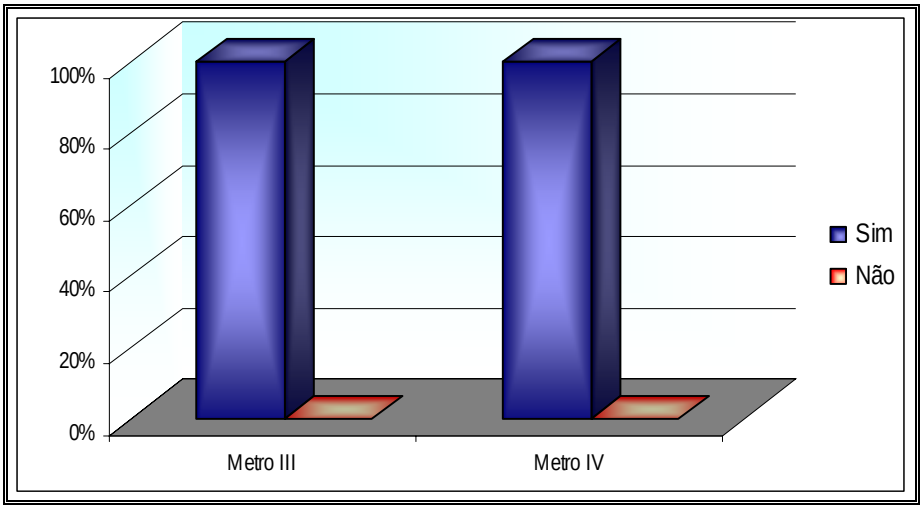

Figura 8.15. Interesse da escola na capacitação docente

A quase totalidade das escolas das Metropolitanas III e IV mostraram interesse na capacitação de seus professores em Educação Ambiental.

Na Metropolitana X, das cinco escolas que responderam a essa pergunta, todas declararam que possuem interesse na capacitação docente.

Essas respostas mostraram que, talvez, a pergunta referente à especialização dos docentes não foi corretamente respondida.

Segundo esses dados, conclui-se que existe grande interesse das escolas em melhorar o desempenho de seus professores, na aplicação da educação ambiental.

- **Existe interesse dos professores em participarem de cursos de formação em Educação Ambiental?**

Objetiva mostrar se há interesse dos professores em participarem de cursos de formação, especialização na área ambiental, segundo figura 8.16.

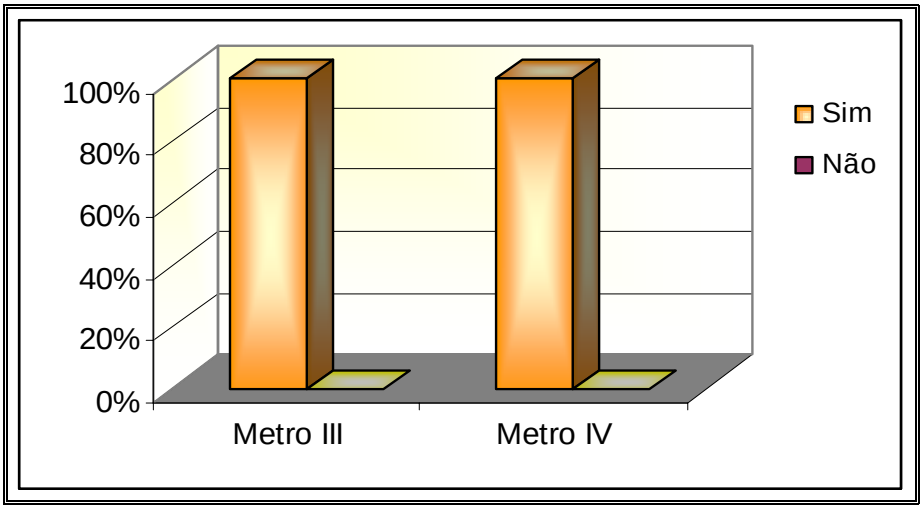

Figura 8.16 - Interesse dos professores em cursos de formação em EA

Nas Metropolitanas III e IV, o interesse dos professores em participar de um curso de formação em EA é bastante alto.

Na Metropolitana X, dos seis questionários respondidos, todos mostraram interesse na participação no curso de capacitação.

De acordo com as questões, existe um grande interesse da parte dos professores em participarem de cursos de formação, especialização em EA. Para isto se faz necessário que exista uma oferta de cursos destinada a este público alvo.

- **Quais as áreas que os professores apresentam maior interesse?**

Objetiva mapear em quais áreas da Educação Ambiental os professores gostariam que fossem abordados com maior profundidade e abrangência, conforme mostrado na figura 8.17.

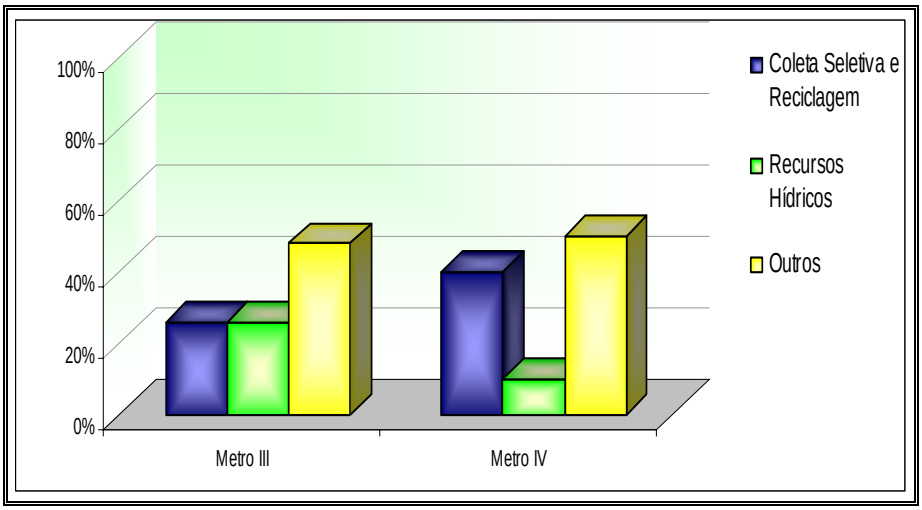

Figura 8.17. Áreas de interesse dos professores

Neste item, as respostas foram muito variadas, sendo que o assunto que apareceu com mais freqüência foram os de Coleta Seletiva e Reciclagem, seguidos pelos Recursos Hídricos, os demais aparecerem com pouca freqüência e foram agrupados num único grupo "outros". Foi observado que muitas instituições não entenderam bem o questionamento, pois, ao invés de responderem sobre o tema ambiental de interesse, responderam sobre outros temas.

8.4. Conclusões Parciais

As escolas tiveram muita dificuldade para responder os questionários, pois muitas respostas não tinham relação direta com a pergunta. Em muitos casos o questionário foi devolvido com muitas perguntas sem resposta, não ficando claro se por falta de entendimento das perguntas ou por desinteresse pelo tema.

Com o questionário, percebeu-se, de forma geral, que não houve muito empenho em se fornecer respostas claras e que refletissem realmente a vivência das escolas. Pode-se detectar que os professores não participaram, ou seja, a pessoa designada para responder, emitiu somente a sua opinião e, simplesmente não respondeu o que tinha relação direta com o corpo docente da escola.

Algumas escolas aproveitaram o espaço do questionário, destinado a sugestões e observações para fazer reivindicações, como melhor remuneração, a inadequação de cursos ou treinamentos aos sábados, e que os cursos deveriam ter ajuda de custo para o professor, ou, ainda, solicitação de apoio em campanhas como, por exemplo: "Não para um lixão em nosso bairro".

O questionário deixou alguns pontos bem claros e alarmantes, a educação ambiental não é vista como um assunto que seja importante. Isso pode ser atribuído à falta de informação que atinge desde a comunidade até os órgãos que coordenam a educação, passando pelos professores, que, na avaliação da autora, são as peças mais importantes. Estes quando possuem uma boa formação, vão propagar as informações entre os alunos, que propagarão para suas famílias e comunidades, estabelecendo-se um efeito multiplicador à difusão do conhecimento.

Com base nas demandas detectadas na análise dos questionários e na excelência dos profissionais da UFRJ ligados à área ambiental, é apresentada, a seguir, uma proposta de curso de especialização transdisciplinar em EA, voltado para professores do Ensino Médio.

Capítulo 9 – Proposta de Curso de Formação Para Professores

A Educação Ambiental, segundo a lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999, é um componente essencial e permanente da Educação Nacional, devendo estar presente em todos os níveis e todas as modalidades do processo educativo formal e não-formal.

Por seu caráter humanista, holístico, interdisciplinar e participativo, a Educação Ambiental pode contribuir muito para renovar o processo educativo, trazendo a permanente avaliação crítica, a adequação dos conteúdos à realidade local e o envolvimento dos educandos em ações concretas de transformação dessa realidade.

Para realmente abordar estes princípios e atingir seus objetivos, a Educação Ambiental precisa de uma ampla gama de métodos e do preparo dos educadores neste sentido.

A partir das informações obtidas nesta pesquisa, observou-se a necessidade de cursos de formação na área ambiental para os professores do Ensino Médio da Rede Pública Estadual.

Este capítulo objetiva propor um curso que atenda a essa necessidade, tendo em vista todas as dificuldades em termos de disponibilidade da entidade e da quantidade de vagas que possa atender, da melhor maneira possível, ao público alvo.

9.1. Objetivo do Curso

Capacitar os professores do Ensino Médio da Rede Pública Estadual do Município do Rio de Janeiro, para o ensino da Educação Ambiental, fornecendo conhecimentos aos participantes, de forma que os educadores tenham condição de desenvolver o seu trabalho de maneira plena e com maior eficiência.

Desenvolver a capacidade de compreensão da temática ambiental de forma holística e no âmbito interdisciplinar, enfocando o papel da educação para a construção de uma sociedade sustentável.

Analisar as relações entre educação, problemática ambiental e desenvolvimento sustentável.

Incentivar a pesquisa interdisciplinar e o desenvolvimento de projetos de intervenção social, além de promover atividades de prestação de serviços a comunidade em geral, através de cursos, ações integradas, eventos, entre outros.

Para que estes objetivos sejam atingidos, é necessário que, na programação dos conteúdos sejam contemplados fundamentos teóricos e

práticos, de modo a atender as determinações dos órgãos Ambientais, Estaduais, Municipais e do Ministério do Meio Ambiente.

9.2. Duração do Curso

Por se tratar de um curso de especialização, a carga horária mínima deverá ser de 360 horas, com aulas ministradas em dias e horários de melhor disponibilidade para os professores e as Universidades.

9.3. Conteúdo do Curso

Nesta proposição de ensino de Educação Ambiental para docentes do Ensino Médio, o curso deverá ser composto por quatro módulos, para que seja abordada a maioria dos aspectos necessários para a boa formação docente.

1º Módulo – As diferentes dimensões da temática ambiental na atualidade. Analise dos mais variados enfoques das questões ambientais, por meio de debates e trocas de experiências como alternativa para aproximar todas as várias áreas de conhecimento, reconhecendo a diversidade do grupo e a necessidade de interação entre as áreas de formação, ressaltando as interfaces entre as ciências naturais e as humanas, dentro da perspectiva interdisciplinar.

Conceitos básicos na Área Ambiental

- Meio Ambiente e Ecologia →Conceitos básicos, a fim de atender melhor a dinâmica de interações nos biomas terrestres e ambientes.
- Tipos de Poluição e seus efeitos → Classificação dos principais tipos de poluição e seus efeitos no meio ambiente e na sociedade.
- Tratamento de resíduos sólidos e de efluentes→Noções de redução na produção de resíduos e tratamento dos resíduos.
- Minimização de emissões→Classificação dos tipos de emissões e como minimiza-las.

2º Módulo – Aborda as leis e os órgãos ligados a Educação Ambiental. As disciplinas pretendem realizar uma introdução ao Direito Ambiental apontando e propiciando a discussão, análise e avaliação de conceitos jurídicos básicos para a compreensão da legislação ligada à problemática ambiental e suas implicações sociais.

Legislação Ambiental

- Leis Regulamentadoras→Mostrar as leis que regulamentam as ações ligadas ao meio ambiente e a Educação Ambiental
- Órgãos fiscalizadores→Identificar os órgãos fiscalizadores das ações voltadas para o meio ambiente, como também as ações voltadas para a Educação Ambiental.
- Esferas Administrativas→Mostrar as atribuições de cada esfera de governo nas ações relacionadas as questões ambientais.

3º Módulo – mostrar as relações entre Meio Ambiente e sociedade, a partir da análise de casos concretos existentes. A discussão dos conceitos de paisagem, lugar e território, explicando os vínculos sócio-culturais com os ambientes. O conceito sustentabilidade deverá ser debatido tanto na dimensão cultural e social, nas formas de produção da subsistência humana e nos diferentes modelos sócio-econômicos, priorizando as questões dos "ecossistemas urbanos".

Educação ambiental e Cidadania

- Percepção da realidade ambiental→ As relações entre o homem e o seu meio ambiente social e natural, através de modelos de ocupação do espaço e uso de recursos naturais por formas sócio-culturais diferenciadas;
- A relação Educação Ambiental - Qualidade de Vida. → As relações da EA com a qualidade de vida e a saúde
- Projetos, roteiros, reflexões e práticas de Educação Ambiental. →Instrumentalizar, para a elaboração e execução de projetos de gestão

ambiental e de modelos de desenvolvimento sustentado adequados às especificidades sócio-ambientais das populações "alvo".

- Integração Escola-Meio-Ambiente-Comunidade→Abordagem de aspectos teóricos e práticos da construção de projetos no contexto escolar e fora deste espaço.

4 – Módulo – Projetos - serão tarefas pedagógicas de caráter interdisciplinar. A partir do levantamento dos interesses dos alunos, pretende-se estruturar, coletivamente, projetos de intervenção e pesquisa em EA, que deverão possibilitar a elaboração dos trabalhos de final de curso.

Pesquisa em Educação Ambiental

- Estudo de Campo
- Trabalho final

9.4. Considerações

Esta proposta dá uma visão de alguns aspectos que norteiam o tema Educação Ambiental, focando, essencialmente, os assuntos que são importantes para a formação do Educador Ambiental.

Os temas devem ser abordados de forma sucinta, de modo que consiga atingir a todos os profissionais de Educação, considerando que estes possuem diferentes formações em nível de graduação.

Outro aspecto considerado é que, dentre os temas abordados, estão a relação sociedade e meio ambiente, que é um dos pontos mais importantes do curso, pois permitirá que o educador consiga transmitir aos seus alunos a sua real importância na contribuição para a melhoria da sua qualidade de vida e de seu entorno e, conseqüentemente, na conservação do planeta.

Capítulo 10 – Conclusões e Sugestões

10.1. Considerações Finais

A Educação é primordial para o crescimento de qualquer país, porém não lhe é dada toda a atenção necessária, problema que não é recente, mas sim, um problema histórico, pois a Educação não é tema essencial desde os tempos da colonização. Desde aquela época, o ensino era colocado em segundo plano, como algo sem importância e, por conseqüência, a profissão de professor já era desvalorizada, muitas vezes, sendo colocado como marginalizados pela sociedade.

A Educação de qualidade era um direito de poucos, e esses poucos eram os indivíduos que tinham famílias tradicionais e abastadas, que tinham condições financeiras para estudar nos melhores colégios. Este fato se reflete nos dias de hoje, onde a qualidade no ensino está cada vez mais destinada aos alunos que tem melhores condições financeiras. Isto pode ser verificado nas escolas públicas

de ensino fundamental e o ensino médio da Rede Pública Estadual, onde resta para os menos favorecidos um ensino, que não tem como objetivo central uma boa formação.

Através das Políticas Sociais/Educacionais a idéia central é a manutenção do aluno na escola, fornecimento de alimentação etc., onde a manutenção do aluno na escola se faz, de várias formas, dentre elas podemos citar a aprovação progressiva no ensino fundamental, onde o aluno é aprovado mesmo sem condições, pois foi verificado que o aluno que reprova muitas vezes abandona a escola.

No ensino Médio não é muito diferente, onde o problema começou no momento em que o ingresso no ensino médio passou a ser automático, sem nenhum tipo de avaliação, gerando turmas muito heterogêneas, com alunos bons lado a lado com alunos que não possuem a menor condição de estarem no ensino médio. Isto acarreta numa dificuldade muito grande ao professor de passar o conteúdo das disciplinas, com um agravante, o professor é obrigado a ter um nível de exigência muito baixo, pois um número de reprovação muito alto também não é permitido. Além disso, podemos citar ainda as condições de trabalho, principalmente nas áreas mais carentes, onde muitas vezes o professor não tem o material mínimo de trabalho, tendo que comprar do próprio bolso. Tocando neste ponto, um problema muito grave é a falta de valorização do professor, através dos baixos salários que estes recebem o que causa uma desmotivação muito grande na boa execução de seu trabalho.

Esses são apenas algumas das causas do baixo desempenho do ensino médio e, por conseqüência, o baixo índice de aprovação desses alunos em concursos de acesso as Universidades Públicas, que deveria ser o fluxo natural desses alunos. Este fato gerou a Política Publica de inclusão social que determina o aumento de alunos egressos da Rede Pública nas Universidades Públicas, que é feito através de reservas de vagas nas Universidades para esses alunos. Isto, no entendimento da autora, funciona apenas, como uma forma imediatista de resolver o problema, pois, em educação, os impactos de uma proposta de

mudança requerem um tempo para que sejam percebidos. Com isto, para se reverter o problema de inclusão dos jovens vindos da rede pública estadual nas universidades, seria necessário, no mínimo, de 12 anos. Um período relativamente grande, pois as mudanças devem envolver todas as esferas do governo em conjunto com a sociedade e não devendo estar atrelada a um determinado mandato. Em outras palavras, em um sistema ideal os mandatos acabariam, mais os projetos continuariam.

O estado atual da Educação no país é uma conseqüência direta do arrocho salarial e da degradação dos serviços públicos, acentuados após o fim do Regime Militar, com isso a classe média passou a incluir em seus orçamentos a educação, o que gerou uma ruptura da convivência entre crianças e jovens de classes pobres e da classe média nas Escolas Públicas. No topo da pirâmide social, estão as famílias de classe média e alta que usufruem do Ensino Privado, para posteriormente disputar em melhores condições as vagas nas Universidades Públicas, reconhecidas como as melhores. Na base, estão os menos privilegiados que estão na rede pública, que tem que se conformarem em parar os seus estudos ao fim do Ensino médio ou se sacrificar para pagar uma Universidade Privada, já que não possuem condições de competirem em igualdade de condições às vagas oferecidas pelas Universidades Públicas.

Um dos caminhos detectados nessa pesquisa para reverter o quadro atual da educação é a capacitação docente. Para uma melhor formação dos professores, se faz necessário que o tema seja abordado em todos os cursos de graduação destinados a licenciatura. Este assunto, também, deve ser uma preocupação das Universidades, para que estas ofereçam cursos de extensão, capacitação ou pós-graduação, para professores, promovendo o retorno destes as Universidades para atualização de seus conhecimentos, para que possam aprimorar e, conseqüentemente melhor preparar o aluno que ingressará na Universidade. Com isso, para a Universidade o retorno consiste em receber alunos oriundos do ensino médio com uma formação mais completa, fechando o ciclo de interações.

10.2. Conclusões

A partir dessas considerações e dos dados coletados e discutidos no corpo do trabalho, pode-se extrair as seguintes conclusões:

- A desvalorização dos professores é um problema histórico, já que a pesquisa bibliográfica mostrou que, desde o início da Educação no país, esta classe de profissionais não era vista como algo primordial para o desenvolvimento do país.

- De acordo com as necessidades da sociedade, foram surgindo articulações que levaram a formulação de políticas públicas, com o objetivo de suprir ou amenizar problemas gerados, pelas diferenças sociais da sociedade. A formulação dessas políticas se fundamenta no processo de descentralização, levando a democratização e a participação.

- A Educação Ambiental é essencial para uma boa formação da cidadania, devido a isto o tema EA está presente nos PCNs e deve ser abordado em todas as disciplinas de forma transversal.

- A tema Educação Ambiental é relativamente antigo, porém não lhe era dada a devida importância, somente a partir do século XX que foram realizadas as conferências, voltadas para o tema ambiental, o que tornou o Meio Ambiente uma preocupação mundial.

- A pesquisa avaliou o ingresso de alunos da Rede Pública Estadual, nas Universidades Públicas, com estudo de caso avaliando o sistema de Cotas da UERJ e a proposta de Reserva de Vagas da UFRJ. A pesquisa mostrou que a reserva de vagas não é a solução para o problema de inclusão desses alunos, porém funciona como uma ação imediata para remediação do problema.

- A avaliação da EA nas escolas de Ensino Médio da Rede Estadual do Município do Rio de Janeiro, mostrou que os escolas tem dificuldade em abordar o tema de forma plena e transversal.

- A pesquisa mostrou que o tema não é abordado de maneira plena, devido ao despreparo dos professores nesta área, já que somente os professores que possuem o tema Ambiental ligados a sua formação, tem condições de transmit-lo para seus alunos. Para isto, se fazem urgente e necessárias gestões dos órgãos competentes no sentido do aumento da oferta de cursos de capacitação.

10.3. Sugestões

Para a continuidade desta pesquisa, várias linhas de trabalho podem ser desenvolvidas. A seguir são listadas algumas sugestões e ações:

- ✓ Realizar uma pesquisa comparativa sobre educação Ambiental no âmbito do município do Rio de Janeiro, envolvendo as Redes Federal, Estadual e Particular;

- ✓ Realizar uma pesquisa por amostragem sobre o tema Educação Ambiental, atingindo outros municípios do Estado do Rio de Janeiro.

- ✓ Avaliar se é feita e de que maneira a Educação Ambiental no Ensino Fundamental.

Referências

Abreu, D. - Sem Ela, nada feito: Educação Ambiental e a ISO-14001- Salvador, BA: Casa da Qualidade, 2000.

Adams, B. - Educação Ambiental - disponível na internet *em: http:// www.apoema.com.br* - Acesso em 03 março 2005.

Amaral, R. – Ações da Nova Política de Ciência, Tecnologia & Inovação no Brasil em 2003 – Rio de Janeiro, RJ, 2004.

Ambiente Brasil - *disponível* na internet *em: http:// www.ambientebrasil.com.br - Acesso em:* 21 novembro 2005.

A Tribuna – Jornal- A importância da Educação Ambiental, Santos, 1999. disponível na internet em: http:// www.atribuna.com.br. Acesso em: 18 dez 2005

Arruda, J. J. A. – A crise do Capitalismo Liberal In: Reis, D. A., F., J. e Zenha, C. (organização). O século XX – O Tempo das Certezas – Volume 1 – Rio de Janeiro, RJ: Civilização Brasileira, 2000.

Bello, J. -História da Educação no Brasil - *disponível* na internet *em: http://*www.Pedagogiaemfoco.pro.br. Acesso em 03 jun. 2006.

Boff, L. – Por uma ecologia de libertação. Ecologia e Desenvolvimento – Rio de Janeiro, RJ, 1992.

Brasil, Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 *disponível* na internet *em:* https://www.planalto.gov.br - Acesso em 03 jun. 2006

Brasil, Decreto 23793 – Criação do Parque Nacional de Itatiaia - *disponível* na internet *em: http://*www.ibama.gov.br. . Acesso em 03 set. 2006

Brasil. Lei do Ensino Médio – Ministério da Educação. Lei nº 4.244, 09 abril 1942a. Disponível na internet *em:* http:// www.conteudoescola.com.br. Acesso em 12 agosto 2006.

Brasil. Lei de Criação do SENAI – Ministério da Educação. Lei nº 4.048, 22 janeiro 1942b. Disponível na Internet em: http//www.conteudoescola.com.br. Acesso em 12 agosto 2006.

Brasil. Ingresso de operários no SENAI - Ministério da Educação. Lei nº 4.481, 16 de julho 1942c. Disponível na Internet em: http//www.wikipedia.org. Acesso em 12 agosto 2006.

Brasil. Ensino Comercial – Lei nº 6.141, 28 dezembro 1943. Niskier, Arnaldo, 1989.

Brasil. Lei das Diretrizes e Bases da Educação Nacional - Presidência da República – Lei nº 4.024, 20 dezembro 1961. Disponível na Internet em: http//www. mec.gov.br . Acesso em 15 agosto 2006.

Brasil. Lei das Diretrizes e Bases da Educação Nacional - Presidência da República – Decreto Lei nº477, 26 fevereiro 1969. Disponível na Internet em: http//www. mec.gov.br . Acesso em 15 agosto 2006.

Brasil. Lei das Diretrizes e Bases da Educação Nacional - Presidência da República – Lei nº 5.692, 11 agosto 1971. Disponível na Internet em: http//www. mec.gov.br . Acesso em 15 agosto 2006.

Brasil. Lei das Diretrizes e Bases da Educação Nacional - Presidência da República – Lei nº 9.394, 20 dezembro 1996. Disponível na Internet em: http//www. mec.gov.br . Acesso em 15 agosto 2006.

Brasil. Política Nacional do Meio Ambiente - Presidência da República – Lei nº 6938, 31 de agosto de 1981 - Disponível na Internet em: http// www.silex.com.br/leis. Acesso em 30 outubro 2006.

Brasil. Política Nacional de Educação Ambiental - Presidência da República - Art1º, Lei federal nº9795, 27 abril 1999. Disponível na Internet em: http//www. mma.gov.br . Acesso em 15 abril 2006.

Brasil. Educação Ambiental - Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro – Lei estadual nº 3325, 17 de dezembro de 1999**.** Disponível na Internet em: http//www.lei.adv.Br. Acesso em 15 abril 2006.

Brasil. Programa Universidade para Todos – PROUNI – Presidência da República - LEI Nº 11.096 - de13 de janeiro de 2005 – disponível na internet em: http://www010.dataprev.gov.br - Acesso em 02 novembro 2006.

Caminhos da terra - disponível na internet em: http://www2.uol.com.br/caminhosdaterra - *Acesso em:* 17 novembro 2005.

Carvalho, A. – Políticas Públicas – Belo Horizonte, MG: Editora UFMG, 2002.

Carvalho, D. 2002.Apostila da disciplina de Biotecnologia Ambiental da Escola de Química, UFRJ -

Cascino, Fábio – Educação Ambiental: Princípios, História, formação de Professores – São Paulo, SP – Editora SENAC, 2000.

Castro, C.M. (1978). Prática de Pesquisa. São Paulo: McGraw-Hill.

Centro de Estudos Filosóficos Laboratório Evolutivo(CEFLE) - disponível na internet em: www.cefle.org.br. *Acesso em:* 22 de dez 2006

Comissão de Meio Ambiente da ALERJ Defensores da Terra – Gráfica ALERJ – 1999.

Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento – Nosso Futuro Comum – Rio de janeiro, RJ: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1991.

Diniz, S.(coordenação)- Mulheres - disponível na internet em: http://www.mulheres.org.br - Acesso em: 26 novembro 2005.

Donatelli, D. - Educação - disponível na internet *em: http:// www.educação.aol.com.br* - Acesso em: 04 março 2005.

Dourado, L., Paro e Vitor Henrique (organizadores) – Políticas Públicas & Educação Básica – São Paulo, SP: Editora Xamã, 2001.

Ensino Superior - disponível na internet em: http:// www.revistaensinosuperior.com.br - Acesso em 03 março 2005.

Ferreira, Paulo - Direitos Humanos – Gabinete de documentação e direito comparado/direitos humanos disponível na internet em: http:// www.gddc.pt/direitos-humanos - Acesso em: 21 novembro 2005.

Furlan & Petri – Nosso Ambiente On Line - disponível na internet em: http://nossoambienteonline . Acesso em: 18 nov 2006

Governo do Paraná – Meio Ambiente - disponível na internet em: http://www.pr.gov.br - Acesso em: 23 nov 2006

Guimarães, M. – A formação de Educadores Ambientais - Campinas, SP: Papirus, 2004.

Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis -Ibama - *disponível* na internet *em: http:// www.ibama.gov.br - Acesso em:* 25.11.05

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE - disponível na internet *em: http:// www.ibge.gov.br - Acesso em:* 25 novembro 2005.

Instituto de Geociências da USP - disponível na internet *em: http:// www.igc.usp.br* - Acesso em: 25 novembro 2005.

Jardim Botânico - disponível na internet em: http:// www.jbrj.gov.br Acesso em:11 março 2005.

Jornal do Meio Ambiente - disponível na internet *em: http:// www.jornaldomeioambiente.com.br - Acesso em:* 21 novembro 2005.

Lutzenberger, José - Educação Ambiental - disponível na internet *em:* http://www.fgaia.org.br - Acesso em 28 outubro 2006.

Magdoff, Harry – Imperialismo: Da era colonial ao presente – Rio de Janeiro, RJ: Zahar, 1979.

Mellowes, 1972 – Educação Ambiental - disponível na internet em: www.apoema.com.br. Acesso em 28 abril 2006

Mendonça, A. W. – Anísio Teixeira e a Universidade de Educação – Rio de Janeiro, RJ – Editora UERJ, 2002.

Mendonça, E. L. – História do Brasil Pós 30 – Capitalismo e Políticas Sociais no Brasil – Apostila do Curso de Pós Graduação em História,– Niterói, RJ – Editora Universidade Federal Fluminense, 2004.

Mendonça, S.R. – Estado e Economia no Brasil: Opções de Desenvolvimento – Rio de Janeiro, RJ: Graal, 1986.

Ministério da Educação e Cultura - disponível na internet *em: http:// www.mec.gov.br Acesso em:* 26 novembro 2005.

Ministério das Relações Exteriores - disponível na internet *em: http:// www.mre.gov.br - Acesso em:* 26 novembro 2005.

Ministério do Meio Ambiente - disponível na internet *em: http:// www.mma.gov.br Acesso em:* 21 novembro 2005.

Ministério do Meio Ambiente - Programa Nacional de educação ambiental – ProNEA – Ministério do Meio Ambiente: Brasília, DF, 2004.

Ministério do Meio Ambiente - Programa Nacional de educação ambiental – ProNEA – Ministério do Meio Ambiente: Brasília, DF, 2005.

Montibeller Filho, Gilberto – O mito do desenvolvimento sustentável – Florianópolis, SC: Editora da UFSC, 2001.

Niskier, Arnaldo – Educação Brasileira: 500 anos de História, 1500-2000 – São Paulo, SP – Editora Melhoramentos, 1989.

O Estado de São Paulo - Jornal - disponível na internet em: http:// www.estadão.com.br - Acesso em: 03 março 2005.

Organizacion de Estados Iberoamericanos para la Educacion la Ciência Y la Cultura - disponível na internet em: http://www.campus-oei.org - Acesso em: 07 abril 2005.

Pangea - Associação Ambientalista Internacional - disponível na internet em: http:// www.agirazul.com.br - Acesso em: 21 novembro 2005.

Pereira, S. D. (editor) - Caderno de Graduação – volume sete - Políticas de Inclusão Social a Reserva de Vagas nas Universidades Públicas – Rio de Janeiro, RJ: Editora Gráfica da UERJ, 2003.

Portal do Ministério da Educação e Cultura - disponível na internet *em: http:// www.portal.mec.gov - Acesso em: 03 março 2005.*

Projeto Apoema - Educação Ambiental - disponível na internet em: http:// www.apoema.com.br/definições - Acesso em: 23 abril 2006.

PROUNI – Programa Universidade para todos – Disponível na internet em: http://prouni-inscricao.mec.gov.br - acesso em 02 novembro 2006.

Quintas, J. S. – Introdução a Gestão Ambiental Pública – Edições Ibama, Brasília, DF, 2002.

Revista Eletrônica de Jornalismo Científico – Com Ciência - disponível na internet *em: http://www.comciencia.br - Acesso em: 04 março 2005.*

Schwartzman, Simon – Tempos de Capanema – São Paulo, SP – Editora Fundação Getúlio Vargas, 2000.

Secretaria de Estado de Educação do Rio de Janeiro - *disponível* na internet *em: http:// www.see.rj.gov.br* - Acesso em:

Secretaria de estado e justiça de defesa e cidadania, SP - disponível na internet em: http:// www.justiça.sp.gov.br - Acesso em: 21 novembro 2005

Secretaria de Estado do Meio Ambiente - *disponível* na internet *em: http://*www.ambiente.sp.gov.br - *Acesso em:* 25.11.05.

Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Paraná - *disponível* na internet *em: http:// www.pr.gov.br/meioambiente - Acesso em:* 25 novembro 2005.

Secretaria de Estado do Meio Ambiente de São Paulo - disponível na internet em: *http:// www.ambiente.sp.gov - Acesso em:* 25 novembro 2005

Senac - disponível na internet *em:* http://www.senac.br - *Acesso em* : 25 novembro 2005.

Silva, Antônio - As Cotas nas Universidades - disponível na internet *em: http://*www.espaçoacademico.com.br - *Acesso em*: 03 março 2005.

Silva, Léo - Educação Pública - disponível na internet *em: http://*www.educaçãopublica.rj.gov.br - *Acesso em:* 21 novembro 2005

TV Cultura - disponível na internet *em: http:// www.tvcultura.com.br* - Acesso em : 21 novembro 2005.

UARTE – Unidade de Apoio à Rede Telemática Educativa - disponível na internet em: http://www.uarte.rcts.pt - Acesso em: 25 novembro 2005

UERJ - Tema em discussão: cotas na universidade - disponível na internet *em: http:// www.2uerj.br*. Acesso em*: 04 março 2005.*

Universia - disponível na internet *em: http://*www.universia.com.br - Acesso em*: 03 março 2005.*

Universidade de Brasília – Meio Ambiente - disponível na internet em: http://www.unb.br - Acesso em: 21 novembro 2005.

Vários autores – Caderno de Graduação – Volume oito – Vestibular UERJ/2003, Relatório Analítico - Rio de Janeiro, RJ: Editora Gráfica UERJ, 2003.

Vieira, João Luís – As cotas - disponível na internet *em: http:// www.educar.sc.usp.br* - Acesso em : 28 fevereiro 2005.

Yin, R.K. (1987). Case study reserch – design and methods. Sage Publications. 7 ed. v. 5.

Zeitouni, Rafael - Ecologia Brasil – Portal de Meio Ambiente - disponível na internet em: http://www.bio2000.hpg.ig.com.br - Acesso *em: 26 novembro 2005.*

ANEXOS

ANEXO 1

- **LEI FEDERAL:**

PROJETO DE LEI 3627/2004

Institui Sistema Especial de Reserva de Vagas para estudantes egressos de escolas públicas, em especial negros e indígenas, nas instituições públicas federais de educação superior e dá outras providências.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º As instituições públicas federais de educação superior reservarão, em cada concurso de seleção para ingresso nos cursos de graduação, no mínimo, cinqüenta por cento de suas vagas para estudantes que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas.

Art. 2º Em cada instituição de educação superior, as vagas de que trata o art.1 o serão preenchidas por uma proporção mínima de autodeclarados negros e indígenas igual à proporção de pretos, pardos e indígenas na população da unidade da Federação onde está instalada a instituição, segundo o último censo da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.

Parágrafo único. No caso de não-preenchimento das vagas segundo os critérios do caput, as remanescentes deverão ser completadas por estudantes que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas.

Art. 3º O Ministério da Educação e a Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República serão responsáveis pelo acompanhamento e avaliação do sistema de que trata esta Lei, ouvida a Fundação Nacional do Índio - FUNAI.

Art. 4º As instituições de que trata o art. 1º terão o prazo de duzentos e quarenta dias para se adaptarem ao disposto nesta Lei.

Art. 5º O Poder Executivo promoverá, no prazo de dez anos, a contar da publicação desta Lei, a revisão do sistema especial para o acesso de estudantes negros, pardos e indígenas, bem como daqueles que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas, nas instituições de educação superior.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília,(www.portal.mec.gov)

ANEXO 2

➢LEI ESTADUAL:

Íntegra da Lei Nº 3708, de 9 de Novembro de 2001 Institui cota de até 40% (quarenta por cento) para as populações negra e parda no acesso a Universidade do Estado do Rio de Janeiro e à Universidade Estadual do Norte Fluminense, e dá outras providências.

O Governador do Estado do rio de Janeiro,

Faço saber que a Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica estabelecida a cota mínima de até 40% (quarenta por cento) para as populações negra e parda no preenchimento das vagas relativas aos cursos de graduação da universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e da Universidade Estadual do Norte Fluminense (UENF)

Parágrafo Único. Nesta cota mínima ficam incluídos também os negros e pardos beneficiados pela lei 3524/2000

Art. 2º O Poder executivo regulamentará a presente Lei no prazo de 30 (trinta) dias de sua publicação

Art. 3º Está lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de janeiro, 09 de novembro de 2001.

ANTHONY GAROTINHO.

Autoria: Deputado José Amorim

Íntegra do Decreto Nº 30.766, de 04 de março de 2002

DISCIPLINA O SISTEMA DE COTA PARA NEGROS E PARDOS NO ACESSO À UNIVERSIDADE
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO E À UNIVERSIDADE ESTADUAL DO NORTE FLUMINENSE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Governador do Estado do Rio de Janeiro no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o disposto no artigo 1º, caput e parágrafo único, da Lei nº 3.708, de 09 de novembro de 2001, e tendo em vista o que consta do Processo E-26/059/2002.

D E C R E T A:

Projeto de Lei nº 2490/2001

Art. 1º - Ficam reservadas, para negros e pardos, 40% das vagas relativas aos cursos de graduação oferecidas pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro e pela Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro

Parágrafo único Para os fins deste decreto, não se faz distinção entre pessoas negras e pardas.

Art. 2º - Caberá às universidades envolvidas definir os critérios mínimos de qualificação para o acesso às vagas reservadas aos alunos negros e pardos

Art. 3º - No preenchimento de suas vagas, deverão as universidades observar, sucessivamente, o seguinte:

I - verificar os candidatos qualificados de acordo com o com os critérios tratados na Lei nº 3.524/2000, selecionando-os para ingresso até o limite das vagas destinadas a tal fim;

II - identificar, dentre os alunos selecionados para ingresso na instituição na forma do inciso anterior, o percentual que se declarou negro ou pardo em relação ao número total de vagas oferecidas, por curso e turno;

III - deduzir, da cota de 40%, o percentual de candidatos selecionados na instituição, declarados negros ou pardos, que foram beneficiados pela Lei nº 3.524/2000 (art. 1º, parágrafo único, da Lei 3.708/2001)

IV - preencher as vagas restantes, da cota de 40%, com os demais candidatos declarados negros ou pardos que tenham sido qualificados para ingresso na instituição, independentemente da origem escolar; e

V - preencher as demais vagas oferecidas independentemente da cor, raça ou origem escolar do candidato qualificado.

Parágrafo único - Em caso de reclassificação, deverão as universidades observar o sistema de cotas estabelecidos pelas Leis nºs 3.524/2000 e 3.708/2001.

Art. 4º - Caso não sejam preenchidas todas as vagas reservadas aos beneficiários deste Decreto poderão ser elas aproveitadas pelos demais estudantes.

Art 5º - A identificação dos alunos negros e pardos se fará através de declaração firmada, sob as penas da Lei, pelo próprio candidato à vaga na universidade.

§1º - A autodeclaração é facultativa, ficando o candidato submetido às regras gerais de seleção, caso opte por não a firma.

§2º - Os candidatos beneficiados pelo regime de reserva de vagas tratado na Lei nº 3.524/00 poderão firmar a declaração prevista neste artigo

Art. 6º - Fica instituído sem o aumento de despesa, o Conselho para a Promoção Educacional Superior das Populações Negra e Parda - COPESNEP, com os seguintes objetivos:

I - manter a memória de dados capaz de permitir o acompanhamento do perfil de desempenho dos estudantes negros e pardos nos exames seletivos para o ingresso nas instituições de ensino superior em funcionamento no Estado do Rio de Janeiro;

II - propor medidas que visem estimular a aplicação do sistema de cotas estabelecido neste Decreto a outras instituições de ensino superior;

III - propor medidas que visem o aprimoramento da legislação que trata do acesso dos negros e pardos ao ensino superior; e

IV - propor medidas que visem divulgar e orientar a sociedade da importância das ações afirmativas adotadas por força deste Decreto, com vistas à promoção da igualdade de oportunidades entre os diversos grupos étnicos e o combate à discriminação.

Art. 7ª - O Conselho para a Promoção Educacional Superior das Populações Negra e Parda - COPESNEP, vinculado à Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia, é composto dos seguintes membros:

I - um representante da Secretaria de Estado de Educação de Ciência e Tecnologia;

II - um representante da Secretaria de Estado de Educação;

III - um representante do Conselho Estadual do Negro;

IV - um representante da Universidade do Estado do Rio de Janeiro;

V - um representante da Universidade Estadual do Norte Fluminense;

§1º - Será convidado para participar do COPESNEP um representante do movimento estudantil negro organizado indicado pela Coordenação Nacional de Entidades Negras - CONEN, dentre estudantes do ensino médio.

§2º - O COPESNEP será presidido pelo representante da Secretaria de Estado de Ciências e Tecnologia, contando com voto qualificado, em caso de empate nas votações.

§3º - O exercício das funções de Presidente ou membro do Conselho não será remunerado, a qualquer título, sendo considerado de relevante interesse público.

Art 8º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos para o ingresso nas universidades a partir de 2003, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 04 de março de 2002-03-22.

ANTHONY GAROTINHO

ANEXO 3

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM TECNOLOGIA DE PROCESSOS QUÍMICOS E BIOQUÍMICOS
ESCOLA DE QUÍMICA

PROJETO DE PESQUISA DE DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

"A CAPACITAÇÃO DOCENTE EM EDUCAÇÃO AMBIENTAL"

Mestranda: Maria de Lourdes Ribeiro de Souza de Azevedo
Orientadoras: Maria Antonieta Peixoto Gimenes Couto
Denize Dias de Carvalho

QUESTIONÁRIO DE LEVANTAMENTO DE DADOS SOBRE EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO ENSINO MÉDIO DA REDE ESTADUAL

A - DADOS INSTITUCIONAIS:
1 – Nome da instituição de ensino:_____
2 – Metropolitana: _____
3 – Bairro: _____
4. A Escola funciona em:
( ) turno único ( ) manhã e tarde ( ) manhã, tarde e noite ( )outros Qual:_____

5 – Nº de alunos:
Manhã = _____ Tarde = _____Noite =_____

6 – Nº de professores da instituição: _____

7 - O curso é:
( ) normal ( ) supletivo ( ) manhã e tarde normal, noite supletivo ( ) outros.Qual:

B. QUANTO À ABORDAGEM DO TEMA EDUCAÇÃO AMBIENTAL:

1 – O tema educação ambiental é abordado na escola?
( ) sim ( ) não

2 – Em caso positivo, o tema é abordado em:
( ) uma disciplina**(disciplina específica-disciplinar)**
( ) várias disciplinas**(multidisciplinar)**
( )de outras formas Quais: _____

3 – Existe a obrigatoriedade da participação dos alunos:
( ) sim ( ) não
_____

4– Quantos professores participam das atividades relacionadas ao tema?
_____

5 – A educação ambiental é praticada através de que meio: **(é admitida mais de uma resposta)**
( ) aulas teóricas ( ) aulas práticas
( ) informalmente ( ) projetos
( ) outros Qual:_____

6 – Os projetos e/ou atividades implantados foram de:**(é admitida mais de uma resposta)**
( ) reciclagem ( ) coleta seletiva
( ) redução de consumo/ reuso de água
( ) redução de consumo de energia
( ) outros Qual: _____

7 – Existe interesse dos alunos em relação aos projetos:
( ) sim ( ) não
_____

8 – Os projetos possuem retorno financeiro:
( ) freqüentemente ( ) às vezes
( ) raramente ( ) Nunca

9 - Os recursos arrecadados são para aquisição de materiais para :
( ) os alunos **(por ex: uniformes, material escolar, bolsa auxilio. Outros. Quais:**
_____
( ) a comunidade **(por ex:cesta básica,estruturas de lazer, cursos. Outros. Quais:**
_____
( ) a escola **(por ex: equipamentos, livros; infra-estrutura. Outros. Quais:**
_____
( ) outros Qual: _____

C. QUANTO À CAPACITAÇÃO DOCENTE

1 – Qual é a formação em nível de graduação dos professores que participam da educação ambiental**?(é admitida mais de uma resposta)**
( ) Química
( ) Biologia
( ) Física
( ) Geografia
( ) outra
Quais?_____

2 – Dos professores que participam, quantos possuem formação específica em educação ambiental, e de que tipo:
( ) especialização(latu-senso) _____
( ) mestrado _____
( ) doutorado _____
( ) cursos de curta duração_____
( ) outros _____
( ) nenhuma

_____

3 – A escola tem interesse na capacitação docente para educação ambiental:
( ) sim ( ) não

_____

4 – Há interesse dos professores em participarem de um curso de formação em educação ambiental:
( ) sim ( ) não
Obs: Caso positivo, informar quantos: _____

5 - Quais as áreas, que os professores apresentam maior interesse:
_____
_____
_____

6 – Observações e comentários da instituição de ensino:
_____
_____
_____
_____
_____
_____

Obs: As perguntas possuem linhas para quaisquer observações que a instituição considerar importante, para enriquecer as informações.

Solicito que as respostas reflitam, de fato a situação real da Escola, de modo a construir um panorama que permita traçar metas, que levem à melhoria do Ensino. Para tal, acreditamos que a capacitação dos professores seja um bom caminho, e principalmente em um tema tão importante, do qual depende o futuro de todos.

Obrigada.

ANEXO 4

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM TECNOLOGIA DE PROCESSOS QUÍMICOS E BIOQUÍMICOS

ESCOLA DE QUÍMICA

PROJETO DE PESQUISA DE DISSERTAÇÃO DE MESTRADO
"A CAPACITAÇÃO DOCENTE EM EDUCAÇÃO AMBIENTAL**"**

Mestranda: Maria de Lourdes Ribeiro de Souza de Azevedo
Orientadoras: Maria Antonieta Peixoto Gimenes Couto
Denize Dias de Carvalho

AVALIAÇÃO DE RECEPTIVIDADE

Metropolitana: METROPOLITANA III
Responsável:
Nº de questionários entregues:
Nº de questionários devolvidos:
Nº de questionários respondidos:

1 – Todos os questionários foram enviados:
( ) Sim ( ) Não

2 – Na sua avaliação, o interesse das escolas sob a responsabilidade desta Metropolitana, em responder à pesquisa foi:
( ) Alto ( ) Mediano ( ) Baixo

3 – No espaço abaixo, justifique as suas respostas nas perguntas 1 e 2.

_____
_____
_____
_____
_____
_____
_____
_____
_____
_____

4 – Na sua avaliação, a contribuição da pesquisa para a integração Universidade – Ensino Médio é:

( ) Relevante ( ) Irrelevante

ANEXO 5

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM TECNOLOGIA DE PROCESSOS QUÍMICOS E BIOQUÍMICOS

ESCOLA DE QUÍMICA

PROJETO DE PESQUISA DE DISSERTAÇÃO DE MESTRADO
"A CAPACITAÇÃO DOCENTE EM EDUCAÇÃO AMBIENTAL**"**

Mestranda: Maria de Lourdes Ribeiro de Souza de Azevedo
Orientadoras: Maria Antonieta Peixoto Gimenes Couto
Denize Dias de Carvalho

AVALIAÇÃO DE RECEPTIVIDADE

Metropolitana: METROPOLITANA IV
Responsável:
Nº de questionários entregues:
Nº de questionários devolvidos:
Nº de questionários respondidos:

1 – Todos os questionários foram enviados:
( ) Sim ( ) Não

2 – Na sua avaliação, o interesse das escolas sob a responsabilidade desta Metropolitana, em responder à pesquisa foi:
( ) Alto ( ) Mediano ( ) Baixo

3 – No espaço abaixo, justifique as suas respostas nas perguntas 1 e 2.

_____
_____
_____
_____
_____
_____
_____
_____
_____
_____

4 – Na sua avaliação, a contribuição da pesquisa para a integração Universidade – Ensino Médio é:

( ) Relevante ( ) Irrelevante

ANEXO 6

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM TECNOLOGIA DE PROCESSOS QUÍMICOS E BIOQUÍMICOS

ESCOLA DE QUÍMICA

PROJETO DE PESQUISA DE DISSERTAÇÃO DE MESTRADO
"A CAPACITAÇÃO DOCENTE EM EDUCAÇÃO AMBIENTAL**"**

Mestranda: Maria de Lourdes Ribeiro de Souza de Azevedo
Orientadoras: Maria Antonieta Peixoto Gimenes Couto
Denize Dias de Carvalho

AVALIAÇÃO DE RECEPTIVIDADE

Metropolitana: METROPOLITANA X
Responsável:
Nº de questionários entregues:
Nº de questionários devolvidos:
Nº de questionários respondidos:

1 – Todos os questionários foram enviados:
( ) Sim ( ) Não

2 – Na sua avaliação, o interesse das escolas sob a responsabilidade desta Metropolitana, em responder à pesquisa foi:
( ) Alto ( ) Mediano ( ) Baixo

3 – No espaço abaixo, justifique as suas respostas nas perguntas 1 e 2.

_____
_____
_____
_____
_____
_____
_____
_____
_____
_____

4 – Na sua avaliação, a contribuição da pesquisa para a integração Universidade – Ensino Médio é:

( ) Relevante ( ) Irrelevante

ANEXO 7

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM TECNOLOGIA DE PROCESSOS QUÍMICOS E BIOQUÍMICOS

ESCOLA DE QUÍMICA

PROJETO DE PESQUISA DE DISSERTAÇÃO DE MESTRADO
"A CAPACITAÇÃO DOCENTE EM EDUCAÇÃO AMBIENTAL"

Mestranda: Maria de Lourdes Ribeiro de Souza de Azevedo
Orientadoras: Maria Antonieta Peixoto Gimenes Couto
Denize Dias de Carvalho

AVALIAÇÃO DE RECEPTIVIDADE

Responsável: **Regina Coeli de A. Vasconcelos**

Nº total de questionários entregues: 313 questionários

Nº total de questionários devolvidos: 68 questionários

Nº total de questionários respondidos: 94 questionários

1 – Na sua avaliação, a contribuição da pesquisa para a integração Universidade – Ensino Médio é:

( ) Relevante ( ) Irrelevante

2 – Na sua avaliação, o interesse da SEERJ, na implementação de um curso de capacitação docente em Educação Ambiental é:

( ) Alto ( ) Mediano ( ) Baixo

3 – Que ações conjuntas poderiam ser sugeridas para a melhoria da capacitação docente, do Ensino Médio da Rede Pública Estadual, em Educação Ambiental:

_____
_____
_____
_____
_____
_____
_____
_____
_____
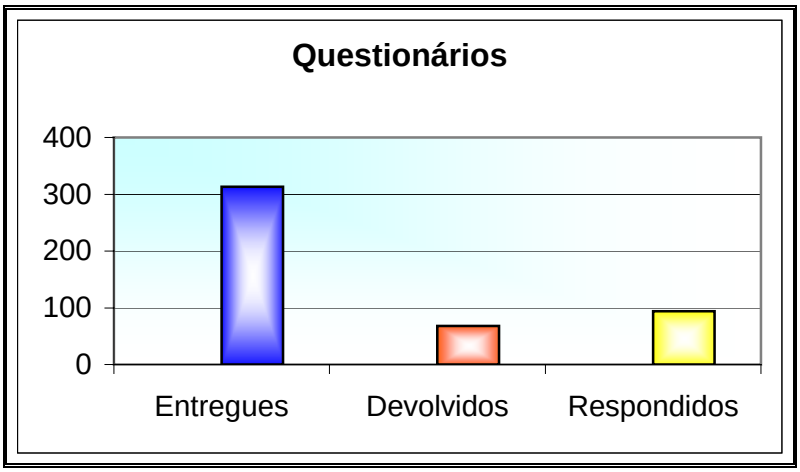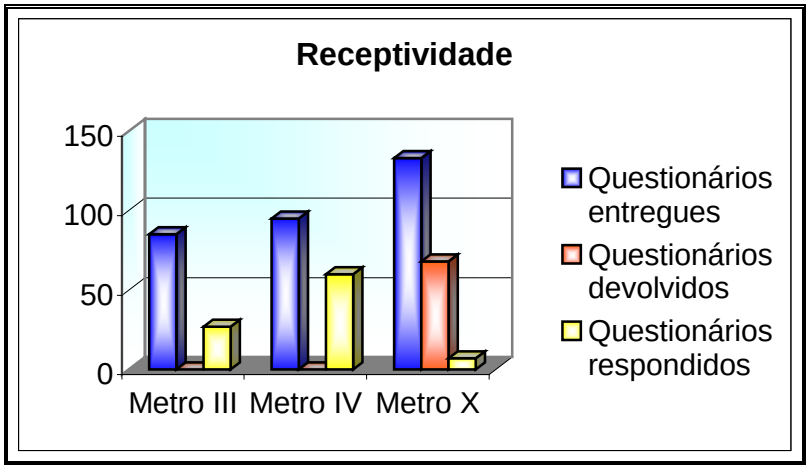
GRÁFICO COMPARATIVO ENTRE AS METROPOLITANAS DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO.